

Gates Urges Iraq to Halt Sectarianism

By AP Staff Writers
WASHINGTON, Sept. 11 (AP) — U.S. Secretary of State Colin Powell urged Iraq to halt sectarian violence and to allow a coalition of moderate Iraqis to help rebuild the country.

Mr. Powell said that the United States and its coalition partners were committed to a long-term presence in Iraq to help rebuild the country and to ensure that Iraqis could live in peace and stability.

He said that the United States and its coalition partners were committed to a long-term presence in Iraq to help rebuild the country and to ensure that Iraqis could live in peace and stability.

Amid the Chaos of Deaths, a Minister Attends to Those Who Are Grieving

By NEREA BOATWRIGHT

AMID THE CHAOS OF DEATHS, a minister attends to those who are grieving. The minister, a woman, is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground. The scene is one of tragedy and loss.

The youth of the victims is at the core of the pain of many officers, a pastor says.

The youth of the victims is at the core of the pain of many officers, a pastor says. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

The youth of the victims is at the core of the pain of many officers, a pastor says. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.



Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Korean-Americans Brace for Problems in Wake of Killings

By KENNETH L. BRUNER

Korean-Americans brace for problems in the wake of the Virginia Tech shootings. The community is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Korean-Americans brace for problems in the wake of the Virginia Tech shootings. The community is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Korean-Americans brace for problems in the wake of the Virginia Tech shootings. The community is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.



Chang Duk Chung of this town said that as a Korean-American who was 'all-American' and a 'life-affirming' father and Korean.



Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Victims' Talents Arise

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

Minister attempts to offer comfort to families and emergency workers in the aftermath of the Virginia Tech shooting. The minister is seen in a photograph, looking down at a person who is lying on the ground.

XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



JOSÉ PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR
OSLAN COSTA RIBEIRO (ORG.)
PESQUISA EM HISTÓRIA
POR MEIO DAS FONTES
HEMEROGRÁFICAS



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

José Pereira de Souza Júnior
Oslan Costa Ribeiro (ORG.)



**PESQUISA EM HISTÓRIA
POR MEIO DAS FONTES
HEMEROGRÁFICAS**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração de capa:

Partly Guilty-1 de Shin Young An, 2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Pesquisa em História por meio das fontes hemerográficas / Organizadores: José Pereira de Souza Júnior e Oslan Costa Ribeiro.
- 1. ed. - Belém, PA: Cabana, 2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-994185-7-0

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil 3. Prática de ensino. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Ailton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

- Apresentação: Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas.....8**
Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes
- Apresentação.....11**
José Pereira de Sousa Júnior
Oslan Costa Ribeiro
- “Os nossos assignantes”: possibilidades de pesquisa sobre a comunidade leitora e receptora da imprensa negra rio-grandense (o astro, cachoeira e rio pardo/rs).....15**
Aline Sônego
- Eleições em 1965: entre a normalização institucional e as inelegibilidades.....30**
Dayane Cristina Guarnieri
- A projeção do Ceará como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro na imprensa: as representações da lei 2.034 na propaganda do jornal “Libertador” (1881-1884).....42**
Francisco Paulo de Oliveira Mesquita
- Imprensa e o (e)leitor: a campanha de Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott nas páginas da Revista Manchete (1959-1960).....53**
Giovanna Nascimento Alves
- “O tempo é chegado”: a poética do tempo e a literatura de Nação Cariri (1980-1987).....63**
Kalil Tavares Fonteles
- História e quadrinhos: Chiquinho, Benjamin e raça como problema visual.....75**
Lucas Mello Neiva

A representação do cangaço no jornal 'Diário de Pernambuco' durante o período lampiônico (1925-1938).....89

Maria Cristina Raposo Conte

Televisão e crítica na imprensa: visões sobre tv em debate no Brasil dos anos 1960.....102

Milena Azevedo de Menezes

Festejos religiosos, cívicos e carnavalescos noticiados pelo jornal 'Monitor do Sul' na cidade de Canavieiras - Bahia (1903-1913).....112

Oslan Costa Ribeiro

José Pereira de Sousa Júnior

Fragmentos de uma História: biografia do artista Manoel Pastana.....125

Renata de Fátima da Costa Maués

Sobre os Autores.....139

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

APRESENTAÇÃO

José Pereira de Sousa Júnior
Oslan Costa Ribeiro

Essa coletânea é resultado do XII Encontro Estadual de História – seção ANPUH – Pará, realizado em dezembro de 2020, de forma virtual, visto que, estávamos vivendo um processo pandêmico que nos levou a reconfigurar este evento, que até então ocorria de forma presencial, passando para forma remota, porém, não perdendo a qualidade dos trabalhos que foram apresentados por pesquisadores de várias Universidades de diversos Estados do Brasil e transformados em artigos que fazem parte deste livro.

Os capítulos aqui presentes, foram fruto de uma proposta de Grupo de Trabalho intitulada “Pesquisa em História por meio das fontes Hemerográficas”, coordenado pelos professores Oslan Costa Ribeiro¹ e Jose Pereira de Sousa Junior². Fontes hemerográficas são aquelas cujo suporte material se constitui de textos impressos, ou publicados por outros meios (como os virtuais), em forma de periódicos (jornais, revistas, outros) e que são utilizadas como fonte na pesquisa em História.

Esta coletânea se configura como o resultado de valiosas pesquisas, algumas em andamento, outras já concluídas por pesquisadores de várias Universidades que tem se debruçado em vários campos de investigação seja do ponto de vista social, cultural, religioso e político, dando ampla contribuição ao processo histó-

¹ Mestrando em História na Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG.

² Doutor em História e Professor da Universidade de Pernambuco – UPE / Campus Mata Norte.

rico e dialogando de forma interdisciplinar, apoiados em várias fontes documentais que dão sustentação ao que foi apresentado e transformado em narrativas que compõe este importante livro, tanto para a seção Anpuh – Pará, como e principalmente para os que fizeram parte deste Simpósio Temático.

O livro é composto por dez contribuições que apresentam múltiplas perspectivas de pesquisa, cujas reflexões foram todas pautadas com base em fontes de jornais, eclesiásticas, cartoriais e revistas. No primeiro artigo, a historiadora Aline Sônego faz interessante reflexão sobre o público leitor e receptor do jornal *O Astro*. Fundado pelos dois jovens negros José de Farias e Manoel Etelcides da Silva, entre os anos 1927 e 1928 e destinava-se especialmente às comunidades negras de Cachoeira e Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul. *O Astro* se insere no rol de publicações da imprensa negra rio-grandense, que foi fértil nas primeiras décadas do pós-abolição, contexto este marcado pelas lutas em prol da cidadania e contra a discriminação e preconceito racial.

No campo político, somos contemplados com o trabalho da historiadora Dayane Cristina, que faz uma incursão sobre as eleições estaduais diretas marcadas para serem realizadas no dia 3 de outubro de 1965 em 11 estados do Brasil. O contexto é o pós golpe civil – militar de 1964, tendo como presidente da República, o general Castelo Branco. Esse evento é analisado a partir do discurso impresso nos editoriais do *Jornal do Brasil*, que defendia a realização das eleições como forma de legitimar tanto o governo quanto o golpe de estado.

Voltando ao século XIX, temos o trabalho do historiador Francisco Paulo que utiliza o jornal *Libertador* para demonstrar como as representações sobre a Lei 2.034, de 19 de outubro de 1883, foram importantes para a libertação total dos escravos do Ceará ocorrida

em 25 de março de 1884, e a propaganda de projeção da província do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, iniciada desde o seu aparecimento na imprensa cearense, em 1881. Ainda na esteira das discussões políticas, temos o trabalho da historiadora Giovanna Nascimento que analisa as matérias jornalísticas veiculadas pela Revista *Manchete* no período que compreende a campanha e eleições presidenciais de 1960, disputadas por Jânio Quadros e Henrique Teixeira Lott.

O trabalho do historiador Kalil Tavares, faz uso do jornal *Nação Cariri*, publicado no Ceará entre 1980 a 1987, cujo objetivo está na compreensão dos temas concernentes à escrita popular no Brasil a partir das produções poéticas, sejam em prosa ou em verso, tornando-se a chave para entender como as produções de pesquisa social e de produção artística se imbricam na construção de uma identidade do “povo” calcados em diferentes manifestações artísticas, tanto estética, como política e literária. Seguindo dentro de uma abordagem literária, temos o trabalho do historiador Lucas Mello, que utiliza as fontes das revistas em quadrinho publicadas na década de 1920 no Rio de Janeiro, tendo como personagens cômicos *Chiquinho* e *Benjamin*. O eixo problematizador está centrado na concepção visual das raças branca e negra no Brasil entre fins da década de 1910 e começo dos anos 1920.

Por sua vez, a historiadora Maria Cristina Raposo, nos contribui acerca da representação do Cangaço nos jornais *Diário de Pernambuco* e *Diário da Manhã - PE*, com enfoque na figura de Lampião, entre os anos de 1925 e 1938. Já o trabalho da historiadora Milena Azevedo, busca analisar a formação da crítica televisiva a partir de colunas de opinião em cadernos culturais na imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro, nos anos 1964 a 1982, correspondendo ao período da ditadura civil-

militar no Brasil. Os historiadores Oslan Costa Ribeiro e José Pereira de Sousa Junior trazem algumas reflexões sobre festejos religiosos, festas cívicas e carnavalescas na cidade de Canavieiras, sul da Bahia, também conhecida por região cacauzeira, em notas de notícias no jornal *Monitor do Sul* entre os anos de 1903 a 1913, no qual buscou-se traçar um panorama das principais festividades locais, numa cidade que estava em busca de se adequar ao modernismo urbano que já estava ocorrendo em diversas cidades brasileira, a exemplo do Rio de Janeiro, capital federal à época.

Por fim, temos o artigo de Renata Maués que desvela fragmentos da biografia do Artista Manoel de Oliveira Pastana, destacando o início de sua carreira e vivência em Belém do Pará após sua vinda da vila de Apeú, município de Castanhal, onde nasceu. A autora demonstra a exuberância da obra de Pastana exposta na cerâmica arqueológica dos antigos habitantes da ilha do Marajó, na valoração das lendas e cultura dos povos originários, através da arte decorativa e aplicada.

Acreditamos que esta coletânea venha contribuir para a importância das fontes documentais e de como estas podem ser utilizadas em diferentes perspectivas da pesquisa histórica. Dessa forma, convidamos os(as) leitores(as) para compartilhar conosco importantes reflexões dentro dos variados campos de abordagem histórica e documental, a partir de diferentes momentos da história do Brasil.

**Os organizadores
Campina Grande - PB, fevereiro de 2021.**

**“OS NOSSOS ASSIGNANTES”: POSSIBILIDADES DE PESQUISA
SOBRE A COMUNIDADE LEITORA E RECEPTORA DA
IMPRENSA NEGRA RIO-GRANDENSE
(O ASTRO, CACHOEIRA E RIO PARDO/RS)**

Aline Sônego¹

O presente trabalho tem como intuito apresentar a metodologia e os resultados preliminares obtidos a partir da pesquisa sobre o público leitor e receptor do jornal *O Astro*. Fundado pelos dois jovens negros José de Farias e Manoel Etelcides da Silva, o referido jornal foi publicado entre os anos 1927 e 1928 e destinava-se especialmente às comunidades negras de Cachoeira e Rio Pardo, região central do Rio Grande do Sul². *O Astro* se insere no rol de publicações da imprensa negra rio-grandense das primeiras décadas do pós-abolição, refletindo um contexto marcado pelas lutas em prol da cidadania e contra a discriminação e preconceito racial, conforme se evidenciam em diversas passagens destas publicações. José Antônio dos Santos, ao pesquisar sobre os periódicos negros que surgiram no Rio Grande do Sul entre 1892 e 1930, propôs uma conceituação de uma imprensa negra riograndense, ao observar cinco características comuns entre as publicações:

primeiro, os periódicos eram fundados, escritos e mantidos por pessoas que se auto identificavam como negras ou que se colocavam como muito próximas deste meio; segundo, tinham como leitores e alvos prioritários das publicações, embora muitas vezes não fossem os únicos, a população negra; terceiro, os jornais divulgavam assuntos

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: aline_sonego788@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3630356532562209>.

² As 21 edições do jornal *O Astro* estão no acervo do Museu Municipal de Cachoeira do Sul. O acervo digitalizado também se encontra no site <<http://afro.culturadigital.br/colecao/imprensa-negra-no-rio-grande-do-sul/>>.

de interesses dos negros e eram reconhecidos pelos leitores como defensores das suas questões; quarto, alguns redatores dos jornais mantinham contatos próximos entre si, trocavam exemplares e autorreferenciavam-se como “co-irmãos” que “colima[vam] o mesmo ideal pelo qual nos batemos”; quinto, todos esses aspectos eram, de forma recorrente, divulgados pelos jornais de maior circulação (SANTOS, 2011, p. 108).

Porém, como já destacou Ana Flávia Magalhães Pinto, o surgimento da Imprensa Negra no Brasil foi quase que concomitante a própria oficialização da imprensa no Brasil em 1808³. Desde então, os periódicos negros constituíram uma importante face de luta pela cidadania em variados momentos desde o período da escravidão ao do pós-abolição. As pesquisas sobre os diversos periódicos negros existentes receberam grande aporte também a partir do crescimento do campo historiográfico dedicado as experiências sociais da população negra no pós-abolição⁴. Nesse sentido, a busca e a opção dos historiadores por fontes que vislumbrassem o protagonismo e agências negras neste contexto tornou os periódicos negros documentos privilegiados, visto que estes demonstram as pautas e anseios a partir da ótica da jornalistas e intelectuais negros, revelando as diversas pautas que a comunidade negra estava mobilizada na efetivação da cidadania, da educação e contra a discriminação e preconceito racial.

A pesquisa que aqui se apresenta tem como objetivo perceber estas conexões entre a imprensa negra e o contexto do pós-abolição, em uma região localizada na região central do Rio Grande do Sul, mais especificamente nos municípios de Cachoeira e Rio Pardo onde *O Astro* mais efetivamente circulou. Fruto da empreitada

³ O primeiro jornal representante da imprensa negra que se tem conhecimento é *O Homem de Côr*, de 1833 (PINTO, 2006).

⁴ Sobre o campo historiográfico do pós-abolição ver artigo de Hebe Mattos e Ana Maria Rios, 2004.

jornalística de José de Farias, funcionário do Banco do Brasil e de Manoel Etelcides da Silva, funcionário dos Correios e Telégrafos, esses dois jovens negros lançaram a primeira edição d'*O Astro* em 13 de maio 1927, dia que se “escolheu propositadamente este dia para sahir a luz da publicidade”⁵, apresentando-se como

O modesto jornalsinho, que hoje aparece, traz no cabeço o seu programma: critico, humoristico e literário. A nós, proprietários e redactores, cabem entretanto, algumas palavras de apresentação. O *Astro* surge como simples órgão social do elemento de côr desta cidade. Não traz arvorada a bandeira das reivindicações, nem aspira a gloria de porta-voz e defensor da classe humilde, que, contudo, tem em si todos os requisitos e todas as qualidades para ser grande. Como jornal critico, O *Astro* não descerá nunca a mordacidade e as offensas pessoaes; cocia e do decoro; e como literário, fará o possível que estiver no limite das forças dos seus collaboradores. Nós, quando fundamos O *Astro*, correspondemos a uma aspiração da nossa classe. Não vamos medir esforços ara conserva-lo e desenvolve-lo. A classe agora que nos ampare⁶.

O jornal de quatro páginas geralmente seguia um mesmo esboço em todas edições. A página inicial dedicava-se uma espécie de editorial, na qual se expressava um tema ou assunto que correspondia a opinião dos idealizadores. Na primeira página, em forma de editorial, os redatores e colaboradores traziam textos autorais sobre temáticas cara a população negras tais como denúncias de preconceito e discriminação racial sofrido, autoafirmação positiva das pessoas negras na sociedade e reflexões sobre efemérides como o 13 de maio e o 15 de novembro. Nas páginas seguintes

⁵ O *Astro*, 13 de maio de 1927. Cachoeira. Rio Grande do Sul. Anno I, nº 1, p. 1. Museu Municipal de Cachoeira do Sul. Optou-se por manter a grafia original da fonte documental.

⁶ O *Astro*, 13 de maio de 1927. Cachoeira. Rio Grande do Sul. Anno I, nº 1, p. 4. Museu Municipal de Cachoeira do Sul.

constam publicações de notas sociais com aniversários, nascimentos, idas e vindas de visitantes, enfermidades e falecimentos, assim como eventos ocorridos nos clubes sociais, carnavalescos e de futebol das comunidades negras dos municípios de Cachoeira e Rio Pardo. *O Astro* também trazia textos de cunho literário, sejam eles de autores de abrangência nacional como Cruz e Souza, como outros poemas e prosas muitas assinadas com pseudônimos. Aliás, estes também eram usados em um contexto de sátira para trazer situações cotidianas e informais que brincavam com os comportamentos das pessoas daquele grupo social.

Para além da empreitada jornalística individual de José e Manoel⁷, parte-se da hipótese que a comunidade leitora/receptora da Imprensa Negra, tinham suas vidas entrelaçadas aos ideais e na elaboração daquele jornal na medida que as temáticas traziam à tona diversas situações em que a comunidade negra estava envolvida e também pautavam o conteúdo e temas da publicação. A análise do jornal confere a materialidade de uma dimensão relacional que tem origens bem mais profundas enquanto grupo social, portanto, além de pesquisar e compreender a trajetória dos fundadores, pretende-se analisar os “receptores”, isto é, a comunidade leitora dessas ideias. Através do jornal *O Astro* busca-se acessar estas vivências negras, identificando seu público leitor e receptor, conhecendo seus ofícios, gênero, idades, locais de residência e redes familiares e associativas que estavam expressas em diversas passagens do jornal.

É fundamental aqui o diálogo com a historiografia da Imprensa no Brasil, visto que a Imprensa Negra não é entendida como uma imprensa acessória

⁷ Na pesquisa de tese dedicou-se um capítulo sobre a trajetória dos fundadores e se identificou a participação de José e Manoel, assim como seus familiares, em diversos contextos associativos como diretorias de Clubes de futebol, ligas esportivas e blocos carnavalescos das cidades de Cachoeira e Rio Pardo.

ou alternativa. Por muito tempo, a historiografia a Imprensa no Brasil dedicou-se a contemplar a imprensa a partir de escala evolutiva comparando-a até a consolidação da imprensa empresarial (SILVA ET ALL, 1986; SODRÉ, 1999). Foram trabalhos que se comprometeram em fazer um levantamento geral em sentido mais catalográfico e mesmo que importantes para o objetivo ao qual se destinam deixaram em aberto outras possibilidades de análise. Ao que se desvia dessa pretensa homogeneidade é atribuído caráter alternativo, específico e efêmero. É o que ocorre, por exemplo, nesses estudos ao classificar a imprensa operária, a feminista e a negra a partir dessas características.

Os estudos dedicados a história social da imprensa têm colocado a importância de considerar os diversos materiais impressos produzidos em pequena ou larga escala como uma possibilidade de pesquisa da história das sociabilidades, especialmente nos contextos urbanos. Neste sentido, uma perspectiva mais complexa inicia-se com as pesquisas que aliam a produção impressa à História Social. Heloísa de Faria Cruz (2013, p. 24) entende “a imprensa enquanto prática social e momento da constituição/instituição dos modos de viver e pensar”. A referida historiadora dedicou-se a compreender como a imprensa esteve presente na constituição dos espaços de sociabilidades na cidade de São Paulo, não apenas na região central, mas também nos diversos bairros populares paulistas. A história da imprensa no Brasil é muito mais rica de significados do que já engessada fórmula de pensar a cultura letrada somente a partir das classes dominantes, em contraposição a uma população analfabeta, inculta e inerte.

As primeiras décadas do século XX destacam-se pelo florescimento de periódicos de diversos matizes de conteúdo para além do teor político-partidário ma-

juritário no século anterior, ao mesmo tempo em que se fortalecia uma imprensa de cunho empresarial, impressos de temáticas diversificadas também surgiam com a possibilidade de imprimir e divulgar ideias de variados segmentos como operários, culturais e identitários.

Portanto, parte-se de uma premissa que os estudos sobre a imprensa devem compreendê-la enquanto um produto cultural do seu tempo e contexto e que atravessa os mais variados periódicos. Extirpá-los dessa compreensão acaba por enfatizar especificidades que, na realidade, estão presentes nos diversos produtos culturais daquele contexto. Por outro lado, focar somente o contexto e não ver as especificidades daquela produção também é um risco de não olhar para a riqueza do material que dá conta de entender as vozes por trás daqueles escritos, tanto seus produtores, como seus leitores/receptores. Estudar a imprensa é, dessa forma, entendê-la como um cruzamento em que desaguam três vias: o contexto, o produtor e o receptor. Como Laura Maciel expressou, é preciso “relativizar análises que, ainda hoje, sustentam a existência de um iletramento generalizado entre os trabalhadores e de sua ausência nas lutas pela expansão da educação e dos circuitos da cultura letrada” (MACIEL, 2016, p. 419).

O ponto de partida teórico para essa análise concentra-se nos estudos que enfatizam a imprensa escrita como um produto cultural cujo processo de difusão e circulação adentra o cotidiano popular. Expresso em outros termos, pensar sobre sua produção ou idealização e intencionalidades, sobre sua difusão e circulação e, finalmente, sobre a sua recepção, isto é, como a comunidade de leitores e receptores daqueles escritos impressos compreende e ressignifica o que receberam.

Robert Darnton, a partir da perspectiva da história cultural, tratou a questão da escrita e da leitura a partir da tensão entre a coerção do texto sobre o leitor e a liberdade do leitor na interpretação do texto. Referindo-se especialmente a uma história da leitura dos livros, suas considerações servem também para pensar os impressos de forma geral, entre eles, os jornais, pois questiona “sobre quem lê o quê, em que condições, em que momento e com que resultados” (1990, p.129). Carlo Ginzburg, por sua vez, ao investigar o processo inquisitorial do moleiro friulano Menóquio, percebeu a circularidade cultural existente dos impressos entre a cultura popular na Europa pré-industrial e de que forma eles eram compreendidos, gerando uma própria concepção de mundo camponesa que tensionava e refletia na cultura das classes dominantes, defendendo uma ideia de reciprocidade de influências culturais (GINZBURG, 2017).

A partir do referencial teórico-metodológico anteriormente exposto, partiu-se para a leitura e análise das 21 edições do jornal *O Astro* voltando-se para identificar quem eram os seus leitores/receptores a partir dos nomes citados nas páginas do periódico. Realizou-se uma tabulação em planilha Excel, na qual se apontou o nome completo da pessoa citada, relação com o jornal (se era assinante/favorecedor ou seu parente, ou apenas citado sem identificação); informações sobre data de nascimento, aniversário, casamento, falecimento; cônjuges, filiações ou parentescos; sobre local de residência, trabalho ou viagem; atuação profissional; informações sobre atuação comunitária (membros de diretorias de clubes sociais, clubes de futebol, blocos carnavalescos); qual contexto que a pessoa era citada (felicitações, viajantes, bailes, etc) e, finalmente, o apontamento da edição e página do jornal que trazia as menção aquela pessoa.

O levantamento inicial a partir de *O Astro* contou com o registro de 433 ocorrências nominais. Foi necessário que o cuidado com a duplicidade ou inconsistências, pois alguns nomes se referem a mesma pessoa, mas estão escritos de formas diferentes, como por exemplo o caso do assinante Justino de Oliveira, também registrado como Justino de Oliveira Ribas. Neste caso foi importante a confirmação de outras informações constantes na tabulação para garantir que se tratava da mesma pessoa (por exemplo, nome da esposa e data de nascimento). Alguns nomes não contêm o sobrenome, especialmente as crianças quando eram felicitadas pela passagem do aniversário, mas estas vinham com a informação da filiação, o que foi tudo devidamente registrado e auxiliou na segunda parte da pesquisa.

Após essa primeira tabulação nominativa dos citados na publicação, filtrou-se os nomes que tinham a clara identificação de que eram assinantes ou favorecedores, termos que observando a publicação, parecem serem utilizados de forma similar quanto ao significado, pois um mesmo indivíduo é nomeado das duas formas no decorrer das páginas do jornal. Optou-se por ser o primeiro grupo a ser analisado devido a clareza da informação fornecida, isto é, estava explícito quem eram os financiadores do projeto do jornal enquanto assinantes que auxiliavam na viabilização material da publicação. Sobre este grupo de assinantes/favorecedores é importante fazer duas observações. A primeira delas, diz respeito ao risco destes assinantes estarem sub-representados, isto é, o número ser maior que o que está declarado no jornal, e, portanto, em um primeiro olhar usar apenas este número de assinantes para identificar o sucesso ou não da publicação entre o público leitor. Por outro lado, este risco é minimizado de forma a entender a importância do jornal em

declarar seus novos assinantes como forma de declarar apoio nominal ao projeto, então é bem possível que senão todos, uma boa parte foi contemplada pela citação nominal enquanto assinante ou favorecedor. A segunda observação diz respeito ao fato de que alguns são citados como assinantes, mas não estão intrinsecamente ligadas àquela comunidade do jornal. Nesse caso estão, por exemplo, alguns comerciantes locais que foram identificados com pesquisa posterior e que não aparecem citados em outras passagens do jornal, restritos a nominação destinada à seção “Novos assinantes”.

Por outro lado, tem um grupo de pessoas citadas no jornal, que apesar de não declarados, diretamente assinantes, estão fortemente engajados em diversas passagens do jornal. A maioria estão vinculados a entidades associativas como clubes sociais e clubes de futebol da comunidade negra das cidades de Cachoeira e Rio Pardo. São citações que se estendem a seus familiares e com a frequência destas foi possível perceber que é possível que a muitos destes também atuavam enquanto financiadores da publicação, apesar de não estar claramente vinculados.

Para apresentação resultados iniciais desta pesquisa, o presente artigo se restringirá a descrição metodológica e análise empregada ao primeiro grupo de leitores/receptores d’ *O Astro*, que são os assinantes/favorecedores. No entanto a pesquisa da tese tem como intuito identificar a maior parte dos citados no jornal e observar seus lugares e engajamentos sociais dentro das comunidades negras pesquisadas. Após a identificação do grupo de citados como assinantes/favorecedores d’ *O Astro*, observou-se que 87 pessoas são assim referenciadas. É fundamental ressaltar que o número absoluto de assinantes não deve ser critério exclusivo de verificar o sucesso ou fracasso do alcance

da publicação, visto que, um assinante representava no mínimo um alcance entre seus familiares. Além dos seus, era comum a prática de difusão da leitura entre vizinhos ou mesmo dentro de entidades associativas, de forma que não apenas um grupo restrito dos nomeados assinantes tinham acesso ao impresso. Neste sentido, justifica-se também, além do uso da designação *leitores*, a utilização da palavra *receptores*, que acessavam o jornal seja pela leitura individual ou em grupos e pela oralidade (BORDIEU; CHARTIER, 2011).

Pode-se dizer que esta dimensão comunitária da leitura pode também ser favorecida pelos temas e assuntos que a imprensa negra trazia. O jornal destinava um espaço considerável em seções de sátiras, que viviam fazer brincadeiras com acontecimentos e comportamentos de pessoas da comunidade. Essas seções utilizavam de pseudônimos e abreviações de nomes, o que possivelmente eram identificados pela comunidade e geravam curiosidades e até alguns problemas para os redatores do jornal com o descontentamento com a sátira realizada. De qualquer forma, é possível que as conversas em torno destas passagens, ajudavam na publicidade do impresso.

Com o conhecimento dos nomes dos assinantes, partiu-se para um segundo momento que foi a busca de outras documentações que auxiliassem a identificar essas pessoas para além das informações que contavam no jornal. Neste caso, foi usado o método onomástico, preconizado pela micro história, no qual o nome é o fio condutor para identificar o mesmo indivíduo em diversas documentações e contextos (GINZBURG, 1989). Assim, empreendeu-se a pesquisa na plataforma de busca do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) e no site *Family Search*, que retornou fundos documentais diversos registros civis, registros eclesiásticos e processos judiciais⁸.

⁸ <https://www.apers.rs.gov.br/pesquisa-no-acervo>; <https://www.family->

Dos 87 nomes de assinantes/favorecedores, foram encontradas referências documentais de 49 deles. No caso de sete assinantes, a documentação e as informações do jornal não dão margem de certeza se se trata do mesmo indivíduo. Restam 31 nomes que não se teve acesso a documentação, sendo que em alguns deles, são nomes incompletos e que não possuem mais nenhum dado que permita uma busca mais efetiva. Estes documentos se referem principalmente aos registros civis, tais como processos de habilitações de casamento, registro de casamento, registro de nascimento e registro de óbito. Em menor grau, encontrou-se registros eclesiásticos de batismo e processos judiciais, como processos-crime, usucapião e inventários. Todos os dados constantes nestes documentos foram apontados em uma nova planilha Excel, que com o cruzamento dos dados retirados do jornal, foram fundamentais para entender quem era parte deste público leitor/receptor d'*O Astro*.

Na maioria dos casos, a informação que o jornal forneceu foram fundamentais para identificar se o documento obtido realmente se referia a pessoa pesquisada. Nesse caso as datas de nascimento e casamento foram cruciais para afastar o risco de homônimos. Algumas vezes tinha-se apenas a informação de um parentesco, como no caso do assinante Adão de Oliveira. A informação que continha no jornal era sobre o casamento de sua irmã Carmem de Oliveira com Athanagildo Alves da Silva, de 1929. Entre os muitos homônimos de Adão que foram encontrados na busca ao site do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, a confirmação só se efetivou com a consulta da habilitação de casamento de Carmem e Athanagildo, onde constava o nome do pai Miguel Henrique de Oliveira. Este foi um dado basilar para desvelar a documentação

correta que se referia ao assinante pesquisado, no caso, o processo de habilitação de casamento de Adão com Julia Couto, de 1930. O assinante Adão de Oliveira era jornalista e, devido a necessidade de trabalho, deslocava-se de Cachoeira ao município vizinho de Encruzilhada, que horas vagas, Adão também atuava como organizador do Bloco de Carnaval “Quero Ver”⁹.

O breve relato sobre o assinante Adão de Oliveira a partir das informações trazidas pelo jornal *O Astro* e pelos seus registros civis, serve para exemplificar a possibilidade de se acessar uma pequena biografia deste indivíduo. Assim, os resultados iniciais observados através deste cruzamento de informações sobre os assinantes d’*O Astro*, permitem vislumbrar algumas das características destes leitores cachoeirenses e rio-pardenses da Imprensa negra. Em primeiro lugar, homens, compõem 95% dos assinantes. Este fato reflete o contexto patriarcal do período no qual aos homens, sejam pais ou maridos, representavam a responsabilidade de “fechar o negócio” ou de obter os recursos financeiros principais da família. Mesmo elas quando eram citadas no jornal, na maioria dos casos vinculava-se a uma figura masculina como pai, esposo ou irmão. Porém, isto não significa que as mulheres não eram leitoras ativas e participantes na publicação. Em diversas passagens do jornal *O Astro* elas eram citadas como atuantes na direção de entidades associativas, ou participantes de concurso de beleza feminina promovido pelo jornal, assim como musas inspiradoras de poemas e cartas¹⁰.

⁹ Informações sobre Adão de Oliveira constantes nas edições d’ *O Astro* de 26/06/1927; 18/08/1927; 30/10/1927; APERS. Habilitação de casamento de Athanagildo Alves e Carmem de Oliveira, 1929; APERS. Habilitação de casamento de Adão de Oliveira e Julia Couto, 1930.

¹⁰ Para uma problematização sobre a atuação e as representações do feminino na Imprensa Negra ver Côrtes, 2012.

Em relação as atividades profissionais desenvolvidas pelos assinantes, percebeu-se uma gama de profissões atreladas ao contexto urbano na sua maioria¹¹. Porém isso não quer dizer que eram ocupações exercidas exclusivamente neste contexto, considerando que as cidades de Cachoeira e Rio Pardo nas décadas iniciais do século XX ainda não possuíam uma separação tão rígida entre rural e urbano. Ou em alguns casos foi possível perceber em diferentes documentações que expressavam momentos da vida do indivíduo pesquisado, eram advindos de contextos rurais e depois teriam migrado para a cidade, como no caso do assinante Gregório Gomes que ao registrar seus cinco filhos com Thereza Gomes entre os anos de 1891 a 1910, declarou nos primeiros registros ser agricultor e residente no primeiro distrito do município de Cachoeira. Nos registros dos filhos que nasceram próximo ao ano de 1910, Gregório declarou residência na cidade de Cachoeira e a ocupação profissional de jornaleiro¹².

Outra questão também observada entre os assinantes está relacionada a faixa etária e momento de vida que os mesmos se encontram. A maioria são homens entre 20 e 30 anos que estão contraindo casamento ou com filhos pequenos¹³. Isso sugere também que a faixa etária coincide com os fundadores José e Manoel, e, portanto, muito dos assinantes podem ser participantes das mesmas atividades recreativas e de

¹¹ As profissões e quantificações descritas: Artista 1, Jornaleiro 8, Empregado no comércio 5, Funcionário público/ empregado público 8, Pintor 1, Criador 2, Agencias 2, Doméstica 1, Sapateiro 2, Industrialista 1, Pedreiro 2, Negociante 1, Marceneiro 3, Padeiro 1, Mecânico 1, Chauffeur 3, Embarcação 1, Agricultor 1, Comerciante 1, Ferreiro 1 e Operário 1.

¹² Informações constante n'O *Astro* edição de 29/09/1927 e de 31/01/1928; Registros civis de nascimento de dois dos filhos de Gregório e Thereza Gomes, disponíveis em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:-3QS7-89LC-S9Z4-8?cc=3741255> e <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:3QS7-89LC-S9HD-2?cc=3741255>

¹³ 55% dos assinantes identificados nasceram entre as décadas de 1890 a 1910.

socialização, o que pode ter contribuído por esta ser a faixa etária predominante.

Observou-se também a busca pela legitimidade das relações matrimoniais em relação a geração de seus pais. Os dados dos assinantes demonstraram que em metade deles eram considerados filhos ilegítimos ou naturais. Isso não quer dizer que não eram relacionamentos conjugais permanentes, mas que os registros civis ainda estavam aquém de representar os laços maritais e de filiação da população nas décadas finais do século XIX. A consolidação da legislação republicana passou a cada vez mais exigir os documentos como instrumentos para garantir a cidadania¹⁴. Outras observações possíveis de se realizar a partir deste levantamento de dados sobre os assinantes são relativos à questão da alfabetização (assinatura nos registros civis) e sobre a menção da cor do indivíduo, se é citada ou não e quais os contextos que a cor aparece ou está silenciada nas fontes.

Enfim, são muitas as possibilidades de análise desta comunidade leitora/receptora da Imprensa Negra em Cachoeira e Rio Pardo a partir do cruzamento das informações constantes no jornal e com os registros civis consultados. Nesse sentido, a metodologia proposta busca aprofundar um pouco mais sobre quem são essa comunidade negra que estava apostando e apoiando os projetos da Imprensa Negra na região. Conhecê-la é também compreender como estas vivências negras estiveram atuantes nas lutas pela cidadania nas primeiras décadas do pós-abolição.

¹⁴ O advento da República em 1889 é frequentemente citado naquele período como um marco inaugural de uma nova era de direitos políticos e sociais, ressaltado pela imprensa negra e imprensa operária pelo país (BATALHA, 2003, p. 174).

Referências Bibliográficas:

BATALHA, Cláudio H. M. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. N. (Orgs.). O Brasil Republicano I: O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BORDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). Práticas de Leitura. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CORTÊS, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: Gênero, Raça, Imagem e Discurso em O Menelik (São Paulo, 1915-1916), Afro-Ásia, 46, 2012.

CRUZ, Heloísa de Faria. São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915). São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. A micro-história e outros ensaios. Lisboa: Difel, 1989.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

MACIEL, Laura Antunes. Imprensa, Esfera Pública e Memória Operária – Rio de Janeiro (1880-1920). Revista História, USP, n. 175, jul. dez., 2016.

MATTOS, Hebe Maria, RIOS, Ana Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. TOPOI, v. 5, n. 8, jan.-jun. 2004.

PINTO, Ana Flávia M. De pele escura e tinta preta: A imprensa negra no século XIX (1833-1899). Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Brasília, Brasília, 2006. SANTOS, José Antônio dos. Prisioneiros da História: trajetórias intelectuais na imprensa negra Meridional. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni. da. Breve histórico da imprensa sul-rio-grandense. Porto Alegre: CORAG, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4. ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

ELEIÇÕES EM 1965: ENTRE A NORMALIZAÇÃO INSTITUCIONAL E AS INELEGIBILIDADES

Dayane Cristina Guarnieri¹

As eleições estaduais do dia 3 de outubro de 1965, marcadas em 11 estados brasileiros, foi alvo de indagações que conjecturavam sobre a sua realização ou o cancelamento. A eleição era um tema sensível dentro de um contexto recente após o golpe civil-militar, no qual o governo do Presidente Castello Branco defendia a permanência de uma aparente normalidade democrática, mesmo utilizando mecanismos de exceção como o Ato Institucional.

O debate em torno das eleições estaduais, é analisado a partir do discurso impresso nos editoriais do *Jornal do Brasil*, que defendia a realização das eleições como forma de legitimar o governo e o golpe de Estado. Contudo parte das Forças Armadas eram contra as eleições, pois não acreditavam na vitória dos candidatos apoiados pelo governo, para eles a derrota nas urnas deflagraria uma crise ao fornecer subsídios para seus opositores. Mas, o presidente estava disposto a realizar eleições viáveis, por isso, em junho de 1965 o Presidente Castello Branco envia ao Congresso Nacional o Projeto de lei das inelegibilidades.

Para o *JB* as decisões presidenciais pretendiam demonstrar a continuidade da prática democrática, e a eleição direta era o símbolo da democracia que poderia legitimar o governo perante a sociedade, mas ao invés disso, a lei das inelegibilidades forneceu argumentos para a oposição demonstrar a arbitrariedade do go-

¹ Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: dayaneguarnie@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6240668144391521>.

verno vigente. Em 1964, a política governamental e as concepções da agenda política do *JB* apresentam elementos divergentes sobre a utilização do Ato Institucional. O governo militar prioriza a estabilização econômica, em detrimento de uma reforma política. Utiliza o AI para realizar expurgos de opositores políticos, e prefere negociar com o Congresso sobre as reformas.

Entretanto, o *JB* afirma que o diálogo com o Congresso desacelerava as reformas urgentes, sendo assim o AI retirava os impasses burocráticos que marcavam a estagnação do país, e apesar do periódico admitir a necessidade dos expurgos realizado pelo AI no início de 1964, não aceitava que sua função ficasse apenas nesse âmbito, defendendo que o governo deveria aproveitar os poderes excepcionais para a impor as reformas, primeiro a política e posteriormente as outras. O periódico aparenta uma ânsia por transformações estruturais e rápidas para inserir o Brasil na órbita do capitalismo, destarte incentivava a imprescindibilidade de um governo com legitimidade capaz de garantir a estabilidade política no país. Essa perspectiva foi notada na campanha em prol da prorrogação do mandato de Castelo Branco e nas eleições estaduais de 1965.

Desde o início de 1965 existiam notícias sobre a realização das eleições diretas marcadas para o dia 3 de outubro em 1965 em 11 estados. Junto com as eleições verifica-se que os militares que se chamavam de “revolucionários” (linha dura) divergem sobre decisão do presidente Castello Branco de realizar as eleições. Estava estabelecido um momento de tensão na caserna. Simultaneamente, com a confirmação das eleições diretas, logo começam os trabalhos para a aprovação de emendas constitucionais sobre a questão eleitoral. Entre 8 de abril e 7 de julho de 1965 foram aprovadas

quatro emendas.²

Para Skidmore (1978, p. 94) o presidente usou essas emendas constitucionais para aumentar o controle sobre o sistema eleitoral e garantir a vitória da UDN (União Democrática Nacional) nas urnas. O autor considera que as duas principais emendas eram: a que exigia o mínimo quatro anos de domicílios no estado em que concorreria o candidato e a lei de inelegibilidades na qual uma das medidas vetava os candidatos que haviam sido ministro do governo de Goulart depois de 1963, está última, especificamente, visava eliminar candidatos oposicionistas com grande probabilidade de se elegerem.

Na intensa publicação de editoriais sobre as eleições de 1965 se percebe a repetição de discursos que afirmavam a certeza de que haveria eleições em outubro e relacionam esse evento com afirmar a tendência democrática do governo. A repetição da ideia de que a eleição precisava se realizar justifica-se no conflito entre o governo de Castelo Branco, que apresenta as eleições como parte constitutiva de seu projeto político inicial de institucionalização, e dos grupos militares que não concordam com as eleições diretas. Assim, por meio, da análise dos textos se percebe que além dos militares da linha dura, existia uma oposição dentro do grupo dirigente contra as eleições.

Outro tema que persiste é a diminuição dos riscos, representados por candidatos que significariam o retorno da ordem anterior a intervenção militar. Os

² As emendas constitucionais n. 12 e n.13 ambas do dia 8 de abril de 1965 versam sobre eleições municipais. A emenda n.14 de 3 de julho de 1965 exige que os candidatos tenham domicílio eleitoral de quatro anos no estado que concorrem, assim como estabelece que novos casos de inelegibilidades fossem definidos em lei e a emenda n. 15 estabelece a declaração dos bens e rendas dos candidatos. Ver em: (BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. *Mudança constitucional, autoritarismo e democracia no Brasil pós-1964*. 2009. 409 f. Tese Doutorado em direito. – Universidade de Brasília, Brasília, 2009).

textos refletem o temor do fim do recente regime que poderia ser desestruturado com a derrota nas urnas, embora demonstre que o receio fosse inevitável em um regime que se constituiu e se manteve pela força. Em 7 de agosto o periódico anuncia em sua capa que o presidente Castello Branco deixa claro a realização das eleições, mas garante que “não permite subversão nas eleições”.

Verifica-se que o *JB* aceitava o controle governamental sobre o processo eleitoral para oferecer o que denomina de “eleições viáveis”. Ou seja, eram eleições que legitimariam o governo perante a sociedade e, concomitantemente, garantiria a vitória eleitoral dos parlamentares apoiados pelo governo federal e o impedimento de candidatos considerados prováveis inimigos a “Revolução”. A análise do editorial *Manobras suicidas* de 1 de julho de 1965 possibilita a compreensão de que as eleições somente aconteceriam sob a égide de restrições à candidatos desaprovados pelo governo militar.

Grande parte dos editoriais se concentra na importância e nos benefícios da lei de inelegibilidade, concomitantemente com a imprescindibilidade das eleições, ambas as ações, apesar de contraditórias, representam no texto editorial o sentido de “consolidação democrática”, ou seja, a vontade do governo em obter a “normalidade política”, representada pelas eleições que é um elemento da efetivação de um suposto “programa de normalização institucional”.

Assim os argumentos que justificam a necessidade das eleições visam estabelecer a proximidade com os processos praticados em uma democrática, mesmo diante de interferências cerceadoras do governo militar. Essa concepção é compreendida é definida por Maud (2012) como uma democracia autoritária e por Kinzo (1988) de uma democracia tutelada, que tenta legitimar o governo militar objetivando garantir

a estabilidade política exercendo práticas democráticas junto com práticas arbitrárias.

No dia 22 de junho de 1965 o Presidente Castelo Branco envia ao Congresso Nacional o Projeto de lei das inelegibilidades. O presidente defende que a eleição em 1965 é irreversível e garante que qualquer pessoa eleita nos 11 estados irá tomar posse. Para o JB as decisões presidenciais revelam a continuidade da prática democrática. Na Guanabara o primeiro candidato para governador pelo PTB foi o ex-ministro da Aviação Hélio de Almeida considerado inelegível³, assim como, o candidato seguinte o Marechal Teixeira Lott.⁴ No lugar deste último, entra o candidato Negrão de Lima que segundo o JB era alvo de preocupação do governo juntamente com a candidatura e a do Marechal Lott por obter apoio do Partido Comunista.⁵

Em Minas Gerais o candidato do PSD (Partido Social Democrático), Sebastião Paes de Almeida, foi Ministro da Fazenda de Juscelino e que também foi considerado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral sob a acusação de exercer “influência inadequada para vencer a eleição anterior”. Paes de Almeida, julgado inelegível, certamente ganharia as eleições e por isso ele foi acusado de utilizar sua fortuna para promover a campanha. (ALVES, 1984, p. 86). Quem o substituiu foi

³ *Jornal do Brasil*, 23 de junho de 1965, p. 1, tit.: Lei dos Vetos enquadrando a ação antirrevolucionária. Lei das inelegibilidades, enquadrando no seu art. 4º, a candidatura de Hélio de Almeida ao determinar que são inelegíveis até 31 de dezembro de 1965 os Ministros de Estado que serviram no período compreendido entre 23 de janeiro de 1963 e 31 de março de 1964, exceto os que haja ocupado Ministérios militares ou sejam parlamentares.

⁴ *Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1965, p.1 Garantia eleitoral; *Jornal do Brasil*, 25, de agosto de 1965, p.6, tit.: Reforma realista. Os textos informam que o tribunal eleitoral da Guanabara nega por unanimidade sua candidatura. O JB destaca que a decisão provém dos poderes legais da Comissão de Reforma do Congresso.

⁵ *Jornal do Brasil*, 26/27 de setembro de 1965, p. 1, tit.: Partido comunista dá apoio oficial à candidatura de Negrão; *Jornal do Brasil*, 29 de setembro de 1965, P. 1, tit.: Castelo convoca Comando Militar.

Israel Pinheiro, amigo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. (SKIDMORE, 1978, p. 95)

O *Jornal do Brasil* apresenta a hipótese de que a oposição em Minas Gerais e na Guanabara queriam fabricar um mártir, pois sabiam, previamente, que esses nomes (Sebastião Paes de Almeida e Marechal Lott) seriam considerados inelegíveis pelo governo militar. (*Jornal do Brasil*, 9 de setembro de 1965, p.1, tít.: Garantia eleitoral). Dessa forma, o periódico defende a limitação de candidatos que representem ligações com a ordem governamental anterior. Por isso o *JB* apoia a lei das inelegibilidades, que na sua concepção visava proteger a um governo que ainda estava em processo de desenvolvimento e para evitar o retrocesso, que significava a volta de uma forma de governo aos moldes de Goulart:

Tecnicamente, a definição das inelegibilidades em dois tempos – emenda constitucional para estabelecer as normas gerais e lei ordinária para particularizar as hipóteses – parece-nos constituir a melhor fórmula. [...] Em relação, entretanto, às incompatibilidades de teor exclusivamente político, a posição do Governo terá que implantar-se com margem mínima de erro. Pois ele não estará somente julgando os proscritos da Revolução. Estará ainda fazendo julgamento de si próprio, como poder capaz de salvar o regime sem sair dos caminhos do humanismo e da justiça. (*Jornal do Brasil*, 11 maio de 1965, p.6, tít.: Definições de direitos)

Assim a contradição que permeia o cenário eleitoral pode ser descrita como uma mistura de elementos de duas origens: a primeira constitucional/democrática, que prima pelos caminhos normais da democracia com um parcial respeito ao calendário eleitoral, e a submissão da prática democrática à necessidade de preservar um regime autoritário. Ou seja, era evidente a intenção de obter a legitimidade sob o status de um

regime quase democrático.

Em seu texto o *JB* se posiciona contra uma reforma eleitoral que impeça as eleições. Mas é favorável às providências de instrumentos legais como a lei das inelegibilidades que restrinjam o pleito marginalizando os indivíduos que ameaçam a ordem estabelecida: “O Governo colheu mais uma vitória no Congresso Nacional, com a aprovação do Projeto de lei das inelegibilidades. Apesar de certos vaticínios pessimistas, que foram injetados na corrente de opinião pública”. *Jornal do Brasil*, 10 julho de 1965, p.6, tít.: Garantia eleitoral). Ainda sobre a lei das inelegibilidades, o texto justifica sua função de impedir o acesso de políticos ao pleito:

O elenco de iniciativas legais que renovam a estrutura do regime democrático brasileiro conta agora com um documento de aspecto accidental, embora de importância política preponderante na normatização da vida do País: a lei das inelegibilidades entra em vigor para tornar viável a grande prova eleitoral que faz, depois da solução de 31 de março. O sentido saneador da lei sancionada ontem pelo Presidente da República tem dois alcances. Em primeiro lugar, a definição de inelegibilidades visa a não dar acesso a figuras políticas em condições e perturbar a campanha eleitoral. *Jornal do Brasil*, 16, julho de 1965, p.6, tít.: Senso realista.)

Alves (1984, p. 86) ressalta que a lei das inelegibilidades editada para atingir candidatos específicos da oposição concedeu o elemento central explorado pela própria oposição em sua campanha eleitoral, assim, a lei prejudicou a “legitimidade que o governo Castelo Branco esperava reconquistar com as eleições”.

As eleições estaduais do dia 3 de outubro de 1965 na concepção editorial do *JB* apontam para a suposta natureza democrática do movimento que se denomina de “Revolução”. Fica explícita a defesa que ele faz da postura democrática do governo e na crença de

uma reforma eleitoral-partidária. O periódico rebate as conjecturas dos que levantavam dúvidas sobre a realização das eleições, afirmando que elas são imprescindíveis para a continuidade do governo e das mudanças estruturais no país.

Os textos conduzem a uma compreensão de que as eleições eram a prova de que, apesar da situação não democrática o país caminhava para ela, as eleições constituíam um forte argumento, que serve como indicador para tranquilizar os grupos que ansiavam pela normalização democrática, dentre eles estava a própria imprensa que precisava criar mecanismos para defender o governo que ajudou a colocar e a consolidar no poder.

A proposta do *Jornal do Brasil* acerca do tema eleição sinaliza que ela era a solução para minimizar o problema da legitimidade do governo militar. Nesse sentido mesmo com a restrição de candidatos, a eleição direta seria emblemática para provar a normalidade da prática dos ritos democráticos:

Melhor caminho para a normalidade são as eleições, mesmo que estas sejam tuteladas pelo sistema de inelegibilidades. Definidas no plano transitório da legislação ordinária, as eleições representam passo importante para assegurar a continuidade do regime de 1946, que a experiência brasileira tem atualizado, a fim de atender às necessidades geradas pelo desenvolvimento econômico, político e social. (*Jornal do Brasil*, 1 julho de 1965, p.6, tít.: Manobra suicida).

O *JB* anuncia que as eleições provariam a vontade do governo federal em obter a “plena normalidade política” e a permanência do regime de 1946. Mais uma vez, ele relaciona a importância da eleição de 1965 para que se confirmasse a eleição presidencial de 1966. O editorial chamado *Marcha democrática* reafirma que em 1964 o *JB* defendeu a democracia e suas institui-

ções apoiando a intervenção militar e em 1965 afirma que as eleições marcam o resultado do aperfeiçoamento das instituições democráticas. (*Jornal do Brasil*, 24 setembro de 1965, p.6, tít.: Marcha democrática).

Muitos apoiadores do golpe civil-militar e do governo militar alegavam que não concordavam com as eleições, pelos supostos riscos que a derrota eleitoral iria gerar ao regime. O editorial *Progresso tardio* do dia 29 de maio de 1965 afirma que existia um projeto aprovado pela Câmara dos deputados que excluía as eleições deste ano e as de 1966.

As eleições traziam em si uma solução e um problema ao governo, pois parafraseando seus defensores: reforçaria que existia resquícios de democracia, mas simultaneamente, o deixaria exposto um governo militar que nasce longe das urnas. Entende-se que com a manipulação das eleições o perigo não estava na vitória de políticos da oposição, que não representavam perigo ao domínio militar, mas pode-se inferir que o temor da derrota eleitoral estava em expor a falta de legitimidade do governo confirmada pela população.

As eleições marcaram a derrota da UDN em 9 dos 11 estados em disputa, o que significou a “vitória da *oposição* ao movimento de 1964 e, conseqüentemente, uma derrota do *governo*”. Esse resultado das eleições de 3 de outubro de 1965 marca uma continuidade de vinte anos de derrota da UDN para a coligação PSD e PTB. (GRINBERG, 2009, p. 58).

Após a concretização das eleições, a conclusão editorial do *JB*, sublinha que se processava no país o aprimoramento político para embasar a reestruturação da democracia plena: “A campanha eleitoral deste ano demonstrou, à sociedade, que essa coesão constitui matéria vital para que o pleito de 1966 se realize também com um episódio de normalidade democrática e de aprimoramento político, livre dos fantasmas

do revanchismo”. (*Jornal do Brasil*, 2, outubro de 1965, p.6, tít.: Coesão revolucionária). Ainda no editorial, Unidade, diz: “o caminho democrático está traçado. Não há por que abrir uma crise de confiança, nem dar ouvidos aos sussurros, agora mais audaciosos, dos que se filiam ao esquema da provocação.” (*Jornal do Brasil*, 6, outubro de 1965, p. 6).

Apesar da formulação do *JB* sobre um perfil democrático se definindo, era perceptível que os editoriais insistem em afirmar o dever de respeitar à vontade dos leitores. Essas falas refletem uma resposta aos comentários em torno de uma possível ação para impedir a posse de candidatos eleitos da oposição. Diante dessas conjecturas o *JB* defende que a prática e a continuidade da democracia, seriam interrompidas se não houvesse a posse de todos os eleitos. Essa ideia está expressa no editorial, Força Democrática, que defende a posse dos eleitos como condição de sobrevivência de um governo democrático em que a opinião da maioria é respeitada, e na qual a minoria se submete. (*Jornal do Brasil*, 5, outubro de 1965, p. 6).

Para o *JB* a posse dos eleitos era uma etapa decisiva na direção da normalização do regime, além de assegurar as próximas eleições. Assim diante de uma eminente crise militar, a ênfase se apresenta em torno da ineficiência da lei das inelegibilidades, que não preveniu problemas como os que estavam acontecendo em torno da posse dos eleitos.⁶

Para permitir a posse dos eleitos de Minas Gerais e Guanabara setores da “linha dura” exigiram o direito de o governo federal escolher os secretários de

⁶ Ver em: *Jornal do Brasil* crítica que a legislação eleitoral para preservar a Revolução foi ineficaz e tardia. (*Jornal do Brasil*, 14 de outubro de 1965, p.6, tít.: Nada de novo); o periódico também afirma campanha foi regida por um Código Eleitoral que resultou de estudos e observações que visou escoimar as eleições dos vícios e deformações do passado. (*Jornal do Brasil*, 6de novembro de 1965, p.6, tít.: Posse aos Eleitos)

Segurança dos Estados, ela lembra que os ex-governadores desses estados respectivamente Magalhães Pinto e Carlos Lacerda usaram as forças policiais para auxiliar o golpe civil-militar, por isso, essa ação visava a prevenção contra uma possível força da oposição. A partir desse momento os polícias civis e militares dos Estados passaram a ser controladas pelo governo federal, num aparato repressivo cada vez mais centralizado. (ALVES, 1984)

Diante da pressão militar após as eleições e a ameaça de derrubada do governo, o presidente cria um conjunto de medidas que seriam votadas entre 26 e 27 de outubro de 1965 pelo Congresso. Essas medidas propostas por Castelo Branco podem ser compreendidas em um cenário de derrota nas eleições de 1965, da volta de JK ao país e do fim do Ato Institucional em 31 de janeiro de 1966 e volta a égide apenas a Constituição de 1946.

Essas circunstâncias sinalizam ameaças ao governo militar, por isso, existia rumores sobre a formulação por parte do presidente e de seus assessores de um instrumento de poder que equivalesse ao Ato Institucional para garantir a continuidade do governo. (*Jornal do Brasil*, 15, outubro de 1965, p.6, na coluna Coisas da Política. Institucionalização da Revolução de 64).

Como Congresso rejeita à emenda constitucional proposta pelo presidente, no dia 27 de outubro após reunião com os Ministros militares ocorre à edição Ato Institucional n.º 2, que representou a tentativa de acalmar os ânimos das Forças Armadas inconformadas com a derrota eleitoral. Tendo em vista, que a essência autoritária das medidas restritivas que Castelo Branco enviaria ao Congresso era semelhante ao AI-2, pode-se afirmar que a diferença estava nos procedimentos que efetivariam essa legislação. O *JB* defende as medidas

restritivas quando elas exigiam o aval do Congresso, mas não foi receptivo a um novo Ato Institucional 2. A partir dessa percepção compreende-se que o *JB* estava mais preocupado com o discurso da legalidade, cujo fim era a legitimidade, do que com o processo efetivo de endurecimento do regime.

O anúncio das eleições estaduais de 1965 criou um contexto de expectativas em torno de um governo militar disposto a provar suas “intenções democráticas”. Mas o seu desfecho terminará com a publicação do segundo Ato Institucional, que desemboca em uma reestruturação do discurso editorial do periódico, a partir desse momento o texto evidencia a sua frustração com a demonstração aberta de um governo autoritário.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984.

GRINBERG, Lucia. Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional, Arena (1965-1979). Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

KINZO, Maria Dalva Gil. Oposição e autoritarismo. Gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988.

CHIRIO, Maud. A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

**A PROJEÇÃO DO CEARÁ COMO VANGUARDA DO
MOVIMENTO ABOLICIONISTA BRASILEIRO NA IMPRENSA:
AS REPRESENTAÇÕES DA LEI 2.034 NA PROPAGANDA DO
JORNAL “LIBERTADOR” (1881-1884)**

Francisco Paulo de Oliveira Mesquita¹

**A propaganda do jornal Libertador
na imprensa brasileira**

Antes da repercussão do dia 25 de março de 1884 no Ceará, em várias capitais do Império, a campanha antiescravista nessa província, já havia ganhado bastante repercussão na opinião pública nacional e levantava diversas discussões sobre os rumos do problema do elemento servil na imprensa brasileira, contribuindo com a propaganda do jornal *Libertador* para projetar a província do Ceará, como a vanguarda do movimento abolicionista brasileiro.

Apesar de a campanha contra a escravatura na província do Ceará ter ganhado fôlego somente na década de 1880, sobretudo após a fundação da Sociedade Cearense Libertadora (SCL), o fortalecimento da conexão dessa agremiação abolicionista cearense com alguns dos principais grupos antiescravistas do Brasil, em especial, a Associação Central Emancipadora do Rio de Janeiro, depois da repercussão da primeira greve dos jangadeiros no porto da cidade de Fortaleza na opinião pública brasileira e do estabelecimento da rede de telegrafia no Ceará, em 1881 (DE NORTE..., 1881, p. 5), favoreceu o contato entre o jornal *Libertador* e os periódicos abolicionistas fluminenses *Gazeta de Notícias* e *Gazeta da Tarde*. Essa conexão contribuiu

¹ Mestrando em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: francisco.mesquita@aluno.uece.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4236589254898010>

não só com a repercussão do processo abolicionista cearense na “opinião pública” (MOREL; BARROS, 2003, p. 17) nacional, mas também com o debate sobre o abolicionismo cearense na imprensa brasileira, permitindo que o jornal *Libertador* atuasse como protagonista nesse palco de disputas e projetasse essa província como vanguarda dessa campanha no Brasil.

Esse periódico cearense foi inaugurado no dia 1º de janeiro de 1881 e circulou até o ano de 1892, no entanto, ele atuou como órgão da Sociedade Cearense Libertadora² somente até o “dia 7 agosto de 1884” (EXPLICAÇÃO..., 1884, p. 2). Durante essa fase de circulação, o jornal *Libertador* foi dirigido pelo intelectual republicano e comerciante cearense João Cordeiro. Ele tinha como redatores-chefes: Antônio Bezerra de Menezes, Joaquim José Telles Marrocos e Antônio Dias Martins Júnior. Dentre os seus principais colaboradores, figuravam dentre outros: Dr. Frederico Augusto Borges, Justiniano de Serpa, Martinho Rodrigues de Souza, Dr. Almino Alvares Afonso, Abel Garcia, João Lopes Ferreira Filho e o Dr. Pedro Tomás de Queiróz Ferreira. Enquanto os seus principais correspondentes foram: Francisco de Paula Ney, Dr. Tristão de Alencar Araripe Júnior e o Dr. Antônio Augusto de Vasconcellos.

Em sua edição de estreia, esse periódico cearense já anunciava a caminhada do movimento abolicio-

² A Sociedade Cearense Libertadora foi a principal agremiação abolicionista da província do Ceará. Ela foi inaugurada no dia 8 de dezembro de 1880, pela Associação Comercial Perseverança e Porvir. Ela era composta pelos seguintes membros: Presidente: João Cordeiro; 1º Vice-Presidente: José Correia do Amaral; 2º Vice-Presidente: Dr. Frederico Augusto Borges; 1º Secretário: Antônio Bezerra de Menezes; 2º Secretário: Antônio Dias Martins Júnior; Tesoureiro: José Theodorico de Castro; Advogados: Justiniano Francisco Xavier, Dr. Almino Alvarez Afonso, Dr. Theofilo Rufino Bezerra de Menezes; Diretores: Dr. Pedro Augusto Borges, Pe. João Augusto da Frota, Antônio Cruz Saldanha, Isaac do Amaral, José Albano Filho, Joaquim Lopes Verçosa, Alfredo Salgado, José Barros da Silva, Joaquim José Telles Marrocos, Francisco José do Nascimento, Justiniano de Serpa, Manoel Albano Filho, João Carlos da Silva Jatáhy e Pe. Bruno Rodrigues de Figueiredo. (OLIVEIRA SILVA, 2002, p. 225-226).

nista do Ceará pelo Brasil. O jornal *Libertador* apresentava a posição do Ceará em nome da ideia da liberdade e projetava o grande papel destinado ao Ceará na história do Império, como vanguarda do movimento abolicionista. Ele apregoava que essa província libertaria os seus escravos primeiro e serviria de exemplo para os seus irmãos do Sul da nação:

[...] Oh! liberdade, que doces transportes nos arrebatas tu com o magico, encanto de tua palavra! Inspirados na inviolabilidade de teus dogmas seductores, trabalhando em commum para o engrandecimento da terra, que és protectora, e imbalados na magia do teu nome, que nos faz palpitar de entusiasmo o coração, poderemos exclamar cheios de prazer aos nossos irmãos do sul: vinde aprender connosco a ser livres! Vindes gozar alegrias que não podeis conhecer! Vinde ver como um povo acabrunhado de mil calamidade naturaes, encara os perigos, e a despeito de todas as desgraças, só sonha com as grandezas que lhe inspira o esforço de sua constancia. Não há de negal-o; o Ceará está destinado a representar grande papel na história deste império (O NOVO..., 1881, p. 2)³.

Conforme essa vontade de representação, esse periódico imprimiu a sua visão da liberdade. Além da construção do debate antiescravista na província do Ceará, ele divulgou diversas matérias sobre a repercussão do abolicionismo cearense pelo Brasil, em especial, as notícias sobre os acontecimentos eleitos como basilares para a trajetória da libertação dos escravos no Ceará. Dessa maneira, além da repercussão da libertação total dos escravos dessa província, no dia 25 de março de 1884, eventos como o fechamento do porto da cidade de Fortaleza contra o tráfico interprovincial de escravos, após duas greves protagonizadas pelos jangadeiros durante o ano de 1881, a proclamação de

³ Optamos por transcrever as notas jornalísticas mantendo sua grafia original, em itálico, para melhor evidenciar tal escolha.

Acarape como o primeiro município livre do Império, a abolição da escravatura na cidade de Fortaleza e a promulgação da lei provincial N° 2.034, foram constituídos como referências para o movimento abolicionista brasileiro, uma vez que conseguiram desencadear um conjunto de expectativas, que pretensamente aceleraram os rumos das discussões sobre o problema do elemento servil, na opinião pública brasileira.

Segundo o circuito de difusão das ideias na imprensa do final do século XIX, onde os jornais ainda obtinham muitas das suas “informações via correspondências dos leitores e através das transcrições de periódicos de outros países ou de outras províncias” (BARBOSA, 2010, p. 59), o jornal *Libertador* realizava não só a divulgação de diversas notícias sobre os “principais” acontecimentos do movimento abolicionista do Ceará, mas também “acompanhava como os acontecimentos agiam sobre a opinião pública e a maneira como ela influía sobre os acontecimentos” (BECKER, 2003, p. 186). Esse periódico fazia eco nas suas próprias páginas, de diversas notícias da repercussão do abolicionismo cearense na imprensa brasileira e procurava ressignificar as representações (CHARTIER, 1988), divulgadas sobre o que era falado do processo abolicionista na província do Ceará, nessa performática arena de disputas.

Dentre esses eventos, a notícia sobre a promulgação da Lei 2.034, de 19 de outubro de 1883 do Ceará, ganhou bastante repercussão na opinião pública nacional e foi apropriada pelo jornal *Libertador* e os seus correligionários da imprensa, em especial, a *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro, para projetar a província do Ceará como a vanguarda do abolicionismo brasileiro. Conforme essa problemática, será analisado a seguir, como o jornal *Libertador* divulgou um conjunto de representações sobre a Lei 2.034 na imprensa brasileira,

antes da libertação total dos escravos dessa província, no dia 25 de março de 1884, para continuar a propaganda para a projeção da província do Ceará, como vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, iniciada desde o seu aparecimento na imprensa cearense, em 1881.

A projeção do vanguardismo abolicionista cearense: representações da Lei 2.034 no jornal “Libertador”

Como já foi dito, antes de o jornal *Libertador* divulgar diversas matérias sobre os efeitos do dia 25 de março de 1884 do Ceará pelo Brasil, ele difundiu várias notícias sobre a repercussão dos principais acontecimentos do movimento abolicionista cearense na imprensa brasileira, sobretudo as notícias publicadas pelo jornal *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro. Essa folha antiescravista foi fundada em 1880, pelo jornalista negro José Ferreira de Menezes⁴ e atuou como porta-voz da Associação Central Emancipadora do Rio de Janeiro. No entanto, o futuro periódico do abolicionista José Carlos do Patrocínio e da afamada Confederação Abolicionista dessa província, também se apresentou como o principal veículo de comunicação das ideias da Sociedade Cearense Libertadora no Sul do Império (MARCHA..., 1884, p. 1).

Essa parceria foi bastante frutífera para a propaganda abolicionista do jornal *Libertador*, uma vez que além de ter sido o periódico antiescravista mais importante da imprensa do Rio de Janeiro, a *Gazeta da Tarde* transcrevia não só matérias difundidas pelo jornal da Sociedade Cearense Libertadora, mas também divul-

⁴ José Ferreira de Menezes (Corte, Rio de Janeiro, 1845 – Corte, Rio de Janeiro, 1881) foi um burocrata, advogado, poeta e jornalista republicano e abolicionista. Ele se bacharelou pela Faculdade de Direito de São Paulo e foi o fundador do periódico abolicionista *Gazeta da Tarde* do Rio de Janeiro (BLAKE, 1893, v. 4, p. 426-427).

gava um conjunto de notícias que contribuíram para a projeção do Ceará, como protagonista do movimento abolicionista brasileiro. Essas matérias, em grande medida, eram transcritas ou referenciadas nas páginas do jornal *Libertador* e visavam não só legitimar a representação do Ceará como vanguarda do abolicionismo, mas também questionar as críticas contra essa província na imprensa brasileira.

A articulação entre essas duas folhas abolicionistas não foi diferente quando a Lei 2.034 foi promulgada no Ceará. O projeto dessa lei foi elaborado pelos deputados abolicionistas Frederico Borges, Justiniano de Serpa e Felipe Sampaio, e apresentado na Assembleia Provincial do Ceará, no dia 4 de outubro de 1883. Todavia, ele foi sancionado pelo Dr. Satyro de Oliveira Dias, então presidente da província do Ceará, apenas no dia 19 de outubro de 1883. De acordo com o jornal *Libertador*, essa legislação declarava “guerra aos senhores de escravos do Ceará” (GUERRA..., 1883, p. 2). A verdade era que o periódico cearense não estava errado. Embora a Lei 2.034 fosse uma medida emancipacionista, ou seja, uma proposta antiescravista amparada no espírito das leis, ela determinou a cobrança de uma alta taxa para a posse de escravos no Ceará e criou uma barreira contra comércio de cativos nessa província.

A Lei 2.034 tinha como medida principal a alteração do texto da Lei 2.031, promulgada no dia 18 de dezembro de 1882, que previa o imposto de 10\$000 réis anuais sobre a posse de cada escravo da capital e 6\$000 para os cativos dos demais municípios do Ceará, determinando a unificação dessa cobrança e o seu aumento para 100\$:000 réis anuais. Ela ainda obrigava todos os proprietários de cativos do Ceará à realizarem uma matrícula especial, até o dia 31 de dezembro de 1883, e impedia a saída de qualquer escravo dessa província, taxando os senhores em que descumprissem essa medi-

da, em 1:500\$:000 réis (GUERRA..., 1883, p. 2).

A reação do órgão de publicidade da Sociedade Cearense Libertadora no Sul do Brasil não foi diferente, a *Gazeta da Tarde* apresentou essa legislação emancipacionista como “O exemplo do Ceará” para o Império. Esse editorial foi publicado no dia 10 de novembro de 1883, pela folha de José do Patrocínio, porém, transcrito pelo *Libertador*, no dia 5 de dezembro de 1883, apresentava a libertação dos cativos no Ceará como um fato já consumado. Ele celebrava não só a promulgação da Lei 2.034, mas também alguns dos principais símbolos da campanha antiescravista no Ceará, em especial, a Sociedade Cearense Libertadora e os jangadeiros:

A abolição na provincia do Ceará é um facto consumado. O sol do 1.º de Janeiro de 1884 só illiminará homens livres, na terra immortalizada pela Libertadora Cearense, e no mar sulcado pelos denodados jangadeiros. O projecto de lei, apresentado a 4 de Outubro de 1883, pelos deputados Justiniano de Serpa e Martinho Rodrigues, foi voltado e sancionado pelo presidente. Os sete artigos dessa lei ordenam uma nova matricula de escravos até 31 de Dezembro do corrente anno de 1883, e impõe taxas tão onerosas sobre os senhores, que impossibilitam a torpissima exploração do homem pelo homem. Assim, pois, em 3 annos de trabalho e de ativissima propaganda o Ceará conseguiu realizar a aspiração nacional máxima: - a Abolição. Cumpre repetir os nomes dos iniciadores da mais bella revolução social, que se há realizado no Brasil; é necessário relembrar incessantemente João Cordeiro, José do Amaral, Antonio Bezerra, Antônio Martins, Frederico Borges, Felipe Sampaio e todos os sócios da Libertadora Cearense. Que dizer desses inexcedíveis jangadeiros, que realizaram o voto de Castro Alves, e trancaram o Oceano aos traficantes de carne humana?! Para nós abolicionistas, a vela triangular e branca, da jangada é hoje um symbolo de Liberdade tão sagrado como a cruz de Jesus, que morreu pregando a igualdade o a fraternidade de todos os homens. A Itália gloria-se de Masaniello,

o pescador que um dia libertou Nápoles; o Ceará ostenta hoje os seus jangadeiros, inumeráveis Masaniellos da libertação dos escravos! (O EXEMPLO..., 1883, p. 2).

Ao transplantar para as suas colunas o editorial da *Gazeta da Tarde*, o jornal abolicionista cearense, não visava somente glorificar a terra imortalizada pela Sociedade Cearense Libertadora e os mares dominados pelos *Masaniellos* da libertação dos escravos dessa província, mas novamente procurava legitimar a representação do Ceará, como a vanguarda da liberdade, na opinião pública brasileira. No entanto, a partir da emulação do exemplo legislativo dessa província, ou seja, fazer com que as demais províncias do Brasil elaborassem leis emancipacionistas semelhantes à Lei 2.034 e depreciassem o valor da propriedade escrava:

Cumpra seguir em todas as províncias o exemplo dado pelo Ceará. E' preciso começar por fazer baixar o preço da mercadoria humana. O preço máximo das libertações era de 50\$ no Ceará; houve exemplo de libertar-se por 3\$600. Ao mesmo tempo as assembléas provinciaes devem multiplicar os impostos sobre a torpíssima indústria da exploração do homem pelo homem; sobre alugueis de amas de leite; sobre transmissões da propriedade escrava, etc., etc. Deste modo, em três annos, com o esforço incessante das sociedades abolicionistas, teremos conseguido libertar o Brazil inteiro. Sectetur normam positam... Sigamos o sublime exemplo da heroica província do Ceará (O EXEMPLO..., 1883, p. 2).

Conforme Ângela Alonso, apesar de essa lei ter sido pequena na prática, pois ela afetou no máximo cinco mil escravos, no campo do simbolismo e da cultura política, ela foi um dispositivo grandioso, na medida em que o governo provincial chancelou o movimento abolicionista local e contrariou as restrições do governo central (ALONSO, 2015, p. 211-212).

O *Libertador* e os seus correligionários da imprensa brasileira, compartilhavam exatamente com essa opinião ou simplesmente projetaram essa representação nessa dinâmica arena de disputas. No editorial “A Terra da Luz”, o jornal *Libertador* apregoava que essa legislação podia ser considerada não só “o Decreto da Abolição da Escravidão no Ceará”, mas também “havia conseguido conquistar para o nome Cearense, os aplausos de toda a Imprensa do Paiz” (A TERRA..., 1883, p. 2). Conforme essa vontade de representação, o jornal da SCL apregoava que a repercussão desse evento na imprensa, era um sinal de que a “justiça da História cedo começava a julgar os acontecimentos, protagonizados pela Terra da Luz” (A TERRA..., 1883, p. 2) e procurava legitimar a alcunha elaborada por José do Patrocínio, após a proclamação de Acarape como o primeiro município livre do país, no dia 1º de janeiro de 1883.

Esse discurso que canonizava a província do Ceará, como a vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, certamente foi inspirado pelo editorial “A Libertação Total do Ceará”. Essa notícia foi publicada oficialmente pelo jornal *Gazeta da Tarde*, porém, foi transcrita para as colunas do jornal *Libertador*, através do editorial “A Terra da Luz”. Nessa matéria, além de ter aclamado a ação dos legisladores da província do Ceará, pela promulgação da Lei 2.034, de 19 de outubro de 1883, sem a recomendação do Poder Executivo Central, José do Patrocínio apregoava que a propaganda abolicionista brasileira, saberia se o trono “seria um aliado prudente e timorato ou um inimigo refalsado”, afirmando que “a vanguarda dos legionários da liberdade do Ceará, definiram as posições dessa campanha no país” (A TERRA..., 1883, p. 2).

Conforme essa visão, apesar de essa lei ter entrado em vigência somente quatro meses após a sua

sanção, ela fez justiça à propaganda exaltada do jornal *Libertador* e dos seus correligionários da imprensa abolicionista. Entre 27 de dezembro de 1883 e o dia 25 de março de 1884, muito provavelmente, a pressão dessa lei e o avanço da propaganda abolicionista no Ceará, contribuíram para a libertação das últimas 35 localidades dessa província (QUADRO..., 1884, p. 2), coroadando essa legislação como um verdadeiro decreto da abolição total” no Ceará.

Considerações finais

A Lei 2.034, de 19 de outubro de 1883, foi apropriada pelo jornal *Libertador* como um elemento fundamental para a projeção do Ceará, como a vanguarda do movimento abolicionista brasileiro, antes da libertação total dos escravos dessa província, no dia 25 de março de 1884.

O *Libertador* apresentou essa lei sob diferentes representações, porém, todas elas visaram projetar a província do Ceará como a vanguarda do abolicionismo brasileiro. Ela foi apresentada como o decreto final da abolição no Ceará, como o exemplo cearense para o Império, como uma declaração de guerra contra os senhores de escravos do Ceará e como um símbolo do vanguardismo abolicionista cearense.

Além de reafirmar a profícua relação entre o campo da História, a cultura impressa e o abolicionismo no Brasil, este estudo demonstrou não só como existiu uma intensa articulação entre os abolicionistas do Ceará na imprensa, mas também como essa lei foi apropriada como um mecanismo para a afirmação da narrativa do protagonismo abolicionista cearense no Brasil.

Referências Bibliográficas

- A TERRA da Luz. Libertador, Fortaleza, ano III, n. 249, 13 nov. 1883, p. 2.
- ANGELA, Alonso. Flores, votos e balas. O movimento abolicionista brasileiro (1868-1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- BARBOSA, Marialva. História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BECKER, Jean-Jacques. "A Opinião Pública". In: RÉMOND, René. Por uma História política. Tradução: Dora Rocha. 2º Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. V. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CHARTIER, Roger. A história cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difusão, 1988.
- DE NORTE a Sul. Libertador, Fortaleza, ano I, n. 5, 3 mar. 1881, p. 4.
- EXPLICAÇÃO Necessária. Libertador, Fortaleza, ano I, n. 161, 7 ago. 1884, p. 2.
- GUERRA aos senhores de escravos. Libertador, Fortaleza, ano III, n. 217, 4 out. 1883, p. 2.
- MARCHA Cívica. Gazeta da Tarde, Rio de Janeiro, ano V, n. 77, 2 abr. 1884, p. 1.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana. Palavra, imagem e poder. O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- O EXEMPLO do Ceará. Libertador, Fortaleza, ano III, n. 268, 5 dez. 1883, p. 2.
- O NOVO anno. Libertador. Fortaleza, ano III, n. 1, 1 jan. 1881, p. 2.
- OLIVEIRA SILVA, Pedro Alberto de. História da escravidão no Ceará: das origens a extinção. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.
- QUADRO de Luz. Libertador, Fortaleza, ano III, n. 61, 18 mar. 1884, p. 2.

IMPRENSA E O (E)LEITOR: A CAMPANHA DE JÂNIO QUADROS E HENRIQUE TEIXEIRA LOTT NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE (1959-1960)¹

Giovanna Nascimento Alves²

A campanha eleitoral para a sucessão de JK teve início oficialmente em 1959, porém até a definição final da composição das chapas que concorreram às eleições houve diversas mudanças, arranjos e acordos por parte das organizações partidárias. A crise econômica e desorganização política, marcantes no fim do governo JK, obrigaram os partidos políticos a repensarem a escolha de seus candidatos e reestruturar suas propostas em torno das necessidades do eleitorado.

A eleição presidencial de 1960 apresentou três perfis de candidatos muito distintos. Jânio Quadros tinha propostas de moralização e desburocratização da administração pública e combate incisivo à corrupção. Atacava os governantes anteriores e os responsabilizava pela crise econômica e social que o Brasil estava vivendo. O Marechal Henrique Teixeira Lott resistiu inicialmente à ideia de ser candidato à presidência. Fiador da manutenção da legalidade constitucional no final de 1955 e início de 1956 e ministro da Guerra no governo de Kubitschek, Lott pautou sua candidatura como continuador dos projetos nacional-desenvolvimentistas de JK. Adhemar de Barros, realizador de obras monumentais – e superfaturadas – criticava arduamente seus dois opositores, e através de ações paternalistas angariava apoio popular.

¹ Este texto é uma adaptação da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso da autora.

² Licenciada e Bacharela pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: giovanna.alves@unb.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9545902959165940>

A filiação partidária de Jânio Quadros foi conturbada até sua escolha como candidato à presidência da República apoiado por vários partidos oposicionistas. Quadros se elegeu em 1953 e 1954 a prefeito da cidade de São Paulo e governador do estado paulista, respectivamente, pelo Partido Democrata Cristão (PDC). Ao chegar à prefeitura de São Paulo, Jânio derrotou uma coligação poderosa que incluía a UDN, o PSD, PTB, PR, adhemaristas e comunistas. Nas eleições para governador, Quadros foi vitorioso sobre o seu mais poderoso opositor, Adhemar de Barros – que concorreu pela legenda do PSP. Nesse período, Jânio já estava rompido com o PDC, se aproximava de uma ala dissidente do PTB e também recebia apoio do PTN. (BENEVIDES, 1981, p. 13).

Em 1957, declarou encerrada a sua carreira política. Porém o abandono da vida política durou pouco tempo. Reunidos na Associação Brasileira de Imprensa, os correligionários de Quadros fundaram uma organização suprapartidária, o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ) em abril de 1959, e lançaram Jânio Quadros como candidato à presidência da República. Em meados de 1959, após uma longa conversa com Jânio Quadros, Carlos Lacerda retirou seu apoio a Juracy Magalhães, governador do estado da Bahia, e passou a apoiar Quadros à presidência da República. Logo após o Partido Trabalhista Nacional (PTN) oficializar o nome de Quadros como candidato, outras agremiações políticas como o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Libertador (PL) e o Partido Republicano (PR) também apoiaram sua candidatura. (MARKUN, 2011, p. 31-35).

Henrique Teixeira Lott foi o candidato lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) e representava o sucessor de Juscelino. Lott compunha chapa com João Goulart do PTB. Essa coligação partidária era fruto da

então dobradinha vitoriosa Kubitschek e Goulart, PSD-PTB, que representava a união de interesses desenvolvimentistas, trabalhistas e reformistas. (CASTRO, 1959, p. 45).

A aliança entre PSD e PTB, não teve início com JK e João Goulart em 1955. O PTB foi instituído em 1945 apenas um mês depois da criação da UDN e do PSD e nas eleições presidenciais de 1945 pessedistas e trabalhistas se articularam em torno da candidatura de Eurico Gaspar Dutra. O apoio de Vargas foi decisivo para a vitória do general que derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes da UDN.

O PTB e o PSD, embora naquele momento não apresentassem unicidade nas negociações políticas lançaram o nome de Lott como candidato. A indicação do marechal Lott não agradou ao PTB e sua posição favorável ao trabalhismo. Além disso, o presidenciável não era capaz de entusiasmar os eleitores como seu mais forte concorrente JQ. Com os indícios apontando para a derrota do candidato pessedista, a campanha eleitoral experimentou a formação de uma chapa informal: a criação do movimento Jan-Jan. Combinando os candidatos Jânio Quadros e o João Goulart, o movimento recebeu incentivo de JQ que reconhecia a força do PTB nos centros urbanos e incentivava o eleitorado a votar na dupla ao invés de apoiar seu candidato de chapa à vice-presidência, Milton Campos. (GOMES & FERREIRA, 2007, p. 114-115).

A cena política não se restringiu apenas a disputa entre esses dois candidatos, houve um terceiro presidenciável que disputou o cargo de chefe máximo de governo: Adhemar de Barros se candidatou pelo Partido Social Progressista (PSP) e compunha chapa com Fernando Ferrari do PDC. Adhemar de Barros era um político astuto e hábil. Possuía a consciência que o jogo político se fazia reconhecendo quem eram seus

aliados e seus adversários. Sua política dualista dividia os personagens desse jogo entre as categorias do bem ou mal. Os considerados do bem eram seus aliados, os maus eram seus opositores. Obviamente, se colocava no lado do bem, argumentando que somente ele poderia verdadeiramente levar o Estado de São Paulo e, durante sua campanha presidencial, o Brasil, “para frente e para o alto”. (COUTO, 2009, p. 68).

Durante a campanha presidencial, Adhemar afirmava que os demais candidatos representavam grandes ameaças para a democracia brasileira. Sua campanha se baseava na ideia de que ele era o único candidato competente e possuidor de um programa concreto para o Brasil, sendo os outros postulantes ao cargo presidencial, verdadeiras ameaças à democracia (COUTO, 2009, p. 69). Em linhas gerais, a pesquisa busca refletir e compreender as interconexões entre os comportamentos eleitorais, seja do eleitor, seja do candidato e os fatores que os mediatizam. Entretanto, devido à complexidade que essa perspectiva interseccional abarca, se torna necessário o conhecimento, reflexões e críticas de conceitos e metodologias chaves para o entendimento da natureza do campo midiático e o que ele influencia e por ele é influenciado.

Jânio Quadros teve sua imagem eleitoral difundida como a de um homem de hábitos simples, preocupado com a moralidade pública e o combate a corrupção. Um dos maiores símbolos da campanha janista à presidência da República foi a vassoura. Apesar da relação entre Jânio e o item doméstico ter sido criado anteriormente, a vassoura continuou personificando sua pauta eleitoral na campanha de 1960: o combate à corrupção. Com um discurso voltado para a transformação, JQ se posicionava como o candidato da oposição. Não apenas sua candidatura era oposicionista, mas também, afirmava que caso eleito, seu governo

efetivaria a proposta. Utilizava uma linguagem eufórica ao se tratar das medidas que tomaria se eleito, o que revelava mais do que uma paixão política, mas a complexidade do quadro político que receberia o governo. Sua pregação oposicionista enfatizava principalmente a defesa da liberdade; o combate aos privilégios; racionalização, desburocratização e moralização da administração pública.

Na ocasião de sua escolha como candidato da UDN, Quadros discursou sobre suas propostas de governo. Disse acreditar na vigência da Constituição, na moeda sadia, eficiência e moralidade burocrática, defesa do solo brasileiro e da Petrobrás, nos cuidados ao homem do campo, na força incoercível do povo e na manifestação da onipotência divina. Afirmou que já havia sido alvo de injúrias e mentiras por parte de seus opositores e os relacionou ao que considerava malefício à Nação: vantagens de ilícitos, promessas mentirosas, autoritarismo, desordem administrativa, descontrole orçamentário, ditaduras, privilégios, sindicatos violentados, latifúndio antissocial e distorção da liberdade. (Manchete, edição nº 396, p. 10). A música oficial composta para a campanha de JQ reunia e enfatizava esses temas, em especial, a moralização administrativa (Jingle eleitoral: Jan Jan).

Varre, varre vassourinha
Varre, varre a bandalheira
E o povo já está cansado
De sofrer desta maneira
Jânio Quadros esperança
Desse povo abandonado.

Quadros com sua vassoura prometia livrar o Brasil da corrupção, Lott por sua vez utilizava de sua relação com a força militar para empunhar a espada que combateria a crise e a desordem na política bra-

sileira. Com relação a esses dois símbolos de campanha, Luiza Cristina Villaméa Cotta destaca a relação de antonímia desses objetos. Em oposição ao símbolo da vassoura e do jingle “varre, varre vassourinha varre toda a corrupção” Lott teria lançado o jingle Vassoura Americana, uma clara crítica à vassoura de piaçaba americana de Jânio Quadros e ao enaltecimento de sua espada feita de aço nacional. (COTTA, 2008, p. 27-28).

O povo sabe, sabe, e não se engana
Essa vassoura de piaçava americana
Mas a espada do nosso Marechal
É fabricada com aço nacional
Mas a espada do nosso Marechal
É fabricada com aço nacional. (Jingle eleitoral: Varre Varre).

A proposta de governo do Marechal era marcada por uma posição favorável ao patriotismo e ao nacionalismo, além de defender que seu governo manteria relações diplomáticas e comerciais apenas com os países que respeitassem a democracia. Ficava então excluída a possibilidade de abertura do Brasil aos países socialistas, ponto de divergência entre as propostas do Marechal e as de Jânio Quadros. (D'ARAÚJO, 1996, p. 132).

Na perspectiva de regime democrático e o que ele representa nas sociedades contemporâneas, um dos conceitos chaves para o desenvolvimento desta pesquisa, encontra na representação política um entrave para o desenvolvimento por desempenhar um papel ambíguo na representação do mundo social. Os veículos de comunicação não abarcam todos os interesse e representações políticas dos grupos sociais, tão pouco representa um papel passivo de mero transmissor fadado a estar sempre vinculado aos interesses de parcelas sociais dominantes. A necessidade de estudos como esse nascem justamente com a proposta de relativizar a pressão exercida pelos grupos dominantes na gestão da comunicação.

JK mantinha seu discurso de neutralidade diante a candidatura de Lott e do movimento Jan-Jan, até ser pressionado por João Goulart que ameaçou retirar sua candidatura caso não fossem tomadas atitudes para que a campanha sucessória obtivesse êxito. Somente em outubro de 1959, JK deu seu apoio oficial à candidatura de Lott. (MARKUN, 2011, p. 40). Sua participação na campanha do marechal se deu de forma fria e distante, revestido de interesse pessoal. A falta de engajamento político, os entraves entre o PTB e o PSD e a falta de verba foram empecilhos que permearam a campanha de Lott desde o início.

Na edição nº 402, de 2 de janeiro de 1960, a *Manchete* publicou uma matéria que comparava a imagem de Jânio Quadros e a do Marechal Teixeira Lott. Na figura 1, intitulada “O condutor”, o marechal foi retratado de forma imperativa, sentado em frente a um mapa do Brasil, utilizando seu uniforme militar além de ostentar uma medalha em seu traje. A imagem de Lott nessa foto expressou as características que foram ressaltadas durante a sua campanha eleitoral: um homem da legalidade, preocupado com o progresso e o defensor da ordem democrática. (MANCHETE, 1960, p. 55).

Figura 1 - General Lott “O condutor”.



Fonte: Revista Manchete, edição nº 402, de 2 de janeiro de 1960.

A figura 2, cujo nome é “A nau desgovernada”, mostrou o candidato Jânio Quadros em quatro expressões diferentes, representando a inconstância de sua candidatura e de seu posicionamento político conflituoso, uma vez que durante o processo de escolha do candidato, Quadros chegou a renunciar à candidatura presidencial. Essa instabilidade foi utilizada pelos adversários políticos para questionar a capacidade de Quadros de presidir o país.

Figura 2 - Jânio Quadros “A nau desgovernada”.



Fonte: Revista Manchete, edição nº 402, de 2 de janeiro de 1960.

As imagens são acompanhadas por textos que destacaram algumas características dos candidatos. As informações sobre JQ receberam o título de “Jânio Quadros, o mais discutido”, e fizeram menção à renúncia da candidatura, sua volta à corrida presidencial e o difícil relacionamento do mesmo com os partidos que o apoiavam. Ainda comentaram sobre as inúmeras viagens internacionais que o candidato fez durante o

período de campanha “Esquivo, dos trezentos e tanto deputados da Nação, foi o único que não subiu à tribuna e nem foi visto no plenário do Palácio Tiradentes. Em vez de se gastar, viajou”. Lott por sua vez recebeu vários elogios, que se iniciaram no título “Henrique Lott, o Bravo”.

O texto mencionou sua carreira militar e destacou sua personalidade e atributos de homem comprometido. “Lott não é sobrinho de ex-presidente. As glórias de sua família começam com ele” e “Homem íntegro e capaz, é a personalidade que mais tem se mantido no poder desde 1945. Governos têm passado e ele tem ficado”. Outro ponto interessante da redação sobre o Marechal localizou-se na conclusão do artigo: a revista *Manchete* tentou atenuar a questão do apoio comunista à candidatura de Lott. As palavras escolhidas para esclarecer que Lott não compactuava com os comunistas foram “Luís Carlos Prestes assegura-lhe os votos comunistas, afirmando que o que importa não é o que Lott pense deles, mas o que eles pensam de Lott”. (MANCHETE, 1960, p. 58).

A divulgação das eleições feita pela revista *Manchete* durante o período de campanha eleitoral de 1959–1960 apresentou uma narrativa que favoreceu um determinado candidato em detrimento dos outros. O dono e presidente da *Manchete*, Adolpho Bloch, já havia utilizado seu periódico para transmitir os feitos do Presidente JK, com o qual mantinha uma relação de amizade. Essa relação parece ter sido decisiva na posição adotada pela Revista ao apoiar o candidato Henrique Teixeira Lott e desfavorecer seus concorrentes, Jânio Quadros e Adhemar de Barros.

Apesar da difícil tarefa de estabelecer uma relação causal entre a influência de um veículo de comunicação e o comportamento eleitoral, a bibliografia teórica sobre imprensa não nega o poder mobilizador

desse agente, seja de forma positiva ou negativa, no campo político. O que se pretende então é investigar como através da seleção de acontecimentos, de personagens, críticas ou exaltações de ideias, a imprensa se transforma em um influente e, às vezes, até mesmo no principal ator político.

Referências Bibliográficas

Fontes

Revista Manchete. Edição 396. 21/11/1959. P. 10. Biblioteca Central (BCE). Acervo de Obras Raras, UnB.

_____. Edição 402. 02/01/1960. P.55-58. Biblioteca Central (BCE). Acervo de Obras Raras, UnB.

Jingle eleitoral: Varre Varre. Campanha Jânio Quadros. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=MU027077. Acesso em 31 set. 2020.

Jingle eleitoral: Vassoura Americana – Campanha Marechal Henrique Teixeira Lott. Disponível em: http://www.discosdobrasil.com.br/discosdobrasil/consulta/detalhe.php?Id_Musica=U_027073. Acesso em 31 set. 2020.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. O governo Jânio Quadros. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CASTRO, Viriato de. Espada x Vassoura: Marechal Lott. São Paulo: Palácio do. Livro, 1959.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. Adhemar de Barros (1901-1969): A origem do “rouba, mas faz”. Dissertação. (Dissertação em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

COUTO, Ari Marcelo Macedo. Adhemar de Barros: práticas e tensões políticas no poder. São Paulo: EDUC, 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Jango: as múltiplas faces. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MARKUN, Paulo; HAMILTON, Duda. 1961: o Brasil entre a ditadura e a guerra civil. São Paulo: Benvirá, 2011, p. 31-35.

“O TEMPO É CHEGADO”: A POÉTICA DO TEMPO E A LITERATURA DE NAÇÃO CARIRI (1980-1987)

Kalil Tavares Fonteles¹

Está profetizado: a década de 80 é a década da poesia.

(CARIRY, 1981, p. 02)

Os poemas de Manoel de Andrade, trabalhos que marcam as introduções das edições da R.E.C.B², evidenciam a tônica de uma vontade compartilhada por certos intelectuais à esquerda: a escrita do popular. A diferença de agora, por sua vez, é perceptível no teor de uma escrita que leva em conta a possibilidade real de dizer das ‘classes pobres’ sem incluí-la no projeto de ‘país grande’, caudal teleológico do desenvolvimento e da segurança nacional. Mas torna-se mais evidente com a tentativa de escrita da história, pois esta parece figurar como o espaço de realização mais fidedigna da cultura do povo. No poema de Manoel de Andrade, a imagem que fica é a de um povo americano:

Eu não venho cantar o esplendor de
Machu Pichu
a grande Cordilheira e a neve eterna

[...]

¹ Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: kalil.tavares@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3265950870250110>

² Revista Encontros com a Civilização Brasileira, publicação de retomada do projeto Revista Civilização Brasileira (1965-1968), fechada com o Ato Institucional n° 5. Compondo sua equipe editorial, alguns dos principais nomes da década de 1960: Moacyr Félix e Ênio Silveira.

Venho em nome desta América indígena agonizante,
eu venho sobretudo em nome de uma América proletária
em nome do cobre e do estanho ensanguentado
(ANDRADE, 1980, p. 08)

E logo depois: “Eu venho por uma história mais sincera/ venho falar do homem que vi e ouvi pelos caminhos/ Ai, América /que longo caminhar! / Eu venho falar do camponês/[...] de seu grito inconsciente que em alguma parte se levanta”. O poema é retirado do livro “*poemas de la libertad*”, de 1970, e reanima o debate sobre as classes subalternas, pondo na marcha da história sem dúvida um débito ignorado, “*Ai, América, que longo caminhar*”: os capítulos de história popular cruzaram séculos silenciadas e aqui devem ser conclamadas a partir de um anúncio: “*Eu venho por uma história mais sincera*”. O problema está posto: como escrever o popular apesar das dificuldades teóricas e culturais persistentes? O poeta-narrador de Manoel de Andrade está longe do sonho voluntarista, pois vem “iluminar com meu canto este caminho/ te trago meu sonho imenso, latino e americano/ e meu coração descalço e peregrino” (ANDRADE, 1980, p. 8)

Por outro lado, é certo observar que os componentes estão lá: o sonho do terceiro mundo, as injustiças da terra, “*o cantor clandestino e fugitivo*”, o poeta está ali e assume seu papel: trazer histórias mais sinceras. Vale destacar, apostando por esse caminho, as formas dadas ao tempo do povo e ao tempo da história e aí então enlaçar a missão do poeta, escultor desses tempos. No primeiro número de *Nação Cariri*, de abril de 1980, lê-se em “Machu-pichu”, de Rosenberg Cariry:

quem te vê, vê pedras,
templos e salas corroídas
pelas serpentes do tempo.
quem te vê assim,
não sabes que escondes
sete segredos da vi
e uma profecia do terceiro mundo
(CARIRY, 1980, p. 03)

O fragmento do poema é uma *profecia* anunciada pelo poeta, que sabe dos segredos de Machu-pichu. Pois quem vê, vê pedras corroídas, rastros da passagem do passado, do que já não é mais. O que não se sabe da cidade sagrada é o seu potencial profético: ela guarda o “terceiro mundo”, que está, por força do poema, fora do tempo - que corrói. Como afinar as tentativas da história, isto é, do tempo, e a força circular da profecia? Almeja-se neste trabalho explorar, a partir de seus enunciados, a publicação *Nação Cariri* e seu grupo principal, o que nos leva a crer que a reflexão sobre o engendramento dos tempos e da profecia serão de suma importância. Para além da reflexão sociológica do jornal e revista, figurada em menor medida, cabe-nos perscrutar sua existência a partir de sua “qualidade temporal”, notoriamente histórica. Quais as “estruturas temporais” (KOSELLECK, 2014, p. 09) orientam a escrita e os conceitos presentes nos textos de *Nação Cariri*? De que maneira a narrativa desse outro, do povo das Américas, se faz possível a partir de uma anunciação temporal?

O jornal *Nação Cariri* tem origem na cidade do Crato, na região do Cariri, sul do Ceará. Fruto de diferentes movimentos de cultura, entre seus principais realizadores figuram poetas e artistas envolvidos na cena cultural da cidade. Entre seus principais nomes estão Rosemberg de Moura (Cariry), Geraldo Urano e Oswald Barroso (poeta de Fortaleza - CE). Circulou entre 1980 e 1987, intermitentemente. O foco do nosso trabalho consiste em fazer desse acervo documental um frag-

mento no *arquivo*, isto é, no conjunto descontínuo dos enunciados registrados contemporaneamente (FOUCAULT, 2008, p. 147). É assim que observamos, a partir de diferentes publicações, a tentativa de escritura ou reescritura do Povo, do popular e de sua narrativa.

No editorial de *N.C*³, a narrativa anuncia a mitologia Tupinambá/Guarany em toda sua carga simbólica, pondo em suspenso a história e a memória dos símbolos nacionais ou regionais e atualizando sua carga mitológica. É aqui que permanecerá fincada nossa tentativa de fazer entender como funciona a escrita de uma história popular a partir dos relatos míticos, se se contradizem ou não:

O vale do Cariri é terra marcada por grandes e trágicos movimentos místicos e sócio-políticos. O povo em busca da compreensão do mito da pedra da Batateira, que sobrevivem em algum distante lugar na alma. O beato José Lourenço do Caldeirão com sua comunidade igualitária, por Deus abençoada e destruída pela aristocracia rural aliada à polícia no poder (EDITORIAL, 1980, p. 2).

Aqui, o grande mito indígena se soma a um mito popular igualitário, nomeadamente o Cadeirão, compreensões vivas “em algum distante lugar na alma”: os mitos, afinal, terão sempre de funcionar para além da passagem do relógio e se atualizar. Trata-se, sem dúvida, de uma proposta política e estética: “A hora é do povo”⁴.

Sob o prisma da análise das publicações culturais observadas em perspectiva, não é a primeira vez nem a última que todos os temas observados até agora são tão coordenadamente alinhados. Indigenismos e universalismos são os temas centrais do primeiro número da revista, assim como os debates tão semelhan-

³ Nação Cariri.

⁴ *Ibid.*, p. 2.

tes em Amauta (1926-1930), revista peruana dirigida por Carlos Mariátegui. Nela a força do mito, longe de levar-nos grosseiramente à leitura folclorista ou ufanista, diz muito mais do projeto socialista de universalidade dos povos, tão semelhante em *Nação Cariri*. “*Alli sancionó la atinencia de un proyecto universal como el socialista fusionado con otro indoamericano como el peruano*” (TERÁN, ALTAMIRANO, 2010, p. 180).

A força de uma grande comunidade latino-americana e incaica segue um projeto cultural que também queria se distanciar dos nacionalismos simplistas mas também dos modelos marxistas clássicos. Lá, como aqui, a força revolucionária deveria apartar-se de qualquer razão instrumental. É certo que outras publicações na década de 1970 no Brasil abordam a questão “latino-américa-índia”, como a sulista *Versus*, dirigida inicialmente por Marcus Faerman, integrando cultural e politicamente as demandas populares sob o prisma dos novos atores do político: os movimentos sociais, principalmente no período de abertura (NAPOLITANO, 2017, p. 263). Essa perspectiva deve acompanhar a orientação política da revista *Nação Cariri*, mas ainda não abarca a conotação teórica e temporal peculiarmente observada em suas páginas.

Vale esclarecer, diante disso, que na década de 1980 e no *Nação Cariri*, em particular, esse indigenismo não estava ligado a uma proposta estética de vanguarda, mas aparece junto a uma proposta política e interpretativa da questão indígena em um momento de abertura, das lutas em razão da inserção do “Capítulo dos índios” na futura Constituição de 1988 na luta pela Constituinte. Um momento em que as opções estavam em aberto apesar do regime ainda vigente⁵. Essas opções

⁵ Nunca é demais inferir a partir daí que a proposta de uma escrita do povo ganha impressão concreta em publicações como essa, fazendo crer que a ideia real da cultura popular estava vinculada à reportagem das camadas pobres e marginalizadas, porém, ratificando que em NC a atualização mítica tinha força política.

também se referem, muito provavelmente, ao retorno do debate frustrado em razão Golpe, a CPI do Índio de 1968, que consolidou um considerável debate público entre intelectuais, movimentos sociais e políticos destinada a investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio e as políticas indigenistas então vigentes⁶.

É diferente em linhas gerais da proposta de outras publicações do período, dentre elas a principal: revista *Porantim*, inicialmente publicada em 1979 em Manaus. “Publicação alternativa oficial” do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁷, o jornal tinha por missão tornar-se “porta voz dos anseios e esperanças dos índios desta Amazônia e das bases missionárias que atuam junto a esses”. (VIEIRA, 2000, p. 34). O impulso para conferir voz ao indígena - como de resto a dar voz ao povo - impulsiona movimentos que, como *Nação Cariri*, dialogam e ao mesmo tempo inventam as forças e o *movimento social*. É assim que o indigenismo apregoadado no Cimi é da ordem das lutas políticas, vinculando a luta democrática à causa indígena e a sua voz autônoma; o jornal *Porantim*, fazendo jornalismo interpretativo e informativo sempre às voltas com a questão da terra, denuncia os efeitos ‘anti-protetivos’

⁶ Se partirmos para o debate sobre o cinema e a linguagem documentária empregada nessa forma de escrita (aqui absorvida na forma da poesia) do tempo do povo, se descortinarão inúmeras experiências. Sobre a CPI do Índio, NC reporta, em texto do cineasta Firmino Holanda, o trabalho do colega cearense Hermano Penna, “o cineasta independente e ligado a um compromisso maior com a história, a cultura e a vida de nosso povo” (Hermano Penna x ‘O Filmão’, nc, N° 4, 1981). Penna também foi colaborador do jornal e produziu, entre outros, o documentário “Índios, memória de uma CPI”, de 1968, parte do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito. Com o decreto do AI-5, “O filme também sofreu as consequências da brutalidade política: os negativos e o som me foram tomados”, “vários dos seus membros foram cassados, inclusive o seu relator, o Dep. Marcos Kertzman, [que] não concluiu os seus trabalhos”. O relato de Hermano Penna pode ser visualizado, junto ao documentário, no Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=qlayUPFEIBI&t=5s>, acesso em 8 dez. 2020.

⁷ Entidade criada em 1972 e vinculada à Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB)

da Funai junto aos proponentes político-institucionais (prefeitos, vereadores, latifundiários) do “*poder antiíndio*”⁸ (*Porantim*, editorial 73, 1985. VIEIRA, Regina, 2009, p. 50).

É nesse sentido que a concepção de uma identidade latino-americana deve ir se formando em NC e com isso sua eventual “desconstrução” do nacional e do regional que, longe de solapar de todo, integra um problema de ordem internacional. E isso é visível através do problema indígena e das mobilizações contemporâneas (VIEIRA, 2009, p. 39), mas não explicam de todo a concepção artístico-literária e política da publicação.

Ainda que não vinculado a partidos ou instituições, o discurso profético e político de NC se misturam na forma poética, muito mais em voga, e na forma jornalística, que raro aparece. Somente no sexto número do jornal, publicado em abril/maio de 1982, o espaço é dado ao sujeito: “Com a palavra, o ÍNDIO”, reunião de pronunciamentos e falas de indígenas coletadas de outras publicações. A linguagem que vai prevalecer, portanto, é a artística, despontando por quase todos os números os poemas e as ilustrações de caricaturas indígenas. Afinal, vai-se tornando claro que é nessa linguagem que a circunscrição das expectativas proféticas se dá. A possibilidade que o poema confere à linguagem de emendar uma promessa gerada em razão do tempo:

Uma clareira é o meu olhar antigo,
tesouro dos nativos foragidos

⁸ Vê-se que a luta não está vinculada a uma resistência direta à ditadura, mas expande-se na cosmovisão indígena de uma crítica a uma razão instrumental, às instituições políticas representativas, à corruptibilidade dos donos do poder. “Trocar um coronel X por um civil Y não muda necessariamente a substância do atendimento ao índio” (*Porantim*, Editorial 54, 1983. VIEIRA, 2009, pg. 51). Em NC, da mesma forma, a denúncia para além do anúncio não deve ser direcionada tão somente a uma resistência direta ao regime, sob pena de empobrecimento da compreensão temporal e conceitual de seus textos, portanto, de sua historicidade.

dessa aldeia que carrego comigo
pelos caminhos silvestres esquecidos.

Amor cativo e nunca soterrado
na solidão declarada na memória,

sou a relva dessa império abandonado
nas esquinas tão tristes da história.

[...]

Se outras derrotas ainda conheci
que me furtaram a primavera e o destino,
sei que as vezes tanta que nasci
vão sempre amar o escuro que ilumino
(MARTINS, 1980, p. 03).

Vê-se que o poeta aqui emana a voz da *Seiva Guarany*, como é notório observar no poema de Floriano Martins publicado ainda no primeiro número do jornal. “*Amor cativo e nunca soterrado/ na solidão declarada da memória abre espaço para a invenção de um lugar para a literatura, em especial a poesia, que vai-se tornando perceptível entre poemas dessa leva, ainda que desencontrados no tempo e no espaço de suas produções. A sensibilidade que permite conectar tempo e anúncio, resolver o imbróglgio do esquecimento: “não sabes que esconde/ sete segredos da vida/ e uma profecia do terceiro mundo”* (CARIRY, 1980, p. 3).

É nesse sentido que *Nação Cariri* tenta, ao levar a discussão para a sua proposta geral, inventar uma teoria do *tempo na poesia*. Nos poemas, portanto, veem-se delinear a conjunção da escrita de um popular que deve passar necessariamente pelo crivo do narrador - do poeta. Rosemberg Cariry abre o quarto número com a boa vinda: “*Está profetizado: a década de 80 é a década da poesia*” (CARIRY, 1981, p. 2). Está profetizada a década da poesia e o tempo da profecia mitológica kariri. “*O tempo é chegado*”. A possibilidade de juntar ciências humanas e poesia (seu conteúdo apocalíptico, premo-

nitório e moral) é a tônica do eloquente e impressionante primeiro editorial:

Não à lógica formal, à análise fria revestida de ciência, à pesquisa de opinião, ao consumo desvairado, ao rito alienante das estações de TV, à psiquiatria dos inúteis, ao clube atômico da imbecilidade, à vampirização elitizada. A hora é do povo” (EDITORIAL, 1980, p. 2).

Primeiro, a crítica à “análise fria revestida de ciência”, esta que, bem ou mal, contorna as tentativas de escrita da cultura do povo desde pelo menos o começo da década de 1970 (PERRUSO, 2009; PÉCAUT, 1991). Com ela, o lugar do intelectual, *apolítico ou integrado*, tomando partido na defesa da ciência e do discurso rigoroso em franca contraposição à cultura de massa (LIMA, 2005). A descoberta de que a crítica à cultura brasileira não devia passar pelo diálogo silencioso de sua própria constituição enquanto conhecimento é a tônica da crítica desta e sua ligação a uma cultura de massa e dependente, que aqui quer dizer o canal por onde uma ideologia das classes dirigentes define a *cultura subalterna*. “O rito alienante das estações de TV” e a análise fria da ciência confundem-se no descompromisso geral do intelectual/poeta. Onde a ciência não vai, aplica-se a estética da poesia.

Vale destacar, por outro lado, que as concepções de arte correntes na publicação diferem em alguns pontos, principalmente os temáticos, ainda que reúnam ao final a similar ideia do poeta e do artista comprometido com a poesia. Se encaramos a composição editorial do *Nação Cariri* e seu nomes, têm-se, especialmente em seu primeiro e segundo números, a presença marcante dos artistas do Crato atuantes nos movimentos culturais da década de 1960 e 1970. Rosemberg de Moura (Cariry), Geraldo Urano e Luis Carlos Salatiel, principais redatores do primeiro número. À época envolvi-

dos, cada qual à sua maneira, com diferentes frentes. Em Geraldo Urano, o poeta se conecta ao universo de tal maneira individual e astrologicamente, que poderíamos dizer que sua ideia estética estivesse presente em um programa que se desenvolvia alternativamente à escrita da história popular.

Como já estudado em outros trabalhos (DIAS, 2019; MARQUES, 2004), a preocupação de Geraldo Urano estava muito sintomaticamente detida no alargamento das fronteiras, no limite do universo, por onde a criação artística pudesse passar sossegada. Aqui, a América, como de resto nos poemas de Rosemberg Cariry, não compõe fronteira desejável para além da Nação. A preocupação primordial deve ser a diluição das fronteiras, e não, eventualmente, o seu alargamento. Em Urano, não se trata de uma ausência do popular (principalmente em chave latino-americana), mas do alargamento da dimensão da técnica e do tempo da civilização. Poderíamos dizer que em Urano trata-se da crítica contundente à supressão de valores humanos universais e da degradação ambiental, enfim, da denúncia da razão instrumental, da sociedade de consumo e da ordem capitalista:

A lua cheia
vagueia no céu de Oslo
e nos mares
lá embaixo os bacalhaus
amaldiçoam a Noruega

meu bumerangue passeia
dentro da noite europeia
e vê as filas, as pessoas
para a falsa vitamina dos filmes

a paz arribou de dentre os pinheiros
choram carvalhos e girassóis
desce a noite sorrindo
na cordilheira de arranha-céus

e nas profundezas das constelações

desce a noite sorrindo
na cordilheira de arranha-céus
e nas profundezas as constelações
cintilam no espaço
[...]
e cantam
cantam os habitantes
secretamente
a canção da resistência (URANO, 1980, p. 3)

Geraldo Urano nunca escreveu textos ou artigos de ‘história popular’, como Rosemberg Cariry, mas sem dúvida contribuiu com sua contundente crítica à modernidade. Isso talvez se explique pela razão da dessemelhança de seus trabalhos, tendo em vista a caracterização e protagonismo de certos pontos. Em Geraldo Urano, opera, apesar do peso infatigável da modernidade e do finalismo, o curso de uma dialética possível entre modernidade e utopia, o que põe eco em uma resolução mínima: “*cantam/secretamente/ a canção da resistência*”. No entanto, não deixam de ser perceptíveis a degradação ambiental e social, o isolamento e a técnica imperiosa, que de resto tornam-se o tema espiado dos trabalhos de Urano.

Referências Bibliográficas

ALTAMIRANO, Carlos; MYERS, Jorge (org). Historia de los intelectuales en América Latina. Vol. 11. Katz editores, 2010.

DIAS, Carlos Rafael. Lugar de fronteiras é no infinito: liberdade, contestação e irreverência na poesia de Geraldo Urano. III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades, Universidade Regional do Cariri: 2018

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre o tempo. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

MARQUES, Roberto. Contracultura, tradição e oralidade:(re) inventando o sertão nordestino na década de 70. Annablume, 2004

NAÇÃO CARIRI. Crato/CE. Ano I, n 1. Abril. 1980

NAÇÃO CARIRI. Fortaleza/Crato. Ano I, n.4. Set/Out. 1981

NAPOLITANO, Marcos. Coração civil: arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro (1964-1980). 2011.

PÉCAUT, Daniel; GOLDWASSER, Maria Julia. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PERRUSO, Marco Antonio. Em busca do “novo”: intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/80. Annablume, 2009.

Revista Encontros com a Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, n. 19, janeiro de 1980

VIEIRA, Regina. O jornal Porantim e o indígena. São Paulo: Annablume, 2000.

HISTÓRIA E QUADRINHOS: CHIQUINHO, BENJAMIN E RAÇA COMO PROBLEMA VISUAL

Lucas Mello Neiva¹

O presente estudo tem como objetivo refletir sobre o uso de histórias em quadrinhos e outros tipos de imagens em que figuram os personagens *Chiquinho* e *Benjamin* como fontes para a análise da dimensão visual da sociedade brasileira entre fins da década de 1910 e o começo dos anos 1920, tomando raça como um problema visual. Os dois personagens foram muito populares no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Os quadrinhos de *Chiquinho*, um menino branco travesso, foram publicados em *O Tico-Tico* desde os primeiros números da revista, lançada em 1905. Nos primeiros anos, a maior parte dos quadrinhos de *Chiquinho* eram decalques feitos por artistas brasileiros das histórias de *Buster Brown*, de Richard F. Outcault (SANTOS, 2012, p. 17).

Com o decorrer do tempo, as histórias do personagem passaram a ser desenhadas também por artistas nacionais, como Luís Loureiro, Augusto Rocha, Alfredo Storni e seu filho Oswaldo Storni, Paulo Affonso e Miguel Hochman (VERGUEIRO, 2017, p. 28). Já nos primeiros anos de publicação, *Chiquinho* tornou-se o personagem mais popular de *O Tico-Tico*, consolidando-se praticamente como um símbolo da revista. O personagem foi publicado recorrentemente em capas, contracapas, anúncios, jogos e diferentes tipos de ima-

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação da Profa. Dra. Solange Ferraz de Lima. No presente trabalho apresentamos resultados parciais, obtidos na pesquisa de mestrado em andamento, realizada com bolsa CAPES. E-mail: lucas.mello.neiva@gmail.com

gem para além das histórias em quadrinhos.

Conforme Roberto Elísio dos Santos (2012), durante a Primeira Guerra Mundial o acesso aos jornais americanos tornou-se mais difícil e as histórias do *Chiquinho* passaram a ser desenhadas por Luís Loureiro, que acrescentou ao quadrinho o menino negro *Benjamin* (2012, p. 17). De acordo com Chinen (2019), “Benjamin era o serviçal da casa” de *Chiquinho*, com quem brincava. “Sua função era de criar situações engraçadas decorrentes de sua ignorância ou falta de modos” (CHINEN, 2019, p. 125). Assim como *Chiquinho*, *Benjamin* tornou-se muito popular, figurando em uma variedade de imagens. As reflexões sobre o uso das diferentes imagens de *Chiquinho* e *Benjamin* como fontes para o estudo da raça como problema visual tomam como ponto de partida três considerações sobre História Visual realizadas por Ulpiano Meneses (2003) no artigo *Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares*:

- A História Visual como campo da pesquisa histórica que enfoca problemas visuais;
- A imagem como artefato, mobilizável em diferentes usos e funções;
- A análise da imagem a partir de séries iconográficas.

História Visual e raça como problema visual

No texto, Meneses (2003) apresenta a História Visual como um campo operacional de pesquisa histórica, em que se examina a dimensão visual da sociedade. Para o autor, a pesquisa histórica deve ter como foco a sociedade e, como “as sociedades, seu funcionamento e suas transformações constituem problema de maior complexidade”, torna-se “necessário estabelecer cortes e enfoques para dar conta de aspectos relevan-

tes, articulados ao todo social” (2003, p.26).

Meneses (2003) defende que a pesquisa histórica deve ter como eixo de desenvolvimento uma problemática histórica e não uma tipologia documental específica. Neste sentido, a História Visual é definida pela investigação de problemas visuais e não pelas “fontes de caráter visual” (2003, p. 28). De acordo com o autor, não “se estudam fontes para melhor conhecê-las, identificá-las, analisá-las, interpretá-las e compreendê-las”, estas “são identificadas, analisadas, interpretadas e compreendidas para que, daí, se consiga um entendimento maior da sociedade, na sua transformação” (2003, p. 26). Para a investigação dos problemas visuais, o historiador pode valer-se de todos os tipos de fontes, “embora seja óbvio que aí se impõe a necessidade de incluir e mesmo eventualmente privilegiar fontes de caráter visual.” (2003, p. 28). Partindo desta perspectiva, procuramos empregar quadrinhos e outras fontes para o estudo de um problema visual específico: a forma como as raças branca e negra são concebidas visualmente por quadrinistas e leitores de *O Tico-Tico* entre fins da década de 1910 e começo dos anos 1920.

Imagem como artefato

Segundo Meneses (2003, p. 28), “as imagens não têm sentido em si, imanentes”, são apenas “artefatos, coisas materiais ou empíricas – com atributos físico-químicos intrínsecos”. Conforme explica, é “a interação social que produz sentidos, mobilizando diferencialmente (no tempo, no espaço, nos lugares e circunstâncias sociais, nos agentes que intervêm) determinados atributos para dar existência social (sensorial) a sentidos e valores e fazê-los atuar”. Por este motivo, o autor defende que o historiador não se limite

“à procura do sentido essencial de uma imagem ou de seus sentidos originais, subordinados às motivações subjetivas do autor” e defende também a necessidade de “tomar a imagem como um enunciado, que só se apreende na fala, em situação”. Para Meneses (2003), a imagem é uma “parte viva de nossa realidade social”, vivida no cotidiano em “várias dimensões, usos e funções” (2003, p. 29). Partindo destas considerações, procuramos refletir sobre possíveis relações entre a configuração visual das raças nas fontes elencadas e os usos e funções destas imagens no contexto dos quadrinistas e leitores do período.

Séries iconográficas

Ainda de acordo com Meneses (2003), o campo da História Visual deve trabalhar com séries iconográficas, que servem de “vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade” (2003, p. 28). Tomamos como referência o texto *Pourquoi élaborer des bases de données d'image? Propositions pour une iconographie sérielle* (2003), de Jérôme Baschet, para o prosseguimento da reflexão sobre as séries iconográficas². Segundo Baschet, o estudo iconográfico não deve ser fundamentado na análise de imagens isoladas. Estas devem ser entendidas a partir das relações que estabelecem entre si: “Se é verdade que as imagens pensam, deve-se acrescentar que elas pensam entre si”³ (2003, p. 65).

² É importante ressaltar que Baschet (2003) apresenta uma proposta elaborada para a iconografia serial. Neste texto, tomamos como referência apenas algumas das considerações do autor para refletir sobre possibilidades do uso dos quadrinhos e outras imagens de Chiquinho e Benjamin como fontes para o estudo da dimensão visual da sociedade.

³ As citações diretas de Baschet (2003) são traduções livres realizadas em conjunto com a Profa. Dra. Marinilzes Moradillo Mello.

A metodologia tem como fundamento a constituição de um *corpus* iconográfico que leve em consideração “todas as obras pertinentes acessíveis” (2003, p. 66), e a ordenação deste *corpus* em séries formadas por elementos relativamente homogêneos. Cada “imagem deve ser situada no cruzamento de múltiplas séries. Séries na obra, o ambiente dessa, séries temáticas, tradições formais.” E “cada série, complexa e não linear, é uma espécie de esfera de relações que é preciso estabelecer em torno de cada imagem singular” (2003, p. 67). O método combina análise quantitativa e qualitativa das imagens, articulando “o particular e o geral” (2003, p. 64), restituindo simultaneamente a singularidade de cada imagem e sua relação com o coletivo.

Em um artigo curto não é possível realizar uma análise serial nos moldes propostos por Baschet (2003). Podemos, no entanto, refletir sobre as possibilidades que as fontes oferecem em uma perspectiva serial. As séries iconográficas permitem a investigação das relações que se estabelecem entre imagens dentro de determinado contexto social, possibilitando, por exemplo, a observação de recorrências e particularidades tanto nas imagens em si (no desenho dos personagens e na hierarquia racial estabelecida) como nas formas como eram mobilizadas.

Raças humanas em páginas educativas e raça como problema visual

Prosseguimos com o uso de conteúdos sobre raças humanas publicados em páginas educativas de *O Tico-Tico* como fontes para a elaboração da reflexão sobre o problema visual proposto. Partimos do princípio de que as raças humanas são construções sociais e não realidades biológicas (ALMEIDA, 2019, p. 24-25; SCHWARCZ, 2012, p. 33-34). No entanto, no

contexto dos quadrinistas e leitores de *O Tico-Tico* no período em foco, as ideias da existência de raças humanas e da superioridade da raça branca eram consideradas normais.

Ao folhearmos os números de *O Tico-Tico* publicados nos anos 1910 e 1920 nos deparamos com uma quantidade significativa de páginas educativas que tinham como objetivo instruir os leitores a respeito das diferentes raças humanas. Podemos tomar como exemplo a seção *Lições de Vôvô*, do número 934, de 29 de agosto de 1923, em que os leitores são apresentados ao texto *As Raças Humanas*, que ensina que “os povos da Terra” são compostos por cinco raças: “a raça branca ou caucasica, a raça amarella ou mongolica, a raça preta ou negra, a raça malaia e a raça americana.”. Ao descrever a raça branca, o texto instrui o leitor sobre sua posição de superioridade: “É a raça mais inteligente, ativa e civilizada”.

No período, *O Tico-Tico* também publicou com alguma regularidade uma seção educativa intitulada *Raças Humanas*, em que as raças não brancas eram frequentemente descritas como selvagens e como inferiores em diferentes aspectos. Em *Raças Humanas – Entre os Sakalavos – A Confecção das Reliquias Reaes*, por exemplo, publicada no número 501, em 12 de maio de 1915, os “sakalavos” de Madagascar são descritos como negros selvagens de “olhar aparvalhado”, “preguiçosos”, “mentirosos” e “supersticiosos em excesso”.

As páginas são evidência da forma como as raças humanas e sua hierarquização eram pensadas no contexto compartilhado por leitores e quadrinistas de *O Tico-Tico*, sendo consideradas realidades biológicas, dignas de serem apresentadas aos leitores como verdade objetiva. Como os quadrinistas e leitores conviviam com a ideia de que as raças humanas e sua hierarquização eram realidades biológicas, é lógico supor que ao

lidarem com representações de brancos e negros, como os quadrinhos de *Chiquinho* e *Benjamin*, relacionassem essas representações com as ideias racistas predominantes em seu meio.

Chiquinho e Benjamin

Continuamos a reflexão, tomando como base diferentes imagens de *Chiquinho* e *Benjamin* publicadas em *O Tico-Tico* no período em foco.

1) *As Aventuras do Chiquinho* (ilustração de capa, *O Tico-Tico*, número 953, 09/01/1924)

Em *As Aventuras do Chiquinho* podemos observar *Chiquinho* montando *Benjamin* como se fosse um cavalo, enquanto *Jagunço*, o cachorro de *Chiquinho*, ri da situação (Figura 1). Embora a ilustração não esteja assinada, é provável, pelo ano e pelo desenho, que seja de autoria de Augusto Rocha.

Figura 1 - As Aventuras do Chiquinho, O Tico-Tico, nº 953, 09/01/1924.



Abaixo da imagem, lê-se:

Chiquinho monta de facto
Sem redeas e sem sellim,
Num cavallo improvisado
Que é o moleque Benjamin.
E o moleque dá corcovos
Levando o dono no lombo
Enquanto Jagunço, rindo,
Diz que a ‘farra’ acaba em tombo.

Entendemos que a capa é um espaço de destaque em uma publicação. Para Sophie Van der Linden (2011), é o lugar em que se estabelecem os primeiros olhares e contatos do leitor, concentrando “todas as preocupações de marketing”, e procurando transmitir ao leitor “informações que permitem apreender o tipo de discurso, o estilo de ilustração, o gênero”, situando-o numa expectativa do que a publicação pode oferecer (2011, p. 57). A ilustração *As Aventuras de Chiquinho* é desenhada de modo a cumprir com os objetivos comuns a uma capa de revista, apresentando aos leitores o que eles podem esperar de *O Tico-Tico*: humor produzido com as figuras conhecidas de *Chiquinho, Benjamin e Jagunço*. O humor da imagem é produzido em diferentes frentes, a partir do recurso da quebra/inversão de expectativas, da inferiorização de Benjamin, de sua animalização e do emprego do estilo caricatural para a caracterização racial do mesmo.

A produção de humor pela quebra ou inversão de expectativas é um recurso frequentemente empregado em quadrinhos cômicos (RAMOS, 2011, p. 134). Na ilustração de capa em questão, o recurso é empregado de forma a inferiorizar *Benjamin* com relação a *Chiquinho e Jagunço*. A posição de *Benjamin e Jagunço* são invertidas, o primeiro é animalizado enquanto o segundo é humanizado, desenhado de pé, levando as patas à barriga enquanto ri. A imagem também propõe

que o leitor dê risada da inferiorização de *Benjamin* em relação a *Chiquinho*, que é desenhado montando/controlando o menino negro. O texto reforça essa relação de poder, ao apresentar *Chiquinho* como “dono” de *Benjamin*.

O humor também é produzido pela forma como *Benjamin* é caracterizado racialmente. Conforme explica *Daniele Barbieri* (2017) em seu livro *As linguagens dos quadrinhos*, a caricatura é “modo de representar personagens e objetos que destaca certas características, *deformando-os*, para expressar alguns de seus aspectos em detrimento de outros” (2017, p. 67). Com a caricatura, o humor é produzido pelo exagero e destaque de determinados aspectos dos personagens. Neste tipo de representação estereotipada da raça negra, o emprego dos lábios vermelhos e grossos, o formato do nariz e a configuração do rosto são soluções formais empregadas com intuito de produção de humor ao destacar/exagerar a caracterização do personagem como negro. O leitor é convidado a rir do simples fato do personagem ser negro, do quão negro o personagem é.

2) *Benjamim no Collegio*, (história em quadrinhos, *O Tico-Tico*, número 903, de 24/01/1923)

Em *Benjamim no Collegio*, o humor é produzido de forma muito semelhante à observada na ilustração de capa *As Aventuras de Chiquinho*. O quadrinho conta uma história vivida por *Benjamin* no “collegio dos padres”: como *Benjamin* era indisciplinado, “o reitor foi obrigado a castigá-lo, prendendo-o no ‘salão dos presos’”. *Bonifacio*, primo de *Benjamin*, trabalhava na escola e para salvar o menino da prisão, substituiu *Benjamin* por um macaco, “sem que ninguém desse pela extravagante troca”. O quadrinho termina com o reitor

descobrimo o truque, expulsando *Benjamin* e despedindo seu primo (Figura 2).

Mais uma vez, a solução encontrada para produção da imagem cômica é a comparação de *Benjamin* com um animal, dessa vez com um macaco. A comparação ocorre principalmente de modo visual, convidando o leitor a perceber as semelhanças entre o personagem e o macaco, especialmente pelo uso das mesmas roupas. Ao realizar uma leitura puramente imagética da segunda fileira de quadros, por exemplo, o leitor se depara com um “antes” e um “depois”, em que a animalização de *Benjamin* se dá quase como num truque de mágica.

No primeiro quadro vemos *Benjamin*; no segundo vemos que *Benjamin* se transformou em um macaco; no terceiro, ele volta a ser *Benjamin*. Além da animalização, no quadrinho o humor também decorre do desenho caricatural de *Benjamin* como negro, com destaque para os lábios grossos e vermelhos, assim como ocorre no exemplo anterior.

**Figura 2 - Benjamin no Collegio,
O Tico-Tico, n 903, 24/01/1923.**



3) *O Macaco Dansarino*, (brinquedo de montar, *O Tico-Tico*, número 846, de 21/12/1921)

No brinquedo de montar *O Macaco Dansarino*, de A. Rocha, o leitor é convidado a recortar as peças e montar o brinquedo, em que *Chiquinho* aparece “tocando o realejo” e *Benjamin* aparece como macaco, “dansando com maestria” (Figura 3). Assim como nos exemplos anteriores, o humor é produzido pela inferiorização racial de *Benjamin*, que é desumanizado/animalizado. Aqui, *Chiquinho* é novamente colocado em posição de superioridade com relação a *Benjamin*, exercendo poder sobre o personagem, fazendo-o dançar como um macaco.

Em *O Macaco Dansarino*, a imagem de *Benjamin* e do macaco são plenamente fundidas, com o rosto caricatural do personagem sendo incorporado ao corpo de um macaco. Além disso, entendemos que a imagem é diferente por ser evidência do papel ativo do leitor na produção do humor. Para que a piada se concretize plenamente, o leitor deve montar o brinquedo e girar a manivela, exercendo ele mesmo poder sobre a inferiorização de *Benjamin*.

4) *Collaboração* (desenhos de leitores, *O Tico-Tico*, número 699, de 26/02/1919)

Na página *Collaboração* podemos observar desenhos feitos por leitores dos personagens *Chiquinho*, *Benjamin* e *Jagunço*. A página é uma fonte importante, por permitir a reflexão sobre a recepção dos leitores e sobre a forma como as raças são concebidas visualmente pelos mesmos (Figura 4). Consideramos que a página é uma evidência de como os leitores tomavam como referência as imagens dos personagens publicadas na revista para construírem suas próprias caracte-

rizações de negros e brancos. Os desenhos de *Benjamin* no canto superior esquerdo e do canto inferior direito, por exemplo, apresentam algumas das mesmas convenções caricaturais de representação da raça negra vista nas imagens anteriores, recorrendo ao exagero dos lábios e outras partes do corpo de *Benjamin* como estratégia de produção de humor.

Figura 3 - O Macaco Dansarino, O Tico-Tico, n 846, 21/12/1921.



Figura 4 - Colaboração, O Tico-Tico, n 699, 26/02/1919.



Conclusão

Neste texto, procuramos desenvolver uma breve reflexão sobre possibilidades do uso de quadrinhos e outros tipos de fonte para o estudo da dimensão visual da sociedade, partindo de algumas considerações sobre História Visual realizadas por Ulpiano Menezes (2003). O problema da concepção visual das raças branca e negra entre o fim dos anos 1910 e o começo dos anos 1920 foi pensado a partir de fontes diversas.

A partir das páginas educativas sobre raças humanas publicadas em *O Tico-Tico* pudemos observar como as raças humanas e sua hierarquização eram consideradas realidades biológicas no período em foco. A partir das representações de *Chiquinho e Benjamin* pudemos refletir sobre diferentes usos e funções em que as imagens eram empregadas. Foi possível, ainda, observar recorrências e particularidades na forma como os personagens eram caracterizados, com *Chiquinho* colocado em posição de superioridade e *Benjamin*, empregado como fonte de humor a partir de sua inferiorização racial, sendo comparado a animais e desenhado como uma caricatura racial.

Referências Bibliográficas

Fontes

O Tico-Tico, acervo digital Fundação Biblioteca Nacional: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/tico-tico/153079>. Último acesso em novembro de 2020.

Bibliografia

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBIERI, Daniele. As linguagens dos quadrinhos. São Paulo: Peirópolis, 2017.

BASCHET, Jérôme. “Pourquoi élaborer des bases de données d’image? Propositions pour une iconographie sérielle”. In: BOLVIG, Axel; LINDLEY, Philip (org.). History and images: towards a new iconology. Turnhout: Brepols Publishers, 2003.

CHINEN, Nobuyoshi. O negro nos quadrinhos do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2019.

LINDEN, Sophie van der. Para ler o livro ilustrado. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

RAMOS, Paulo. Faces do humor: uma aproximação entre piadas e tiras. Campinas: Zarabatana Books, 2011.

SANTOS, Roberto Elísio dos. Produção editorial de quadrinhos no Brasil: do surgimento ao Gibi. In: SANTOS, Roberto Elísio dos; VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo; CHINEN, Nobuyoshi. Gibi: a revista sinônimo de quadrinhos. São Paulo: Via Lettera, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

VERGUEIRO, Waldomiro. Panorama das histórias em quadrinhos no Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2017.

A REPRESENTAÇÃO DO CANGAÇO NO JORNAL 'DIÁRIO DE PERNAMBUCO' DURANTE O PERÍODO LAMPIÔNICO (1925-1938)

Maria Cristina Raposo Conte¹

Análise sobre o tema

Nascido no século XVIII e com maior notoriedade na primeira metade do século XX, o cangaço, em linhas gerais, é o termo utilizado para descrever os grupos de bandidos sociais que atuavam nos “sertões” do nordeste brasileiro, isto é, região compreendida entre a “zona da mata”, “agreste”, “sertão” e “meio norte”. Destacamos ainda que o termo “sertões”, ou até mesmo “sertão”, tivera historicamente a função semântica de se referir a locais afastados dos centros; locais do interior dos países. (LIMA, 2015, p. 24)

Diversos foram os motivos que convergiram para a eclosão desse fenômeno, dentre eles a seca que assolava o sertão e as desigualdades sociais advindas da ausência do Poder público. A seca, com todas suas agruras, gerava escassez de recursos, principalmente de comida, e conseqüentemente fome em uma parcela significativa de pessoas. Esses fatores concorreram também para as disputas de terras e brigas familiares, despertando em muitos anseios de revolta e vingança.

Quando em fins do século XVII e ao longo de todo o século XVIII a necessidade de expansão colonizadora empurrou o homem para além das léguas agricultáveis do massapê, projetando-o no universo cinzento da caatinga, fez surgir um novo tipo de cultura, cujos traços mais salientes podem ser resumidos na predominância do individual sobre

¹ Mestre em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).
E-mail: tina_conte@hotmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8866223501140851>

o coletivo – no plano do trabalho – e nos sentimentos de independência, autonomia, livre-arbítrio e improvisação, como características principais do homem condicionado pelo cenário agressivo e vas-tíssimo que é o sertão (MELLO, 2011, p. 42)

Por outro lado, o sertão nordestino era dominado pelos Coronéis, denominação dada aos fazendeiros ricos que tinham o domínio das terras, da política local e das pessoas. Conforme José Murilo de Carvalho:

O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997)

Dessa forma, comumente, parte dos sertanejos vivia subjugada pelo potentado e pela seca. Numa descrição ainda mais detalhada sobre a relação entre o coronelismo e o cangaço no nordeste brasileiro, o romancista José Lins do Rego reforçou que:

[...] a história do cangaço, no Nordeste brasileiro, está intimamente ligada à história social do patriarcalismo, à vida de uma região dominada pelo mandonismo do senhor das terras e de homens, como se fossem barões dos feudos. O chefe que mandava, de barão e cutelo de família, nos aderentes, nos eleitores, precisava muitas vezes de força, acima da lei, para impor-se e dominar sem limites. Nem o Estado seria capaz de enfrentar o chefe que, no sertão, era mais que o Estado. Para manter-se de pé, prefirmar-se suseranamente, o chefe recorria a seus homens dispostos, as cabras de olho virado, aos que matavam sem dor na consciência. A função do cangaceiro passava a ser uma espécie de gendarmaria às avessas. O crime é que tinha poder corretivo. Assim surgiram cangaceiros que, revoltando-se contra o chefe, fizeram trabalhar por sua conta, a serem eles próprios os que ditassem lei

no sertão. Armados pelo “coronel” passaram a dar cartas, a casar, a descasar, a dividir terras, a exercer pelo trabuco o governo das caatingas. (REGO, 1957, p. 31).

É nesse contexto de dominação, agressividade e ausências que surgem grupos formado por homens, e posteriormente mulheres, ditos “fora da lei”, chamados de cangaceiros. Possuindo características estéticas peculiares, cada um a seu tempo, como o uso de chapéus de abas largas, roupas de couro enfeitadas, punhais ornamentados, bornais coloridos e armas de fogo na cintura, os cangaceiros agiam, preferencialmente, em cidades localizadas nas fronteiras dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, cometendo ações violentas contra grupos ou indivíduos isolados.

Complementando a breve contextualização acerca do surgimento e desenvolvimento do cangaço, é indispensável acrescentar o exame do fenômeno sob a ótica do historiador Eric Hobsbawm que, sob a alegação de que o termo “bandido” seria algo muito vago, tratou de atribuir ao cangaço status de banditismo social.

Nas montanhas e nas florestas, bandos de homens violentos e armados, fora do alcance da lei e da autoridade (tradicionalmente, mulheres são raras), impõe suas vontades a suas vítimas, mediante extorsão, roubo e outros procedimentos. Assim, o banditismo desafia simultaneamente a ordem econômica, a social e a política, ao desafiar os que têm ou aspiram ter o poder, a lei e o controle dos recursos. Esse é o significado histórico do banditismo nas sociedades com divisões de classe e Estados. O “banditismo social” é um aspecto desse desafio (HOBSBAWM, 2010, p. 21).

Para Hobsbawm, o bandido social não cometia crime em proveito próprio, afastando-se dessa forma dos bandidos comuns. Esse tipo de delinquente seria marginalizado pelo poder dominante e que, perante atos de bravura contra a opressão, era admirado pelo seu povo. Ao mesmo tempo que fazia emanar sentimento de admiração, o bandido social também era temido em razão da forma violenta com que salteavam e matavam pessoas inocentes. Por não serem “nem cruéis nem sanguinários, eles costumavam, na maioria dos casos, distribuir seu butim entre os pobres e famintos, demonstrando com isso que não estavam isentos de sentimento de caridade e que seus corações não tinham endurecido”, o bandido social era tido como um bandido-herói. (HOBSBAWM, 2010, p.71). Complementando a percepção de Hobsbawm, a historiadora Elise Grunspan-Jasmin imprimiu um tom mais severo ao concluir que:

O cangaço pode ser percebido como uma forma de mercenarismo a serviço dos coronéis locais; como expressão de uma barbárie atávica numa região atrasada; como um banditismo que impõe suas próprias leis, face à carência dos poderes públicos e à ausência de uma justiça imparcial na região, um banditismo de vingança e honra, uma revolta dos pobres contra o sistema latifundiário. (GRUNSPAN-JASMIN, 2001, p. 66).

Não mais brandamente, Jasmim apartou Lampião dos demais cangaceiros conferindo lugar de destaque ao descrevê-lo como um corpo que expressava o mal, o diabólico:

[...] ao corpo de Lampião, expressando sua monstruosidade, corpo figurado, corpo simbólico, corpo coberto de proteções mágicas que o “fecham”, tomam invulnerável, corpo que se transforma na medida dos sofrimentos morais que atura, corpo que se metamorfosea quando tortura suas vítimas

[...] responde o corpo ferido da sociedade que só poderá reencontrar sua unidade com a apropriação, a profanação do cadáver do cangaceiro e sua fragmentação. O corpo de Lampião: expressão do mal, da crueldade, do diabólico Nenhum dos contemporâneos o descreveu em termos de beleza; mas muitos deles pensam ter encontrado no seu corpo os estigmas do mal e da crueldade, as marcas de uma diferença profunda, que fazia dele um ser alheio às normas humanas. (GRUNSPAN-JASMIN, 2001, p. 67).

Como visto, compreender a origem do cangaço é algo difícil e que envolve múltiplos fatores. O espectro bandido-herói atribuído aos cangaceiros parece imperar, mas com ressalvas, visto que, por vezes, as brutalidades cometidas pelos bandidos errantes são relativizadas. Porém, como se deu com a maioria dos cangaceiros, a causa imediata do ingresso de Lampião na vida bandoleira se deu por questões de honra, vingança, fato muito comum no sertão nordestino atormentado por carências.

No entanto, para o historiador Marcos Edilson Araújo Clemente (2020, p. 108-132), Lampião foi além, profissionalizou o cangaço invocando o escudo ético das injustiças sociais e honra familiar, estreitou relações com coronéis, políticos e agentes da polícia, estabelecendo alianças, permitindo assim obter armamento, financiamento e proteção para ele e seu bando. Assim, é possível presumir que Lampião tinha consciência que a sobrevivência no cangaço dependia de uma eficiente rede de proteção e informação. Sobre essa interdependência, Hobsbawm asseverou que:

[...] o bando de salteadores está fora da ordem social que aprisiona os pobres; é uma irmandade de homens livres, e não uma comunidade de pessoas submissas. Contudo, não pode apartar-se inteiramente da sociedade. Suas necessidades e atividades, sua própria existência, fazem com que ele es-

tabeleça relações com o sistema econômico, social e político convencional. (HOBSBAWM, 2005, p. 81)

Ante o exposto, faz-se importante apresentar alguns trechos da biografia de Lampião, já que, além de ser o cangaceiro mais conhecido, ante seus feitos extraordinários, foi se tornando a própria personificação do cangaço. Nascido provavelmente em 1898, na pequena propriedade de seus pais localizada em Vila Bela (atual município de Serra Talhada), sertão pernambucano, Virgulino Ferreira da Silva era o terceiro filho de uma família de oito irmãos e levava uma vida ordinária, trabalhando na roça.

Em 1915 teve início uma grande rivalidade entre a família Ferreira e a de seu vizinho, José Saturnino, que viria a causar mais tarde a morte do seu pai por policiais. Assim, a fim de “vingar” a morte de seu pai, Virgulino ingressou no “cangaço”, em 1921, juntamente com seus irmãos Livino e Antônio. De início, fez parte do bando comandado por Sebastião Pereira da Silva, “Sinhô Pereira”, cangaceiro que antecedeu Virgulino e com quem tinha parentesco. Ante a saída do seu antecendente do cangaço, Lampião herdou o grupo de cangaceiros.

Alfabetizado, conforme consta, e muito hábil no manejo das armas, recebeu a alcunha de Lampião, passando a liderar outros grupos de cangaceiros, além do seu. Mesmo tendo assassinado o informante que denunciou seu pai para os policiais, como parte da vingança, Lampião não cessou seus crimes, atacando fazendas e cidades em sete estados, além de praticar roubo de gado, saques, sequestros, assassinatos, torturas, estupros e mutilações. A despeito de não fazer parte das leis dos cangaceiros, Lampião ousou ao levar Maria Gomes de Oliveira, ou Maria de Déa, para viver com ele no bando, surgindo assim “Maria Bonita”, a primeira mulher a integrar o cangaço, em 1930.

Lampião e Maria Bonita tiveram uma filha de nome Expedita Ferreira Nunes, nascida em 13 de setembro de 1932. Expedita foi entregue a um aliado de Virgulino para ser criada longe da vida marginal que seus pais levavam. O casal foi morto pelas volantes, força policial criada para conter os cangaceiros, em 1938, numa emboscada, na Gruta de Angicos - Sergipe, juntamente com outros nove cangaceiros. Os restos mortais dos cangaceiros foram expostos a fim de demonstrar a força estatal e, assim, findou a chamada “Era do cangaço”.

Lampião se tornou uma figura mitológica e teve seu nome citado em diversos jornais à época, inclusive no jornal norte-americano *The New York Times* que, em nota de 1931, chegou a mencionar Lampião como um “moderno Robin Hood”. Nesse mesmo período, Benjamim Abrahão Botto, fotógrafo sírio-libanês, conseguiu realizar o maior volume de registros do grupo de cangaceiros liderado pelo “Rei do Cangaço”. O fotógrafo era secretário particular do Padre Cícero Romão, de quem Virgulino era devoto, e acompanhou o cangaceiro, juntamente com seu bando, por alguns meses retratando seu cotidiano em imagens e vídeos.

Lampião soube bem fazer uso de sua imagem perante seus companheiros e, sobretudo, perante a sociedade, transmitindo uma aparência de poder, generosidade, moralidade e sofisticação. Assim, Lampião conseguia mais respeito dos poderosos e, dos menos favorecidos, admiração, facilitando sua sobrevivência. Os jornais também souberam explorar a imagem lampiônica. Não eram poucas as vezes que os feitos de Lampião e de seu grupo eram colocados nas capas dos jornais pernambucanos, cada um com interesse próprio por traz de cada notícia.

O Diário de Pernambuco (DP), jornal mais antigo da América Latina, foi fundado em 1825, pelo jor-

nalista Antonino José de Miranda Falcão, e era um jornal tradicionalmente ligado às oligarquias tendo sido órgão oficial dos governos das províncias até 1911. Em 1913, após ter trocado de proprietário algumas vezes, mas sempre mantendo a linha situacionista, o DP foi adquirido pelo coronel Carlos Benigno Pereira de Lira, industrial e fazendeiro em Alagoas e Pernambuco e tendo como redator-chefe seu filho, Carlos de Lira Filho.

Em 1931 o jornal foi vendido para os *Diários Associados (DA)*², de Assis Chateaubriand, passando a ter um perfil mais comercial e com críticas severas à atuação do interventor Carlos de Lima Cavalcanti³, que era um dos proprietários do jornal de oposição Diário da Manhã. Nesse contexto acirrado se desenvolve a nossa pesquisa, sendo possível perceber essas minúcias políticas ao estudar as entrelinhas das notícias publicadas acerca do cangaço no referido jornal.

Analisar a imagem de Lampião e do cangaço a partir das notícias do jornal DP faz com que se possa perceber o discurso nele contido pois, um periódico, além do seu perfil, envolve jogos de interesses. Assim, temos que pensar de que forma esse documento está sendo estruturado, quem está nos bastidores e a razão de determinado discurso. Em matéria veiculada sob o título “O problema dos sertões”, mesmo que logo de

² O Grupo Diários Associados é o mais antigo conglomerado de mídia brasileiro, fundado na década de 1920 pelo empresário e jornalista Assis Chateaubriand (1892-1968). Sua história teve início em 1924, quando Chateaubriand comprou o diário O Jornal, fundado em 1919 no Rio de Janeiro, e no ano seguinte o Diário da Noite, de São Paulo. A revista O Cruzeiro, um dos ícones do jornalismo impresso do Brasil [...] na década de 1930 o Grupo se fortaleceu com o lançamento e a aquisição de outros jornais (entre os quais o Diário de Pernambuco, fundado em 1825 e o mais antigo veículo da América Latina) [...]. Disponível em: http://www.meiosnobrasil.com.br/?page_id=564. Acesso em: 26 nov. 2020.

³ Foi interventor federal (PE) entre os anos de 1930 e 1935. Em 1935, foi eleito governador constitucional de Pernambuco, cargo que ocupou até 1937. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas1/biografias/carlos_de_lima_cavalcanti. Acesso em: 26 nov. 2020

início não se fale sobre os cangaceiros, no decorrer do texto há uma análise sobre o assunto sob o subtítulo de “Sobrevivência de condições barbaras”, em Diário de Pernambuco, de 15/02/1927, p. 8:

Abstraindo do exame das circunstâncias políticas que serviram de causa determinante à formação dos núcleos de cangaceiros organizados nos últimos anos sob a égide do poder federal, o facto de alto interesse sociológico e de relevância sob o ponto de vista da repercussão que ele pode ter nos destinos da nacionalidade, é a demonstração de sobrevivência de condições bárbaras nos sertões criando ali uma sociedade antagônica irreconciliável mesmo que com as tendências e com os padrões ethicos das populações incorporadas à vida laboriosa e civilizada do paiz. Um golpe de vista sobre esses dois compôs que se defrontam de um lado a civilização organizada no litoral e avançando pelo interior como forças trabalhadoras da atividade agraria, e, de outro, a movediça população nômade e de pastoril comprimida na zona sertaneja, entre as guardas avançadas da sociedade policiada e as florestas e os rios do extremo occidental do “hinterland”, faz ressaltar o caráter peculiar desse problema a que termos permanecidos indiferentese de cuja existência nos estão dando desagradáveis e inequívocos sinais as proezas cada vez mais audaciosas dos chefetes do cangaço.

Esse problema pôde ser definido em termos precisos como a dificuldade que o brasil desenvolvido e civilizado dos nossos dias vem encontrar ao colocar-se em face de uma outra coletividade, que as anomalias da nossa colonização insularam durante séculos do contato das influencias da cultura. No seu livro, que é a obra ainda mais profunda e mais informativa que possuímos sobre a sociologia sertaneja, Euclides da Cunha, com admirável sagacidade intuitiva, verificou que todo determinismo da psicologia atrasada do jagunço girava em torno desse isolamento, que fazia com que sobrevivessem na mentalidade dos correligionários do

profeta de Canudos os traços intelectuais, as tendências morais e as próprias formas linguísticas dos pioneiros dos desbravamentos das florestas brasileiras.⁴

O DP, embora permeado de representações negativas, notadamente atribui cunho social a grande parte das suas notícias sobre o cangaço, buscando agregar à imagem de Lampião, as tristezas provenientes da seca e do isolamento regional. É possível encontrarmos ricas e profundas análises sociológicas acerca do fenômeno cangaceirista que por vezes tenta induzir o leitor a crer que efetivamente as dores sertanejas eram inevitáveis, diminuindo a responsabilidade do governo perante a sua ausência.

Mesmo após a sua compra por Assis Chateaubriand, o jornal DP manteve a linha situacionista, mas com grandes alterações estéticas em virtude de ter adquirido um caráter comercial forte, bem característico de seu novo proprietário. Por fim, para demonstrar que por trás de cada notícia há um discurso interessado, podemos verificar uma fala completamente diferente no DM nas matérias sobre o cangaço publicadas quando o seu proprietário já era o Interventor do Estado de Pernambuco. Foi mantida a representação negativa sobre os cangaceiros e o cangaço, porém o impresso passou a elogiar os bons rumos do governo no que diz respeito ao combate ao fenômeno.

Considerações finais

A imprensa colocou Lampião como o centro da maioria das notícias acerca do cangaço. Mesmo que pesquisando nos acervos da imprensa jornalística por

⁴ Optamos por transcrever as notas jornalísticas mantendo sua grafia original, em itálico, para melhor evidenciar tal escolha.

terminologias diversas como banditismo, bandoleiro, cangaceiros, fascinora e cangaço, invariavelmente a representação era negativa e o nome Lampião parecia de ordem, estava quase sempre presente. Porém, achamos prudente não atribuir a pecha de bandido ou ladrão, sem analisar o que havia por trás do discurso negativo dos jornais em análise, ante esse rol de adjetivos associados ao “Rei do Cangaço” e aos cangaceiros.

Entendemos que a imprensa não é completamente neutra ou imparcial e tenta, por vezes, controlar a opinião pública em favor de uma classe dominante. Mesmo assim, dependendo da forma de abordagem e interpretação, ao historiador será possível retirar do conteúdo jornalístico o pensamento de uma época pelas entrelinhas e pelo diálogo com outras informações.

Para tanto, é importante que o historiador tenha um olhar crítico a respeito do documento, caso contrário, ele poderá extrair como verdade o discurso dito e, sobretudo, os preconceitos contidos nele. Dessa forma, faz-se importante a análise contextual e o cruzamento de fontes, oferecendo uma visão mais ampla do que é representado no documento. Podemos concluir que o jornal traz uma verdade mascarada e cheia de intenções. Lampião cometia crimes e a representação negativa era uníssona, porém a sua imagem foi utilizada pela imprensa da forma que era mais conveniente, ou seja, a fim de atender um projeto de poder pertencentes àqueles que o escrevem e para aqueles que os “recebem”.

Referências Bibliográficas

Fontes

Diário da Manhã, 14/08/1927, p. 1. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1927>

Diário da Manhã, 26/02/1928, p. 5. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1928>

Diário da Manhã, 26/04/1930, p. 7. Disponível em: <http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DM1930>

Diário de Pernambuco, 12/03/1926, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_10&passa=ano%201926&pesq=canga%C3%A7o&pagfis=17179

Diário de Pernambuco, 18/12/1931, p. 1. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=canga%c3%a7o&pagfis=5170

Diário de Pernambuco, 26/06/1935, p. 3. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_11&passa=ano%201935&pesq=canga%C3%A7o&pagfis=15506

Diário de Pernambuco, 25/11/1936, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&Pesq=canga%c3%a7o&pagfis=22083

Bibliografia

CARVALHO, José Murilo de. (1997). Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados, v. 40 n. 2, Rio de Janeiro (RJ), 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>. Acesso em 29 jan. 2021.

CLEMENTE, Marcos Edilson. Lampião e o Cangaço: Trajetórias de vida, histórias como flagelo (1920-1938). Revista Escritas do Tempo, v. 2, n. 4, Marabá (PA), mar-jun/2020, p. 108 - 132. Disponível em: <https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdo-tempo/article/view/1223>. Acesso em 29 jan. 2021.

GRUNSPAN-JASMIN, Elise. Nordeste: uma região “doente” do cangaço. Lampião: entrave a um projeto de nação “unida” e “civilizada”? Clio, v. 19, n. 1, 2001, Recife (PE). Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/243101/0>. Acesso em 29 jan. 2021.

_____. Lampião, Senhor do Sertão. Vidas e Mortes de Um Cangaceiro. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

HOBBSAWM, Eric. Bandidos. 5ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LIMA, Victor Thiago. Cangaço, honra e pistolagem no sertão alagoano (segunda metade do século XX aos dias atuais). Dissertação (Mestrado em História) – UFAL Instituto de Ciências Humanas, comunicação e artes – PPGH. Maceió, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/6589/1/Canga%C3%A7o%20crime%20honra%20e%20pistolagem%20no%20sert%C3%A3o%20alagoano%20%28segunda%20metade%20do%20s%C3%A9culo%20XX%20aos%20dias%20atuais%29.pdf>. Acesso em 29 jan. 2021.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do Sol.: violência e banditismo no nordeste do Brasil. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1985.

_____. Quem foi Lampião. Recife: Ed. Stahli, 1993.

REGO, José Lins do. A presença do Nordeste na literatura. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1957.

TELEVISÃO E CRÍTICA NA IMPRENSA: VISÕES SOBRE TV EM DEBATE NO BRASIL DOS ANOS 1960

Milena Azevedo de Menezes¹

Introdução

A escrita sobre TV, desde a chegada das primeiras emissoras nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, situava o objeto dentro de representações dos valores urbanos, cujas primeiras reportagens circulavam em revistas de consumo e suplementos literários. Por isso, neste artigo analisaremos a escrita sobre TV na imprensa que tem como objetivo o debate público promovido por críticos sobre a televisão, procurando compreender os atritos sobre formas de percepção temporal dos meios de comunicação e a recente indústria cultural nos anos 1960, analisando suas percepções sobre as possibilidades de futuro que a televisão como instrumento poderia proporcionar.

Esses debates se materializaram em colunas próprias sobre TV em cadernos culturais de grande circulação, os primeiros passos para o que posteriormente seria conhecido como crítica televisiva na imprensa. Dentre os cadernos, destacamos o *Caderno B (Jornal do Brasil)*, o *UH Revista (Última Hora)* e o *Cartazes da Cidade (Diário Carioca)*, jornais de maior circulação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e renomados espaços de produção de crítica cultural.

¹ Mestranda no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista FUNCAP/CE. E-mail: profamilenahistoria@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5960532505867300>

A crítica televisiva nos cadernos culturais da imprensa em Rio de Janeiro e São Paulo

A forma como percebemos a televisão, enquanto produção de conteúdo e parte do cotidiano, se transformou ao longo do tempo, devido aos novos parâmetros comunicacionais. Enquanto parte de uma cultura midiática, essa percepção pode ser *historicizada* como materialidade das transformações sociais. A partir dos anos 1960, a escrita sobre televisão como crítica ganha espaço em cadernos culturais na imprensa, e torna-se importante objeto de análise aqui para compreender as discussões sobre produção cultural e modernização, enquanto debate público na imprensa sobre o medo e o fascínio de um meio de comunicação que expandia seus circuitos no momento.

Segundo Eagleton (1991, p. 4), o conceito de crítica adquire contornos quando relacionamos com a escrita voltada para a esfera pública², com vistas a um determinado público (EAGLETON, 1991, p. 4). Além disso, o papel das instituições para mediar um espaço próprio de intercâmbio e disputas entre os debates legitimam ainda mais a importância da atuação da crítica para o âmbito público, essa escrita que tem como prerrogativa o engajamento dos sujeitos para o político.

A crítica televisiva transforma-se e acompanha a história da televisão no Brasil, assim como a crítica teatral acompanha a história do teatro e a crítica literária da literatura. O diálogo entre a prática artística e o exercício crítico, tomados muitas vezes como prática cultural e representação, é importante para compreender as especificidades dos dois campos para a análise do entendimento entre eles (FALCÃO, 2017, p. 17). Enquanto os circuitos televisivos se expandem e a programação passa por transformações e experimentalismos, a crítica procura apreender a recepção

do conteúdo ao público, ao mesmo tempo, que produz estratégias de interpretações.

Representar a televisão e sua produção é construí-la em meio a outros mediadores culturais, como a fotografia, o rádio, o cinema, o teatro e a literatura, o que também serão referências para construir uma “imaginação televisual”, conceito de Marialva Barbosa (2013, p. 263) ao tratar das primeiras impressões publicadas em jornais e revistas sobre o aparelho. Sobre a categoria “utopia”, a historiadora analisa o caminho de expectativas de futuro que a TV ocupa em revistas de consumo e jornais. “A televisão já nasce dependente da imaginação comunicacional do público e como utopia midiática” (BARBOSA, 2013, p. 266).

Dentre os cadernos, destacamos o *Caderno B (Jornal do Brasil)*, o *Segundo Caderno (Tribuna da Imprensa)*, *UH Revista (Última Hora)* e *Cartazes da Cidade (Diário Carioca)*, jornais de maiores circulação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e renomados espaços de produção de crítica cultural. Em 1956, o *Jornal do Brasil* é pioneiro na reestruturação dos editoriais. É criado o *Suplemento Dominical*, caderno que reúne contribuições de artistas, escritores e poetas, junto ao Caderno B, dedicado às colunas de opinião sobre teatro, música, literatura e etc. Assim segue o *Segundo Caderno (TI)*; *Cartazes da Cidade (DC)*, pioneiro na diagramação dos jornais, com a separação em cadernos; e *Revista UH (UH)*, editorial de esquerda, mas que se apropriou do novo modelo empresarial.

Crônicas e artigos de opinião tornaram-se grande parte das publicações dos suplementos literários. As colunas de opinião sobre teatro, cinema, música, dentre publicações de contos e análises sociais, são suas principais. O *Suplemento Dominical* e *Caderno B*, ambos do *Jornal do Brasil*³ (RJ), foram um dos principais espaços de notoriedade da crítica na imprensa, assim como o *Suplemento Literário* do *Estado de S. Paulo*⁴(SP), o *Segundo Caderno* do *Tribuna da Imprensa*⁵ (RJ), o *Pensamento e Arte* do *Correio Paulistano*⁶ (SP), dentre outros.

A crítica de conteúdo como crítica ao capital privado, a ideia de “vender cultura” e a noção de “embotamento mental” promovida pela TV são os principais temas abordados por uma crítica que tenta entender a relação entre mercado e cultura por meio da TV. Em 1964, é publicada o primeiro espaço próprio de crítica televisiva no caderno, com a coluna de Fausto Wolff. Dramaturgo, Atuou de 1962 a 1968 no *Tribuna da Imprensa* como crítico de teatro e, nos anos 1970, colaborou com *O Pasquim*, um dos jornais da imprensa alternativa de crítica à ditadura civil-militar⁷.

Para o *Caderno B (JB)*, a coluna *A Função do Crítico* por Fausto Wolff, do dia 10 de outubro de 1964, publica:

[...] O primeiro dever do crítico revestido das funções de assistência social é acreditar na televisão. Acreditar, porque dependendo do progresso humanístico dos seus proprietários, a televisão pode vir a ser o mais valioso auxiliar na formação cultural de um povo. A pergunta que o crítico deve fazer a si mesmo em seguida: A televisão acrescenta alguma coisa ao telespectador? A resposta é não. [...] O que é, então, a televisão? Uma arma perigosíssima nas mãos de crianças que não entendem nada de explosivos⁸

⁸ WOLFF, Fausto. “A função do crítico”. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13

O tema é recorrente nas colunas de Wolff, assim como evidenciada por outros críticos: o futuro da TV para a produção cultural. Ao fomentar a ideia de modernização no contexto de urbanização da capital, a televisão carrega na inovação também a ideia de crise para uma função do crítico.

Essa relação entre futuro e crise pode ser entendida a partir da perspectiva de Koselleck (2007; 2006a; 1999) sobre espaços experiência e horizonte de expectativas como categorias da temporalidade histórica, que não coincidem nem são complementares, mas estão em constante tensão, pois “sempre as coisas podem acontecer diferentemente do que se espera” (2007, p.312). As percepções sobre as mudanças de uma época podem ser medidas a partir do uso do termo “crise”, apesar de que a categoria ainda permanece ambígua de acordo com as emoções que a acompanham (2006a, p. 358). Segundo Wolff, a crise para a produção cultural seria um novo espaço criativo que não engrandecesse o “espírito” e, por isso, muitas vezes uso o termo “embotamento mental” para se referir ao que a TV produz.

O *Diário Carioca* com o caderno *Cartazes da Cidade* também recebe colunas de crítica à TV com chegada de Reynaldo Jardim, em 1964, que escreve para o caderno até 1968 sobre televisão. Sua coluna compartilha no espaço com crônicas dentre outros críticos e programação semanal televisiva. Além de criador do *Caderno B* (JB), também foi criador do *Suplemento Dominical*, semanário literário criado em 1961 para o JB; diretor da Rádio JB desde 1952, da revista *Desfile* desde 1963, do setor de telejornalismo da TV Globo em 1965; além de editor do jornal *Correio da Manhã* e *Última Hora*, diretor da revista *Senhor* desde 1962, poeta e artista plástico.

A trajetória de Reynaldo Jardim como intelectu-

out.1964. Caderno B, p. 5.

al de esquerda converge com a crítica à televisão ao incorporar seus percursos do pensamento neoconcreto para pensar uma possível linguagem televisiva e uma instrumentalização do objeto para a arte.

Em 5 de dezembro de 1964, publica:

Cabe ao único veículo que realmente atinge às massas, o papel de criar para o grande público uma arte que venha preencher à necessidade que todo homem tem de conhecer o mundo pela visão intuitiva do objeto artístico. Será isso possível? [...] Usar a televisão apenas como veículos de experiências e tentativas já seria bom, mas não seria o ideal. O ideal mesmo é que se procurasse criar uma arte específica para a televisão⁹.

Jardim explicita em sua coluna sobre a importância do espaço televisivo como uma nova possibilidade para a classe artística de acessar as “massas”, ao mesmo tempo que escreve sobre uma importância de uma “arte específica” para a TV. Segundo Angela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen (2016), sobre a categoria “intelectual”, situam o conceito como fluido e polissêmico, importante para compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais (2016, p.13). O conceito de “intelectuais mediadores”, para as historiadoras, consiste em indivíduos ou grupos integrados em redes que se constituem em espaços propícios ao surgimento de novas maneiras de pensar e sentir (2016, p. 33), ao falar de sujeitos que produzem criativamente essas novas formas de pensar a partir das vanguardas, diante de um processo de trocas culturais.

Portanto, as discussões que envolvem os perigos da televisão para a produção cultural e os debates

⁹ JARDIM, Reynaldo. “Arte Direta”. Diário Carioca. Cartazes da Cidade. 5 dez.1964, p. 6.

que situam os binômios cultura/cultura de massas e engajamento/alienação tentam apreender e formular interpretações sobre as transformações de uma indústria cultural mediante uma ditadura. Sobre o tipo de programação cujos temas são mais presentes, entre 1964 e 1968, as novelas com temáticas do cotidiano gradualmente substituem os teleteatros de grandes obras literárias, assim como aparecem os programas de auditório, humorísticos e musicais, exemplos de programação voltada para o “popular” da “massa”. A conquista da audiência da TV Globo e sua integração no mercado nacional, a partir de 1968, são responsáveis pela criação de uma “estética do grotesco”, conceituado por Muniz Sodré (1977, p. 102), um dos principais teóricos das décadas de 1960 e 1970 sobre a comunicação de massa no Brasil.

Outro exemplo de crítico à esquerda está no suplemento Revista UH, o caderno cultural do jornal *Última Hora*. A partir de 1965, o jornalista e literato Ivan Lessa escreve sobre TV no suplemento durante o curto período de 2 de janeiro de 1965 a 24 de abril do mesmo ano, Ivan Lessa, durante os anos 1970, participa do impresso alternativo *O Pasquim*, acompanhado de Fausto Wolff. A coluna de Ivan Lessa tem publicação datadas de segunda à sábado, na página 3 do caderno.

Na coluna “O programa é a televisão”, de 2 de fevereiro de 1965, Lessa publica sobre o aumento dos aparelhos televisores e de espectadores na baía da Guanabara, com 4 emissoras, 800 mil aparelhos e 4 milhões de espectadores (somando com os “televizinhos”), enquanto que no Estado do Rio de Janeiro já somavam 3 milhões e 800 mil espectadores e outros 700 mil mineiros do sul. A crônica torna-se um apelo do autor quando denuncia que quase ninguém discute de televisão. “Futebol e política, sim, mas televisão, não”, a não ser no barzinho da TV-Rio, dentre outros lugares

onde os homens de televisão discutem a televisão. Portanto, a coluna de TV se propõe a debater sobre o meio, para buscar desvendar as pistas que ajudem a formar uma visão mais clara da “cena do crime”, palavras do autor. Escreve:

[...] Os homens de televisão, estes sim discutem televisão.

Quem são, afinal, esses homens de televisão? Quem são, como são e por que são? De onde vem e para onde vão? E o que é que eles pretendem? As caras e os nomes não disfarçaremos! São conhecidos: Chacrinha. Tarcísio Meira, Luís Mendes, Sargentelli, Chico Anísio, Derci [...].

Um mundo de gente compõe o complicado e exasperante mosaico formado pela nossa televisão.¹⁰ Também houve a migração de muitos atores de teatro e dramaturgos para trabalhar na TV, devido às dificuldades financeiras, assim como a censura às peças que causavam prejuízos às companhias. Mesmo antes do AI-5, o debate sobre a mediação ao mercado com a TV em cena não estava resolvido, sobretudo com a crítica ao imperialismo norte-americano. A televisão como espaço de ocupação da esquerda tornou-se uma realidade a partir da busca por uma linguagem televisiva própria, nacional, que afastasse dos programas “enlaidados”, dos teleteatros de grandes clássicos europeus (Goethe, Ibsen etc.) e das telenovelas ambientadas em cenários artificiais.

¹⁰ LESSA, Ivan. “O programa é a televisão. Revista UH. Última Hora. Rio de Janeiro, 2 de fev. 1965, p. 3.

Considerações finais

Dessa forma, a crítica televisiva durante os anos 1960 e 1970 apresenta para os estudos em mídia as relações de disputa entre uma esquerda que buscava apreender os usos do objeto e uma indústria cultural promovida por um regime ditatorial que buscava modernizar, ao mesmo tempo censurar, os meios de comunicação, dentre eles, a televisão. Esses intelectuais buscavam produzir visões de futuro para a televisão como instrumento, dialogando com outros campos culturais, como o teatro, a literatura e o cinema, assim como a atuação no espaço público próprio da atuação crítica, muitas vezes representado na publicação de cartas de leitores.

Trabalhar acerca dessas questões torna a relação entre imprensa e televisão, o diálogo entre crítica e modernidade. Assim, possibilita debater a historicidade do momento em que a televisão é inserida na sociedade civil, a partir da formação de uma indústria do entretenimento, que cresce em sua audiência e incorpora-se à vida cotidiana durante a ditadura civil-militar.

Referências Bibliográficas

- BARBOSA, M. História da Comunicação no Brasil. RJ: Vozes, 2013.
- BRAGA, José Luís. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: PAULUS, 2006.
- BRITO, Leandro. Jornal Alternativo O Sol: concepção de um novo jornalismo durante a ditadura civil-militar brasileira. 2017. Dissertação (mestrado em Comunicação). Programa de Pós-graduação em Comunicação, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - Universidade Estadual Paulista – UNESP. Bauru – SP.
- CHAMMAS, Eduardo Zayat. A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968. 2012. Tese (Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação Em História Social, USP. São Paulo.
- EAGLETON, Terry. A função da crítica. SP: Martins Fontes Editora LTDA, 1991.

FALCÃO, Leticia Fonseca. Entre o exercício da crítica e a escrita da história: O lugar de Sábato Magaldi na história do teatro brasileiro. 2017. Dissertação (Mestre em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. UFU – MG.

HANSEN, Patrícia Santos; GOMES, Angela de Castro. Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política. 1ª ED. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.

KOSELLECK, R. Estratos do tempo: estudos sobre história. RJ: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, R.; RICHTER, Michaela W. “Crisis”. Journal of the History of Ideas. Vol. 67, No. 2, Apr., 2006, p. 357-400.

KOSELLECK, R. Crítica e Crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDURJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto : Ed. PUC, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa. SP: Editora Universidade de São Paulo, 2018

NAPOLITANO, Marcos. Coração Civil: a vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985). SP: Intermeios: USP, 2017

NAPOLITANO, Marcos. Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980).SP: Contexto, 2019.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. “Teatro, música e o Grupo Opinião: ‘que bicho deve dar?’”. Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História ANPUH-SP. Santos, 2014. Disponível em: Acesso: 12/05/2020 às 16:44.

RIBEIRO, Ana Paula G. “Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950”. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 11, 2003 p 147-160.

SILVA, F. M. Quando a crítica encontra a TV: uma abordagem cultural para a análise da crítica televisiva. Revista FAMECOS, v. 23, n. 2, p. ID22177, 21 mar. 2016.

THALASSA, Ângela. Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de Arte Moderna. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Comunicação, Universidade Católica de São Paulo, USP – SP.

**FESTEJOS RELIGIOSOS, CÍVICOS E CARNAVALESÇOS
NOTICIADOS PELO JORNAL 'MONITOR DO SUL' NA CIDADE
DE CANAVIEIRAS-BAHIA (1903-1913)**

Oslan Costa Ribeiro¹
José Pereira de Sousa Júnior²

O presente artigo percorrerá notícias sobre festejos religiosos, festas cívicas e carnavalescas na cidade de Canavieiras, sul da Bahia, também conhecida por região cacauieira, em notas de notícias no jornal 'Monitor do Sul'. Pesquisamos e catalogamos, através de anotações em fichas e fotografias digitais, a coleção do jornal "Monitor do Sul" da cidade de Canavieiras – Bahia, do Ano II, do nº 114, de 5 de abril de 1903 ao Ano XII, nº 709, de 21 de setembro de 1913, exemplares disponíveis, à época, no acervo do Setor de Periódicos Raros da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador. Nesta coleção não havia os números do ano de 1909, pressupomos, que sua fundação tenha sido em 1902, e não sabemos até qual ano circulou na cidade de Canavieiras e região. Não catalogamos em sua totalidade, mas, somente sobre as notícias do nosso foco de pesquisa.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. E-mail: oslan@hotmail.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937879658171776>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1742-9669>.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto efetivo na Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades. E-mail: junior_ufcg@yahoo.com.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3838287945502936>

Sobre o jornal

Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava: “*MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados.*” (MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903). Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando aparece no cabeçalho do jornal novo proprietário Antônio Nunes, e como redator “vários”. No cabeçalho do jornal “Monitor do Sul” em um número do ano de 1908, continha informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem, e, lema (slogan): “*Folha consagrada aos interesses do município*”, logo abaixo propaga que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia, oferecendo serviços tipográficos de diversas qualidades, conforme anúncio na figura 1.

Figura 1 - Anúncio de serviços tipográficos do “Monitor do Sul” em sua oficina na cidade de Canavieiras, Bahia, em 1904.



Fonte: MONITOR DO SUL, Ano III, nº 236, 16 de junho de 1904, p. 4. Foto: Oslan Costa Ribeiro (2011).

No ano de 1910, o “Monitor do Sul” modifica seu *slogan* acrescentando que, além de ser um órgão consagrado aos interesses do município de Canavieiras, era também de toda a região sul do estado da Bahia, dando sinais de que era distribuído e lido em outras cidades da região. Nos anos seguintes 1911, 1912 e 1913, continua publicando com a mesma organização e diagramação. Chama-nos a atenção, que entre 1903-1913, não existe a publicação de imagens fotográficas em seus números, somente adornos tipográficos, xilogravuras voltadas para propaganda de lojas ou de produtos específicos, como da Padaria Rosita, de propriedade de Francisco Marinho da Costa³, Loja Guerreiro, tendo como representante Januário de Oliveira⁴, e os curiosos reclames tendo bispos como “garotos-propaganda”, como o caso da Emulsão de Scott, tendo a indicação, o testemunho e bênção de D. Ricardo Casanova y Estrada, médico e arcebispo da Guatemala⁵, e, do xarope Bromil, do Laboratório Daudt & Lagunilla, do Rio de Janeiro, que doou lote do medicamento para as ações sociais de D. Cláudio José, arcebispo de Porto Alegre, RS, onde o mesmo testemunha, em carta de agradecimento ao proprietário João Daudt, a doação e a eficácia do produto, verificado entre as pessoas pobres que receberam o remédio, e da cura de uma bronquite de anos que assolava a vida de um seminarista da arquidiocese gaúcha desde a infância⁶.

As notícias

Canavieiras se originou da Freguesia de São Boaventura do Poxim, criada em 1718, por ato régio do arcebispo da Bahia, teve o município criado em 1832, em

³ MONITOR DO SUL, Ano III, nº 262, 15 de setembro de 1904, p. 4.

⁴ MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 674, 15 de dezembro de 1912, p. 4.

⁵ MONITOR DO SUL, Ano X, nº 595, 12 de março de 1911, p. 2.

⁶ MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 677, 5 de janeiro de 1913, p. 3.

pleno período das Regências, que a nomeou de *Imperial Villa de Cannavieiras*, e foi elevada à categoria de cidade em 1891, já na República. Em seu território foram plantadas, de forma experimental, as primeiras mudas de cacau, trazidas do Grão-Pará em 1741. Somente na segunda metade do século XIX, o cacau começa a representar resultados, mas, seu ápice de maior valorização no mercado externo se deu nas primeiras décadas do século XX. A transformação econômica mudaria os rumos da sociedade da região cacauzeira da Bahia, que, à luz das transformações urbanísticas e culturais, inspirados, talvez tardiamente, na *Belle Époque*, ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, almejavam do mesmo modo, transformar a simples cidade de Canavieiras em lugar aprazível e belo para se viver.

O primeiro símbolo para essa transformação se deu com a fundação do jornal “Monitor do Sul”, provavelmente em 1902, fazendo com que a Canavieiras do novo século que se iniciava, fosse introduzida nos planos de progresso, que tanto permeava o imaginário dos políticos e elites locais e regionais à época. A cidade que já contava com o serviço telegráfico, e obviamente, o postal, não sabemos desde quando, agora tinha um jornal local, complementado com as notícias do Brasil e do mundo, através dos jornais da cidade da Bahia⁷ e do Rio de Janeiro, que chegavam pelos navios que atracavam no cais do porto diariamente, trazendo e levando passageiros, mercadoria e escoando o cacau para o porto de Ilhéus e de lá para o mundo.

Essa sociedade e seu cotidiano é que estão presentes nos números de o “Monitor do Sul, entre 1903-1913, em notícias em geral, compostas de notas sociais e religiosas, de festejos carnavalescos, prestações de contas e propagandas comerciais. Também dando espaço

⁷ Como os baianos do interior do estado se referiam, ou ainda se referem à capital: cidade da Bahia, cidade de São Salvador da Bahia, cidade do Salvador, ou simplesmente, Salvador.

para polêmica, como o que ocorreu com o vigário Badaró em 1903, que, cansado da sovinação dos fiéis católicos de Canavieiras, ao ver um homem pondo uma mísera moedinha de trocados de réis durante uma missa por ele presidida, foi à cestinha de ofertas enfurecido, pegou a moeda e atirou no meio da antiga igreja matriz lotada de fiéis. Polêmica ainda mais agravada com o vazamento de um relatório canônico escrito pelo vigário Badaró e entregue a D. Jerônimo Thomé da Silva, arcebispo da Bahia, em visita pastoral a Canavieiras, no qual constava a insatisfação do vigário Badaró com os fiéis canavieirenses. Resultado foi que, com o vazamento do documento de cunho sigiloso, houve muita confusão da população, resultando num abaixo-assinado ao arcebispo da Bahia exigindo a saída do vigário Badaró da Freguesia de São Boaventura. Artigos de protestos contra o vigário foram publicados no “Monitor do Sul”, agravando o desgaste na freguesia, e o vigário foi removido de Canavieiras por ordem do arcebispo sendo substituído por outro padre.

O “Monitor do Sul” também era veículo de denúncias contra práticas execradas pela elite local, sempre no discurso de manter a ordem e os bons costumes na cidade. Em alguns números de 1903, foram verificadas notas em perseguição a rodas de samba, movimentação na zona de prostituição na rua da Jaqueira, e até, da existência do Candomblé, assim noticiado em primeira página:

Relato de pessoas criteriosas (afirmam)⁸, que no Jundiahy, funciona um candomblé, que já vem arrastando mães de família, esposas e virgens de confabulações de tão deponente e selvagem espectáculo. O alferes Cova, zeloso como tem sido no empenho de seus deveres, procurará exterminar tal assembléia⁹. (MONITOR DO SUL, Ano II, nº 186, 20 de dezembro de 1903, p. 1).

⁸ Grifo nosso.

⁹ Optamos por manter a grafia original do documento, em itálico, para melhor evidenciar.

Sociedade para poucos, o jornal “Monitor do Sul” testemunhava em seus números notícias da elite, representada na religião, nos festejos cívicos e carnavalescos. Essa mesma elite fazia questão de terem seus nomes estampados nas notícias, em busca de uma maior publicidade e reconhecimentos sociais. A maioria das notícias publicadas no recorte de 1903-1913 são de cunho cultural e religioso, por exemplo: carnaval, Semana Santa, festa do 2 de Julho¹⁰, festa de São Boaventura, festas religiosas nas capelas de fazendas acompanhados de notícias das desobrigas do vigário no interior da freguesia. Vejamos, a seguir, temas das notícias recolhidas em nossa pesquisa sobre o jornal “Monitor do Sul”, no recorte de 1903-1913.

Críticas ao lastimável estado de conservação da antiga igreja matriz de São Boaventura e a fundação do Apostolado da Oração na Freguesia de São Boaventura do Poxim (1903), campanha de construção da igreja da Capelinha (1904), alerta sobre a epidemia da varíola (1905), os 2 anos da existência da Igreja presbiteriana em Canavieiras (1906), o cometa Halley (1907), a morte de Eduardo Campos, dono do jornal “Monitor do Sul” (1908), fundação do Instituto Imaculada Conceição¹¹ e da chegada da imagem do Sagrado Coração de Jesus da Europa (1910), chegada dos padres para realizar missão e a bênção da primeira pedra fundamental da nova igreja matriz de São Boaventura (1911), apelos do padre Justino José de Sant’Anna para angariar do-

¹⁰ Data magna baiana, 2 de julho de 1823 – Término da guerra da independência do Brasil na Bahia.

¹¹ Escola de internato e externato, fundado por ordem do arcebispo primaz D. Jerônimo Thomé da Silva, sob a direção do cônego Joaquim Ayres de Almeida Freitas, vigário da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras, entre 1909-1911. Provavelmente, foi a primeira instituição de ensino sob a direção da Igreja em Canavieiras. Não sabemos se funcionou de fato e até quando. Não existe registro dessa fundação no livro de tomo paroquial da Freguesia de São Boaventura, e essa única menção sobre sua existência foi publicada no jornal ‘Monitor do Sul’, Ano IX, nº 553, de 24 de abril de 1910, p. 4.

ações para se construir a nova matriz, e, publicação da resolução nº 191, de 8 de julho de 1912, doando do município para a Igreja novo e amplo terreno para a matriz que se estava construindo (1912), notícia sobre construção de teatro na cidade, mais artigos de apoio à construção da nova igreja matriz, publicação de balançes das doações já recebidas (1913).

Foram acontecimentos que refletem o que essa sociedade vivia, ou, ao menos, o que ela fazia questão de publicizar. As fontes hemerográficas aqui relatadas, longe de imparcialidade, mostrava o que era de seu interesse nas páginas do “Monitor do Sul”, refletiam seus preconceitos, o modelo de sociedade ideal que buscavam manter e transformar com benesses para um grupo restrito. Havia outros valores e certamente, nesse caso, nesse recorte, a Igreja não foi contemplada, o estado de mal conservação da antiga matriz, e a dificuldade para se construir e concluir a nova, são claros exemplos que o dinheiro que circulava em Canavieiras nunca aliviou a vida dos padres, e viabilizaram as obras paroquiais, como romanticamente costumamos acreditar e apregoar.

A fonte hemerográfica para a historiografia

Fontes hemerográficas são aquelas cujo suporte material se constitui de textos impressos, ou publicados por outros meios (como os virtuais), em forma de periódicos (jornais, revistas, outros) e que são utilizadas como fonte na pesquisa histórica. Cabe ao historiador, submeter os periódicos a uma metodologia e análise crítica para identificar qual a intenção da empresa jornalística com a notícia produzida, além disso, é prudente conceber os periódicos como veículos que tanto afetam como são afetados pelo meio, ou seja, eles não são atores passivos de uma época remota ou recen-

te, ao contrário, buscam influir no curso dos acontecimentos.

A história dos periódicos, no Brasil, engloba um período de mais o menos dois séculos, do início do século XIX até os dias atuais em pleno início século XXI. Percebe-se que é um tempo longo e uma das primeiras tarefas do historiador ao trabalhar com esse material na sua pesquisa é situar, contextualizar seus documentos no espaço-tempo. A seguir sublinharei algumas sugestões apontadas no livro *Fontes históricas* de Pinsky (2008) e outras obras.

A historiadora Tânia Regina de Luca (2008, p. 132), nos traz algumas sugestões de como trabalhar com este tipo de fontes. Uma primeira sugestão é encontrar as fontes e constituir uma longa e representativa série. Mas, é interessante adotar diversos tipos de documentos, periódicos da época e/ou até outros tipos de dados (qualquer forma de registro) que de forma direta ou indireta tratam do fato abordado afirmando-o ou negando-o. A segunda sugestão seria a de localizar as publicações em uso na história da imprensa. Em outras palavras, encontrar trabalhos que de forma direta ou indireta tratem do objeto da pesquisa. Afinal, a própria produção dos jornais e revistas possui sua própria dinâmica, suas próprias referências e seus contextos imediatos. A terceira sugestão seria atentar para as características de ordem material como por exemplo a periodicidade, impressão; papel, uso/ausência de iconografia e de publicidade.

Os estudos sobre as cidades trouxeram à luz uma diversidade de documentações históricas, tais como ocorrências policiais, processos-crimes, ações de divórcios, literatura, crônicas, memorialistas, assim como os jornais e a documentação oficial. Esse conceito e a abrangência do termo documento histórico começaram a ser ampliados já no século XIX. A Esco-

la dos Annales, no século XX, também colaborou com esse alargamento no conceito de fontes. Hoje, a documentação hemerográfica, que inclui o jornal impresso, está permitindo aos historiadores trabalharem com vasto material e, que se tornou de grande relevância e interesse na pesquisa da histórica.

Tânia de Luca (2008, p. 142) lembra que na década de 1970 era pequeno o número de trabalhos que utilizava jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história no Brasil. Em anos anteriores, o historiador só trabalhava com fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, credibilidade, assim como distanciadas de seu próprio tempo. Nesse ínterim, os jornais não se adequavam às pesquisas que pretendiam recuperar o passado. Mas, o reconhecimento da importância do jornal remonta a década de 1930, no início da Escola dos Annales e foi ganhando cada vez mais projeção e interesse por parte dos pesquisadores das Ciências Humanas.

Entendemos que a compreensão do passado tomando como ponto de investigação a cidade de Canavieiras – Bahia, nos fez através das narrativas jornalísticas sobre as festas religiosas, a dialogar com a História Cultural, pois esse campo historiográfico marcou “uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão”. (PESAVENTO, 2008, p. 16). Pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, no entanto, decodificar a realidade do passado através das suas representações, “tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo” (PESAVENTO, 2008, p. 42).

Desse modo, a História Cultural nos possibilitou o alargamento de caminhos alternativos para a

investigação histórica, tais como, o da compreensão do passado através das fontes jornalísticas. De acordo com o historiador francês Roger Chartier, “a História Cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p. 16).

Ao pesquisarmos sobre festas religiosas e festejos cívicos e carnavalescos na cidade de Canavieiras – Bahia, podemos tomar como uma das bases de nossas reflexões a história das religiões e, percebermos como se dava os enfrentamentos no ordenamento territorial, social e cultural constituindo-se, nesse quadro, referência basilar, através de representações apropriadas e reapropriadas pelo jornal “Monitor do Sul” sobre os festejos ocorridos. Tais representações também desenharam contornos, impuseram atos e atitudes daqueles que participavam destes festejos.

Entendemos que as práticas culturais sejam festivas ou devocionais, expressaram crenças arraigadas e abalaram certezas, mudaram ou determinaram ritos, rituais, políticas de pequeno e largo alcance, seja nas pequenas, médias e grandes cidades brasileiras ao longo do século XX, e provavelmente nestas primeiras décadas do século XXI, ainda em curso. Assim, estudar o tema cidades é muito amplo e desafiador devido as múltiplas possibilidades que este estudo/pesquisa oferece, pois, possui uma abrangência de significados e representações em todas as áreas do saber histórico.

Porém, devemos lembrar que a característica com que a cidade assume, ganham dinamismo ao longo do processo histórico e investigativo - neste aspecto, os jornais - e a cidade possui uma história, ganha materialização, importância e significado, através dos jornais e da construção narrativa de um pesquisador atento as mudanças e representações festivas que ocorrem na cidade.

Considerações finais

Apresentamos neste artigo, as primeiras considerações sobre o levantamento de dados sobre os festejos religiosos, festas cívicas e carnavalescas, noticiados no jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras, no sul do Estado da Bahia, no início do século XX. A cidade de Canavieiras queria se adequar ao estilo sofisticado das reformas urbanísticas que vinham ocorrendo pelo país, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil. A propaganda divulgada pela imprensa nacional através de jornais e revistas, com forte publicação imagética sobre tais reformas e a beleza que vinha tomando suas ruas, praças e largas avenidas iluminadas à energia elétrica em belos postes de ferro fundido, a moda e a música, a culinária, transformava aos poucos, o padrão cultural existente, influenciando principalmente quem consumia tais leituras, a elite.

O passado colonial brasileiro estava sendo apagado em sua arquitetura e costumes, por esse novo que o Brasil República vestia-se para mostrar ao mundo seu “alto grau de civilidade e cultura”, mesmo que bandido seus filhos para bem longe desse cartão postal. Se no Rio de Janeiro, o bota-abaixo¹² do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), expulsou os moradores dos cortiços do centro da capital federal para a marginalidade dos morros, também a elite cacaueteira do sul da Bahia, fez a faxina social de seus centros urbanos a exemplo de Ilhéus e Canavieiras, isso sem esquecer da cidade de São Salvador da Bahia, que a seu modo fez o mesmo.

¹² “Expressão criada para designar, ao mesmo tempo, o processo de reformas urbanas operado a partir de 1903 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e o prefeito da cidade à época, Francisco Pereira Passos (1902-1906). Com a expressão o “Bota-Abaixo”, buscou-se destacar a maneira radical pela qual foi implementado um conjunto de obras públicas que então redefiniram a estrutura urbana da capital federal.” In: <https://atlas.fgv.br/verbetes/o-bota-abaixo>. Acesso em: 31 jan. 2021.

A imprensa desse período testemunhou tudo isso: denunciando a expulsão da população ou aclamando prefeitos, governadores e a elite pelas obras de progresso realizados, publicando notícias que remetia e atendia a certas tendências de interesses das classes dominantes do poder e da imposição cultural europeia, principalmente a francesa, mas, que sem dúvida, são fontes de extrema importância para o ofício de historiador. Tomando posicionamentos teóricos de historiadores que trabalham com fontes hemerográficas, buscamos aqui ampliar as possibilidades de pesquisa sobre cidade e imprensa em notícias sobre festejos religiosos, cívicos e carnavalescos, que refletiam amplamente o discurso de modernidade e sofisticação em reformas urbanísticas Brasil afora no início do século XX

Nossa pesquisa está em pleno desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. O jornal “Monitor do Sul” continua sendo fonte importante para nossa pesquisa. Foi a fonte que trouxe muitas repostas a larga lacuna que havia e que ainda existe sobre a história urbana e religiosa da cidade de Canavieiras, história essa somente possível devido ao trabalho da imprensa local no século XX, nos seus jornais guardados e esquecidos há mais de um século, resistindo ao desgaste do tempo e tornando-se importante instrumento de pesquisa para a historiografia da região cacaueira da Bahia.

Referências bibliográficas

Fontes citadas

MONITOR DO SUL, Ano II, nº 186, 20 de dezembro de 1903, p. 1

MONITOR DO SUL, Ano III, nº 236, 16 de junho de 1904

MONITOR DO SUL, Ano III, nº 262, 15 de setembro de 1904, p. 4.

MONITOR DO SUL, Ano IV, nº 320, 08 de julho de 1905, p. 1.

MONITOR DO SUL, Ano V, nº 360, 29 de abril de 1906, p. 1.

MONITOR DO SUL, ano VI, nº 421, 23 de junho de 1907, p. 1

MONITOR DO SUL, ano VII, nº 471, 16 de agosto de 1908, p. 1

MONITOR DO SUL, Ano IX, nº 553, 24 de abril de 1910, p. 4.

MONITOR DO SUL, Ano X, nº 595, 12 de março de 1911, p. 2.

MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 674, 15 de dezembro de 1912, p. 4.

MONITOR DO SUL, ano XII, nº 708, 14 de setembro de 1913, p. 2.

Bibliografia

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro, Editora Bertrand, 1990.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e Cultura: História Cida-
de e Trabalho. Bauru: EDUSC, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultura. 2ª edição.
Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

RIBEIRO, Oslan Costa. MACÊDO, Janete Ruiz. A imprensa baiana no discurso de uma moderna cidade: o protagonismo dos jornais na construção da nova igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras – Bahia (1903-1917). Brazilian Applied Science Review, Curitiba, PR, v. 4, n. 4, p. 2398 - 2417, 2020. DOI: <https://doi.org/10.34115/basrv4n4-019>. Disponível: <http://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/issue/view/97>. Acesso em: 6 jan. 2021.

RIBEIRO, Oslan Costa. PEREIRA JR. José Sousa. Narrativas sobre um patrimônio esquecido: o caso da antiga igreja matriz de São Boaventura no Jornal “Monitor do Sul” de Canavieiras-Bahia (1903-1913). Mnemosine Revista (PPGH-UFGG), Campina Grande, PB, vol. 9, n. 2, p. 88 - 102, 2018. Disponível: <http://mnemosinerevista.com/index.php/revista/issue/view/28/36>. Acesso em 11 jan. 2021.

RIBEIRO, Oslan Costa. Uma Cidade no País do Carnaval: política e cultura nos festejos carnavalescos em Ilhéus – Bahia (1922-1934). Revista Labirinto, Porto Velho, RO, ano 15, v. 22, p. 400 – 415, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABI-RINTO/article/viewFile/1128/1455>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA: BIOGRAFIA DO ARTISTA MANOEL PASTANA

Renata de Fátima da Costa Maués¹

A história aqui contada refere-se especificamente a pequenos fragmentos de uma longa história de vida de um homem em uma sociedade, que interagiu com pessoas, instituições e objetos. Uma história que foi construída pautada em documentos arquivísticos e museológicos agregados ao longo da pesquisa. Para Dosse (2015), “[...] a história dos fatos não se separa da história dos homens”. Para a história ser narrada e a biografia ser construída é necessário aprofundar em sua personagem, explorar as particularidades individuais do ser, difundindo ideias e lições na trama da narrativa, de modo que a história de vida não seja “apenas uma nomenclatura sem movimento e sem alma” (DOSSE, 2015, p. 170).

A história biográfica de Manoel Pastana (Figura 1) é ainda pouco conhecida, mas é quase certo que o artista foi figura marcante no cenário artístico de sua época, pois viveu intensamente dedicado para sua produção, direcionado a construção de uma arte nacional tendo como vetor a arte aplicada. Após sua vinda para Belém, da vila do Apeú (município de Castanhal), Pastana estudou, trabalhou como artista e professor até ser transferido para o Rio de Janeiro. A (re) construção de um período da história de vida de Manoel Pastana, foi estruturada por meio de fragmentos biográficos extraídos de diversos documentos: entrevistas, notícias jornalísticas, fotografias, pinturas entre outras. Braga

¹ Doutoranda em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do grupo de pesquisa Arte, Memórias e Acervos na Amazônia (CNPq/UFPA). E-mail: recamaues@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1088990536366693>

(1942, p. 184) o cita em seu livro *Artistas pintores no Brasil*, inserindo uma série de referências de fontes, jornais e revistas na qual Pastana é aludido; referências que foram fundamentais, pois nortearam a pesquisa na busca de novas informações.

Amassi Palmeira (1988, s/d) que foi sua amiga e de quem o governo do Estado adquiriu em 1988 uma coletânea de desenhos de arte aplicada, e que hoje constituem parte da coleção existente nos museus do SIM, em texto assinado, fez uma narrativa da sua vida principalmente após o artista chegar em Belém, vindo do interior do estado. Ela relata que Manoel Pastana nasceu no dia 26 de julho de 1888. De família simples, veio ainda novo para Belém em busca de trabalho, onde desempenhou atividades laborais como caixeiro e estivador na rua Castilho França, posteriormente foi para a Fábrica Augusta situada na rua 13 de maio, possivelmente para pintar placas para médicos e dentistas. Ingressou na marinha como desenhista de máquinas sendo transferido em 1936, a pedido, para trabalhar na casa da moeda no Rio de Janeiro. De acordo com a amiga Amassi (1988), aos 18 anos trabalhava de dia e estudava pintura à noite com Theodoro Braga (1879-1953) e posteriormente com Francisco Estrada (1850-1915).

Figura 1 – Autorretratos de Manoel Pastana (1888-1984). O primeiro pintado quando o artista tinha 38 anos, datado de 1926, e o segundo, datado de 1969, quando o artista tinha 81 anos.



Fonte: Coleção do Museu do Estado do Pará - MEP – SIM/SECULT.
Foto: Arquivo da pesquisadora.

Durante sua vida como estudante, participou no dia 7 de setembro de 1909, da 1ª Exposição Escolar de Desenho promovida pelo Governo Estadual, recebendo uma das muitas menções honrosas distribuídas nesse certame com o trabalho nº 336 (DIPLOMA...,1909). Esse evento contou com a participação dos seguintes jurados: Palma Muniz, José Sidrim, José Girard e Theodoro Braga, provavelmente júri de seleção e Francisco Estrada, Paes Barreto, Carlos C. de Azevedo e José Irineo de Souza, júri de premiação. Era geralmente essa estrutura de organização que se constituía na Exposição Escolar promovida pelo Governo do Estado. Elegia-se um comitê para selecionar os trabalhos e durante a trajetória da exposição outra comissão era eleita para atribuir a premiação.

Nova participação acontece na exposição escolar no ano seguinte, quando também recebeu menção honrosa com uma pintura sobre tela, de um busto com características greco-romana sobre um pequeno pedestal circular. A pintura é datada de 1910 e foi doada ao museu em 2018 por sua neta. A obra possui uma etiqueta aderida no canto inferior esquerdo com os seguintes dizeres: “Menção Honrosa, Exposição escolar de desenho”, o que confirma a participação da pintura e de Pastana nesse certame.

Não se tem informações de sua presença como aluno em outros anos em que a exposição escolar aconteceu, seu nome aparece posteriormente nas Mensagens dos governadores, apresentada ao Congresso Legislativo do Estado, integrando parte da comissão julgadora do referido certame, assim como, vinculado ao curso particular de desenho, cuja inscrições de alunos foram homologadas, o que reflete o quanto era atuante como profissional, artista e professor.

Foi membro integrante da Associação de Artistas Paraense, participou da fundação da *Academia Li-*

vre de *Bellas Artes do Pará* em 1918, juntamente com outros sócios como o artista Manoel Santiago, Antônio Ângelo Nascimento, Arthur Frazão, Othon Souza e Raymundo Roneiro (SILVA, 2009, p. 65), o que reforça ainda mais sua importância na produção da Arte no Pará.

Desenvolvia e explorava várias técnicas e linguagens no campo artístico, “começou a lecionar desenho em grupos escolares e mais tarde no curso secundário no colégio ‘Progresso Paraense’, no ‘Suíço Brasileiro’ e no ‘Colégio Moderno’” (PALMEIRA, 1988), além de professor de desenho, foi pintor, ceramista e escultor. Elaborou peças em argila, terracota e bronze, incursionando no campo da arte decorativa e aplicada, fruto da influência do mestre e amigo Theodoro Braga, que defendia a criação de uma arte nacional, baseado na formação e educação dos alunos e operários. Seu pensamento foi alicerçado para a criação de uma arte Brasileira, com inspiração na fauna e flora, sem precisar buscar no exterior novidades para o processo criativo, de modo a “produzir arte nacional por artistas nacionais” (BRAGA, 1922).

Tais ideias nortearam a trajetória artística de Manoel Pastana, contagiando com entusiasmo sua produção de arte decorativa, inspirada nos motivos extraídos da natureza e dos objetos arqueológicos (MAUÉS, 2013). A coleção de desenhos existentes no SIM/SECULT comprova os motivos utilizados para a composição dos projetos de arte decorativa do artista. Seu processo criativo vai do desenho de observação da natureza e dos motivos ornamentais do material arqueológico, que posteriormente foi estilizado e empregado nos desenhos projectuais.

O Artista marcou presença no Salão Paraense de *Bellas Artes* em 1920, promovido pela Academia de *Bellas Artes* onde recebeu menção especial de acordo

com o julgamento feito pelo júri. Neste certame o júri foi constituído por Antonieta Santos², Augusto Rocha dos Reis, Carlos de Azevedo, José Girard, Clotilde Pereira, José de Castro Figueiredo, sendo a Academia dirigida neste ano por Augusto Meira (DIPLOMA...,1920). Nova participação no Salão Paraense de *Bellas Artes*, acontece em 1921, recebendo o artista, novamente menção especial. O júri deste certame foi constituído por Clotilde Pereira, José Girard, Adalberto Lassance Cunha, Carlos Azevedo entre outros (DIPLOMA...,1921).

O salão era dividido em três espaços; o primeiro destinava-se a trabalhos a óleo dos professores, o segundo obras em pastel dos concorrentes e o terceiro obras a crayon, dos alunos. Na sala destinada aos professores, foram expostas obras de José Girard, Antonieta Santos e Clotilde Pereira; Na sala dos concorrentes a premiação, Pastana participa com a obra “Velha Tapuia”; A. Lassance Ponte Sousa, comparece com as obras “Florência”, “Decrepitude” e “Solidão”; Arthur Frazão com a obra intitulada “Anhangá” e O. M. Machado expõe “Madrugada ao Luar” (ACADEMIA...,1921).

É somente no 3º Salão Paraense de *Bellas Artes* que acontece em 1922, que Pastana recebeu medalha de prata. O júri do salão foi constituído por Carlos Nascimento, Amanajás Filho, José Girard, Carlos de Azevedo e as professoras Luz Lima e Clotilde Pereira. Neste ano, Carlos Nascimento era o Diretor da Academia de *Bellas Artes*, sendo o Salão promovido pela Associação de Artistas Paraenses (DIPLOMA...,1922). Em reunião realizada em 14 de fevereiro de 1923, na sede da Academia, o júri conferiu o primeiro prêmio – Medalha de Prata – a Manoel Pastana com um quadro a óleo identificado apenas como obra de n.º.18. Nesta exposição Marialva Lamarão recebeu o 2º prêmio – me-

² A artista nesse período ainda utilizava seu nome de solteira posteriormente passa a assinar e ser conhecida como Antonieta Santos Feio, seu nome de casada.

dalha de bronze, com a obra de n° 12 e Henory Bastos medalha de bronze, com um quadro a pastel de n° 04. (ATA...,1923).

O artista em 1925, enviou trabalhos para participar da *Exposição Geral de Belas Artes*, no Rio de Janeiro. Expôs nesta cidade em várias ocasiões, na década de 30, sendo o evento prestigiado por importantes personalidades da cena artística e cultural, o que denota sua inserção e integração junto a um círculo artístico em formação ou já constituído na metrópole do país. Para Viana (2015, p. 251), Pastana expôs seus trabalhos com frequência nos salões da ENBA sempre utilizando referências da fauna e flora nacional. Em 1933, no dia 11 de setembro, expôs no salão da Pro-Arte da Associação dos Empregados no Comércio, uma série de desenhos projetuais de arte aplicada para diversas indústrias tais como: lampadários, móveis, tecidos, leques, grades, papel pintado, leques, candelabros, bandejas, louças (NOTAS..., 1933), trabalhos inspirados em motivos brasileiros.

A exposição de Pastana na Assembleia Paraense

Pastana inaugurou no Salão nobre da Assembleia Paraense, em 06 de maio de 1934, em Belém do Pará, uma exposição de pintura e arte decorativa, que foi encerrada dia 13 de maio às 22 horas, a exposição teve duração de apenas uma semana, no entanto, nesse curto período foi visitada por cerca de 250 pessoas. O catálogo da exposição nos dá pistas sobre a mostra³. De uma impressão simples em papel branco de baixa gramatura, apresenta o chamado da exposição de pintura e arte decorativa com a listagem das obras separa-

³ O Catálogo está inserido no álbum do artista/setor de documentação do SIM/SECULT, juntamente com as assinaturas de presença do público que prestigiou o evento.

das nas categorias de pintura, terracota e desenhos.

O Catálogo da exposição (1934) apresenta a listagem dos títulos de 34 pinturas. Quase todas paisagens, a maioria refere-se à cidade do Rio de Janeiro e outros municípios do estado (23), as demais são paisagens dos Estados da Bahia (02), Ceará (02) e Maranhão (01) e das cidades de Recife (02) e Cabedelo (01), sendo as duas restantes intituladas *Flamboiam* e *Dona Thereza (da favela)* sem localização de onde foi pintada. Ao final da listagem das pinturas foi acrescida a mão um novo título: *Casebres ao sol*, indicação do artista que a tela foi inserida na exposição. Essa vasta representação de pintura da natureza ao ar livre nos mostra a veia paisagística que o artista possuía e que de fato nunca abandonou a pintura de cavalete.

Essa natureza se faz presente não apenas nas pinturas sobre tela, mas também, nas peças feitas em terracota. Fica claro que buscou um estilo próprio e pessoal sem amarras estabelecidas nesse período dentro dos embates vivenciados na arte brasileira, na qual de um lado existia os pintores dentro de uma vertente acadêmica originária de uma tradição neoclássica romântica, implantada pela ENBA e os artistas modernistas que a partir de uma experiência trazida do estrangeiro e do fruto de uma maturação de ideias, romperam com a forma tradicional de representação na busca de uma arte brasileira. Os artistas envolvidos propunham uma nova visão de arte, a partir de uma estética inovadora inspirada nas vanguardas europeias. Nesse período o modernismo já se assentara em São Paulo e Rio de Janeiro e vários grupos e associações de artistas se constituíram a partir da década de 1930 do século XX nas duas capitais, estabelecendo seus projetos e pesquisa no campo plástico, no entanto em diversas cidades brasileiras, outros artistas já despontavam na busca de uma linguagem própria e

nacional. Pastana não queria ter vinculação nem com uma ou outra tendência, no entanto, ele defende a cor emocional extraída da influência de vertentes expressionistas, ao mesmo tempo em que busca interpretar a natureza brasileira, com sua luminosidade tropical de diferentes cenários ao longo de vários locais que teve oportunidade de conhecer, trilhando um caminho para elaboração de uma arte decorativa com um viés Amazônico e nacional.

Além das pinturas, estão listadas no catálogo oito peças, sendo três jarras, um cinzeiro e quatro vasos. As jarras descritas no catálogo foram feitas em terracota e tiveram como referência para a construção do desenho, o Tatu, o jabuti e a última o Tucano com a árvore do açaí. A Jarra tatu-tinga deve tratar-se do desenho projetado que aparece na página da Revista Vida Doméstica (Figura 2), junto a vários outros desenhos feitos por Pastana. Alguns já conhecidos como o projeto da grade de ferro, o conjunto para chá e café e a terrina marajoara, outros ainda só conhecidos por ilustrações e impressos jornalísticos como o próprio vaso tatu-tinga, e os desenhos de leque e lampadário.

Figura 2 – Revista a Vida Doméstica, novembro de 1933, com desenho do vaso Tatu-tinga de Manoel Pastana e demais projetos.



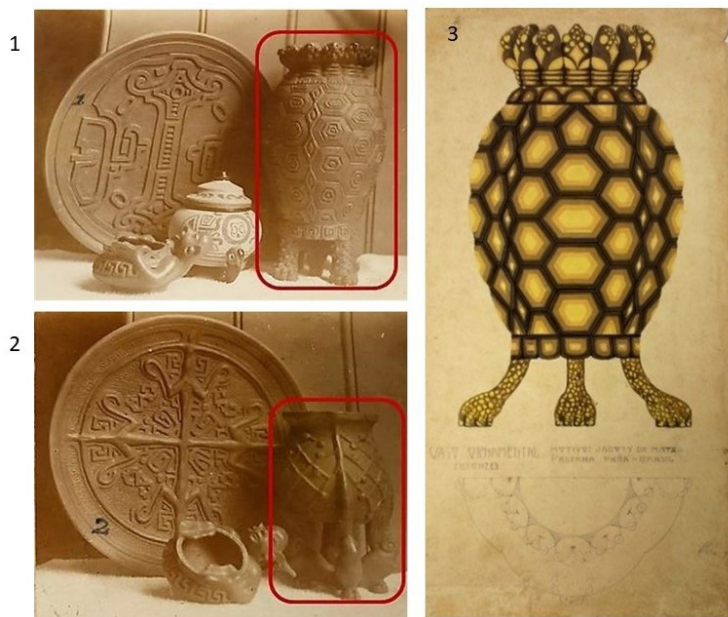
Fonte: Álbum do Artista/Setor de documentação do SIM/SECULT.

Foto: Guido Elias.

No álbum do artista que existe no setor de documentação do SIM, foram encontradas fotografias que atestam que os vasos “*estilização jaboty*” e “*estilização tucano e asaí*” foram executados. Importante destacar que o desenho que deu origem ao vaso “*estilização Jaboty*”, faz parte do acervo do artista existente no SIM e datado de 1928, sendo a jarra executada baseada neste desenho (figura 3). O catálogo da Exposição revela também que foram expostos desenhos de motivos da flora, fauna e cerâmica marajoara e mais uma vez ao lado dessa informação vem escrito a lápis “52 pranchas”, o que nos leva a supor que esse foi o número dos desenhos que foram expostos.

Páris (1934) em texto publicado no jornal A Folha do Norte ressalta as qualidades do artista, seu senso estético, sua segurança no traçado e perfeição no uso da cor, algo que o acompanha e que é comum ao seu talento e maestria enquanto artista. Traça grandes elogios às pinturas apresentadas na Assembleia Paraense, “reproduzidas com felicidade e pinceladas de mestre, esplendidos tons, segura distribuição de luz e colorido a afeição do temperamento do artista [...]”. A exposição teve grande sucesso, foi muito frequentada, com a participação de artistas, autoridades e representantes da imprensa. Trabalhos foram adquiridos por pessoas renomadas da sociedade.

Figura 3 – Manoel Pastana, (1) Jarra “estylização jaboty”; (2) Jarra “estylização tucano e Assahy”, que constam na listagem de obras existentes no catálogo da exposição de 1934; (3) Projeto Vaso ornamental motivo “Jaboty da Mata”, 1928.



Fonte: Álbum do Artista e Setor de documentação do SIM/SECULT.
Foto: Arquivo da pesquisadora.

A exposição individual de 1934 de Pastana nos parece em parte o resultado de uma viagem, como se o artista após uma estada no Rio de Janeiro viesse cingindo o mar e pousando nos litorais dos estados nordestinos, representando nas telas, com pincéis e tintas, paisagens brasileiras até chegar em Belém, onde apresenta o resultado dessa experiência. O conjunto de desenhos de arte aplicada existentes na coleção do SIM/SECULT, (datados entre 1928 e 1933) foram elaborados por Pastana enquanto ainda residia em Belém. Tais desenhos, provavelmente foram elaborados, para com-

por um álbum criado com objetivo de produzir os mais variados motivos para serem utilizados por diferentes indústrias Nacionais. As 17 pranchas de Desenhos projetuais estão associadas a um repertório de cunho nacional, mas para além do nacional é um repertório Amazônico, pois trazem referências da natureza e formas oriundas dessa região.

Considerações Finais

Manoel Pastana, tem participação significativa dentro do universo da história da arte no Pará e no Brasil, podendo ser considerado um dos precursores do design no Brasil junto com Theodoro Braga. Manoel Pastana depois da vivência em Belém, vai residir no Rio de Janeiro quando dá início a novas histórias e um fértil período de produção no campo da arte decorativa e aplicada, partindo do estudo da produção local e amazônica, se consolidando no cenário nacional.

Referências Bibliográficas

ACADEMIA de bellas Artes: inauguração de seu salão de pintura. Jornal Folha do Norte. Belém/PA, de 7 de janeiro de 1921.

ATA de Reunião do Jury Julgador do 3º Salão Paraense de Bellas Artes, 1923. IHGP – Instituto Histórico Geográfico do Pará /Arquivo Palma Muniz. Fundo Associação de artistas Paraense. Série: Correspondência recebida. Ano: 1920-1924. Localização Estante 05; prateleira 02.

BRAGA, Theodoro. Artistas pintores no Brasil. São Paulo: São Paulo editora limitada, 1942.

BRAGA, Theodoro. Nacionalização da arte brasileira. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 1, jan. 2010. (transcrição de Natália Scheiner). Originalmente publicado em Ilustração Brasileira, Rio de Janeiro, ano X, setembro de 1922, n.p. [Texto com grafia atualizada]. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/artigos_imprensa/ilustacao_brasileira/ib_1922_09_tb.htm. Acesso em: 2 mai. 2018.

CATÁLOGO da exposição de Manoel Pastana. Salão da Assembleia Paraense, maio de 1934.

CORRESPONDÊNCIA da Associação de Artistas Paraenses ao Intendente municipal de Belém, 1924. IHGP/Arquivo Palma Muniz. Fundo Associação de artistas Paraense. Série: Correspondência recebida. Ano: 1920-1924.

DIPLOMA da 1ª Exposição escolar de desenho concedido ao artista com menção honrosa em 1909.

DIPLOMA Salão Paraense de Bellas Artes, 1920 - Menção Especial.

DIPLOMA Salão Paraense de Bellas Artes, 1921- Menção Especial.

DIPLOMA Salão Paraense de Bellas Artes, 1922 - Medalha de prata.

DOSSE, François. O Desafio Biográfico: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2009.

MAUÉS, R. F. C. Manoel de Oliveira Pastana: Em Busca de uma arte verdadeiramente nacional. Encontro Nacional da ANPAP – 2013. Belém, Pará, 2013, p. 780-794.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em sessão solenne de abertura da 3ª reunião de sua 12ª legislatura a 07 de setembro de 1926 pelo Governador do Estado Sr. Dionysio Ausier Bentes. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1926. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 out. 2020.

NOTAS de Arte: Inaugurou-se na Pró-Arte a exposição de Manoel Pastana. Jornal Diário de Notícias: Rio de Janeiro, 13 de setembro 1933.

PALMEIRA, Amassi. Texto datilografado (datado e assinado). Belém, 04 de outubro de 1988. (Biblioteca Antonio Landi – MEP).

PÁRIS. Pelo mundo da Arte: Exposição Pastana. O Imparcial. Belém, 11 maio de 1934.

PASTANA, Manoel. Álbum de recortes de jornais e assinaturas de presenças a exposições, Grupo: COJAN, série: Caixa 19 – Arquivo SIM/SECULT.

PASTANA, Manoel. Natureza morta (Pintura) – Busto Grego. Pintura a óleo, 1910.

SILVA, Caroline Fernandes. O moderno em aberto: O mundo das artes em Belém do Pará e a pintura de Antonieta Santos Feio. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2009_Caroline_Fernandes_Silva-S.pdf. Acesso em: 22 mar. 2012.

VIANA, Marcele Linhares. Arte decorativa na Escola Nacional de Belas Artes: Inserção, conquista de espaço e ocupação (1930-1950). Tese (Doutorado) – Escola de Belas Artes – EBA, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais – PPGAV, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

REVISTA a Vida Doméstica. 4 Expressões da Arte. Novembro de 1933.

SOBRE OS AUTORES

José Pereira de Sousa Júnior

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto efetivo na Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCCG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades.

E-mail: junior_ufcg@yahoo.com.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3838287945502936>

Oslan Costa Ribeiro

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCCG), vinculado à linha II - Cultura, poder e identidades.

E-mail: oslan@hotmail.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7937879658171776>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1742-9669>.

Aline Sônego

Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

E-mail: aline_sonego788@hotmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3630356532562209>.

Dayane Cristina Guarnieri

Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

E-mail: dayaneguarnie@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6240668144391521>

Francisco Paulo de Oliveira Mesquita

Mestrando em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: francisco.mesquita@aluno.uece.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4236589254898010>

Giovanna Nascimento Alves

Licenciada e Bacharela pela Universidade de Brasília (UnB).

E-mail: giovanna.alves@unb.br.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9545902959165940>

Kalil Tavares Fonteles

Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH-UFC). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E-mail: kalil.tavares@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3265950870250110>

Lucas Mello Neiva

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, sob orientação da Profa. Dra. Solange Ferraz de Lima. No presente trabalho apresentamos resultados parciais, obtidos na pesquisa de mestrado em andamento, realizada com bolsa CAPES.

E-mail: lucas.mello.neiva@gmail.com

Maria Cristina Raposo Conte

Mestre em História pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP).

E-mail: tina_conte@hotmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8866223501140851>

Milena Azevedo de Menezes

Mestranda no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista FUNCAP/CE.

E-mail: profamilenahistoria@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5960532505867300>

Renata de Fátima da Costa Maués

Doutoranda em Artes pelo Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora do grupo de pesquisa Arte, Memórias e Acervos na Amazônia (CNPq/UFPA).

E-mail: recamaues@gmail.com.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1088990536366693>

